

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PAULO DE FIGUEIREDO E A REVISTA OESTE (1942-1944):
CULTURA E POLÍTICA EM GOIÁS**

Dayana Pereira Lopes da Silva

João Alberto da Costa Pinto (Orientador)

GOIÂNIA, 2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Dayana Pereira Lopes da Silva

3. Título do trabalho

PAULO DE FIGUEIREDO E A REVISTA OESTE (1942-1944): CULTURA E POLÍTICA EM GOIÁS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **João Alberto Da Costa Pinto**, Professor do Magistério Superior, em 24/02/2022, às 05:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAYANA PEREIRA LOPES DA SILVA**, **Discente**, em 26/02/2022, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2719251** e o código CRC **13020D0B**.

Referência: Processo nº 23070.067069/2021-28

SEInº 2719251

DAYANA PEREIRA LOPES DA SILVA

**PAULO DE FIGUEIREDO E A REVISTA OESTE (1942-1944):
CULTURA E POLÍTICA EM GOIÁS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do grau de Mestra em História.

Área de concentração: Cultura, Fronteiras e identidades.

Linha de pesquisa: Poder, Sertão e Identidade.

Orientador: João Alberto da Costa Pinto

GOIÂNIA, 2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Dayana Pereira Lopes da
PAULO DE FIGUEIREDO E A REVISTA OESTE (1942-1944)
CULTURA E POLÍTICA EM GOIÁS. [manuscrito] /
Dayana Pereira Lopes da Silva. - 2026.
XCIV, 96 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. João Alberto da Costa Pinto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em
História, Goiânia, 2026.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de tabelas.

1. Paulo Figueiredo. 2. Revista Oeste. 3. Estado
Novo. 4. Intelectuais. I. Pinto, João Alberto da Costa,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 095/2021 da sessão de Defesa de Dissertação de DAYANA PEREIRA LOPES DA SILVA, que confere o título de Mestre(a) em História, na área de concentração em Culturas, Fronteiras e Identidades.

Ao/s quatorze dias de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, a partir da(s) 14h00, via videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "PAULO DE FIGUEIREDO E A REVISTA OESTE (1942-1944): CULTURA E POLÍTICA EM GOIÁS". Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) João Alberto da Costa Pinto (PPGH/UFMG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) Antonio Corbacho Quintela (FAL/UFMG), membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) Rildo Bento de Souza (PPGH/UFMG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) aprovado(a) pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) João Alberto da Costa Pinto, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) quatorze dias de dezembro do ano de dois mil e vinte e um.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação, em 22/12/2021, às 21:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Rildo Bento De Souza, Professor do Magistério Superior, em 22/12/2021, às 21:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Antonio Corbacho Quintela, Professor do Magistério Superior, em 22/12/2021, às 22:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por João Alberto Da Costa Pinto, Professor do Magistério Superior, em 21/01/2022, às 07:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2594533 e o código CRC BC06ACB5.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Joao Alberto da Costa Pinto, pelo apoio e palavras de incentivo, e por estar presente remotamente durante a pandemia do covid-19, sempre prestativo e atencioso. Agradeço a disposição em manter um grupo de estudos e discussões teóricas sobre os objetos e temas de pesquisas, para todos os seu orientados, e assim tentando nos manter ativos em nossas pesquisas apesar dos percalços ocasionados pela pandemia. Aos meus pais que sempre foram dedicados aos filhos e nos apoiaram nas nossas jornadas acadêmicas. Sou grata a disposição que meus colegas de estudo que sempre estiveram dispostos a dividir suas informações, e agradeço as críticas direcionadas a minha pesquisa não só as deles, mas também as do Professor João Alberto. Críticas essas que foram enriquecedoras no desenvolvimento da minha dissertação. Agradeço ao CNPQ juntamente com a PPGH pela dedicação e apoio dado aos pós-graduandos, pela valiosa concessão da bolsa, que foi fundamental para a realização do meu trabalho, que me permitiu dedicar exclusivamente durante o isolamento a minha pesquisa. Esse apoio foi primordial para que conseguisse alcançar os objetivos que propus em minha dissertação.

Dedicatória

Ao meu filho José Henrique que me dá forças
e me inspira com seu amor todos os dias.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é desenvolver uma análise do cenário cultural dos intelectuais e literatos que compuseram a máquina pública burocrática em Goiânia durante o regime instaurado por Vargas em 10 de novembro de 1937, dando ênfase ao espaço de produção de ideias, que era a *Revista Oeste (1942-1944)*, um periódico mensário, que serviu como instrumento ideológico do Estado Novo (1937-1945), acolhendo a intelectualidade jovem que colaborou efetivamente com a produção e organização da revista que circulou por um período de três anos em Goiânia. Busca-se compreender o campo intelectual de organização da imprensa pautado na atuação política dessa intelectualidade, com enfoque na trajetória institucional de Paulo de Figueiredo, que foi responsável pela criação da revista, tendo em vista a influência que ele tinha no papel de ideólogo e publicista da administração autoritária e centralizadora no governo de Vargas. Visto que a pesquisa pretende apresentar outros intelectuais, de igual relevância, afim de asseverar como essa categoria de intelectuais, herdeira das classes dirigentes, colaborou para construir um cenário de valorização de significados, que a princípio se viam como os responsáveis pelo projeto do ideal progressista de mudança e modernização – Goiânia – como uma obra efetivada por uma política que se manifestava contra o poder das antigas oligarquias de Goiás. Tendo, deste modo, significativa importância na efetivação da política nacionalista que adentrara no cenário político e sociocultural de Goiás pelos discursos publicados na *Revista Oeste*.

Palavras-chave: Paulo Figueiredo, Revista Oeste, Estado Novo e Intelectuais.

ABSTRACT

The objective of this research is to develop an analysis of the cultural scenario of the intellectuals and literati who made up the bureaucratic public machine in Goiânia during the regime established by Vargas on November 10, 1937, emphasizing the space for the production of ideas, which was the Revista Oeste (1942-1944), a monthly periodical, which served as an ideological instrument of the Estado Novo (1937-1945), welcoming the young intelligentsia who effectively collaborated with the production and organization of the magazine that circulated for a period of three years in Goiânia. The aim is to understand the intellectual field of press organization based on the political performance of this intellectuality, focusing on the institutional trajectory of Paulo de Figueiredo, who was responsible for creating the magazine, considering the influence he had in the role of ideologue and publicist of authoritarian and centralizing administration in the Vargas government. Since the research intends to present other intellectuals, of equal relevance, in order to assert how this category of intellectuals, heir to the ruling classes, collaborated to build a scenario of valuing meanings, which at first saw themselves as responsible for the project of the progressive ideal of change and modernization – Goiânia – as a work carried out by a policy that manifested itself against the power of the old oligarchies of Goiás. Having, in this way, significant importance in the implementation of the nationalist policy that entered the political and sociocultural scenario of Goiás through the published speeches in the West Magazine.

Keywords: Paulo de Figueiredo, Revista Oeste, Estado Novo and Intellectuals.

SUMÁRIO

Apresentação:

A revista *Oeste* (1942-1944): a produção cultural nacionalista da intelectualidade em Goiás no Estado Novo p. 12

Capítulo 01:

O Estado Nacional e a sua relação com Intelligentsia nacionalista.....p. 18

1.1 Paulo Figueiredo e os colaboradores da revista *Oeste*.....p. 23

1.2 A vida pública dos intelectuais da revista *Oeste*.....p. 28

1.3 A elite intelectual da revista *Oeste*..... p. 37

Capítulo 02:

Paulo de Figueiredo e os “Aspectos Ideológicos” do Estado Novo.....p. 47

Capítulo 03:

A revista *Oeste* e seus intelectuais.....p.61

3.1 O simbolismo de Goiânia na ruptura como passado.....p.73

3.2 As edições comemorativas e a iconografia da revista *Oeste*.....p.81

Considerações finais.....p.93

Referências Bibliográficas.....p.95

Apresentação

A revista *Oeste* (1942-1944): a produção cultural nacionalista da intelectualidade em Goiás no *Estado Novo*.

O espaço de produção de uma determinada classe intelectual nos possibilita perceber a linguagem comum responsável por tornar um instrumento de informação e disseminação de ideias, um símbolo de projeção de uma determinada estrutura, para fins ideológicos, que tem por objetivo comum a manutenção do poder vigente que em determinado contexto político se mantêm. Destarte a Revista *Oeste* integrou na década de 1940, em Goiânia, o lugar da linguagem comum, da elite intelectual e jovem, de uma nova capital que nascia como símbolo de uma força antagônica aos antigos poderes. A *Oeste* projetou durante o Estado Novo os ideais do regime, e foi um veículo informativo e propagandístico das ações do Estado nacional, aparada por intelectuais e escritores goianos.

Apresentamos nesta dissertação uma análise do cenário cultural dos intelectuais e literatos que compuseram a máquina pública burocrática em Goiânia durante o regime instaurado por Vargas em 10 de novembro de 1937, dando ênfase à revista *Oeste* (1942-1944) percebendo-a como um importante espaço de produção de ideias, um periódico mensário que serviu como instrumento ideológico do Estado Novo (1937-1945) em Goiás. A revista acolheu uma intelectualidade jovem que colaborou efetivamente com a produção e organização da cultura goiana no período de três anos de sua circulação. Procuramos compreender o campo intelectual de organização da imprensa pautado na atuação política dessa intelectualidade, com enfoque na trajetória institucional de Paulo de Figueiredo, aquele que foi responsável pela criação da revista, percebendo com a sua trajetória a influência que tinha no papel de ideólogo e publicista da administração autoritária e centralizadora no governo de Vargas.

O projeto cultural no Estado Novo (1937-1945) afirmou o papel dos intelectuais como agentes políticos que participaram da construção do projeto nacionalista centralizador e mostrou-se fundamental para desmontar a ideia de nação que a Primeira República os homens de Vargas, aqueles intelectuais que ficaram à frente das instituições estatais, contemplaram papéis de extrema importância na implementação do seu Estado ditatorial.

A revista *Oeste* (1942-1944) representa um produto regional resultante de uma conjuntura política e cultural nacional que permitiu a produção de conteúdos de alta relevância em análises políticas, reflexões filosóficas e produção literária, advindas de sujeitos de uma geração de jovens intelectuais que viram na revista o lugar de disseminação de ideias, visto que esses jovens compunham, em parte quase integral, o funcionalismo público do Estado de Goiás e da capital. As influências políticas nortearam todo o conteúdo da Revista, que tendia para a elaboração de matérias específicas, dado que muitos desses jovens intelectuais faziam parte do alto escalão da política e tinham importante influência e reconhecimento tanto regional quanto a nível nacional de chefes de Estado, como o então presidente Getúlio Vargas e o interventor de Goiás Pedro Ludovico Teixeira. Portanto, ao considerar a especificidade da práxis social de atuação política do Estado na imprensa, o campo de atuação de caráter informativo constituir-se-á lugar de defesa dos grupos dominantes cujo interesse se revelará no esforço de mobilizar a opinião pública.

No contexto de atuação da revista, isto é, durante o Estado Novo, esta pôde ser considerada como uma força social ativa, posto que possibilitou notar o discurso apologético pautado em defesa do regime Varguista no momento de atuação de documento informativo e de comunicação, na propaganda de valorização das figuras políticas, o que torna visível a verificação da propaganda governamental, proeminente da construção de culturas políticas de consolidação e reinvenção do poder das classes dirigentes. Não obstante a imprensa torna-se o meio de construção de culturas políticas específicas e empiricamente verificáveis.

A dissertação de Mariana de Castro Schwab, *Os Intelectuais no Estado Novo (1937-1945): a trajetória de Paulo Figueiredo e as Revistas Cultura Política e Oeste (2010)*, entende a Revista *Oeste* como campo intelectual produtor de bens simbólicos, baseando-se em BOURDIEU (2002), que a torna resultado de um espaço que permitiu a aproximação dos sujeitos produtores de conhecimento junto à sociedade. Sendo assim, entende-se a *Oeste* como espaço que permitiu esta mediação - pensador e sociedade -, onde os intelectuais utilizavam de bens simbólicos como instrumento de ressignificação de valores que resultavam em novas formas de interpretar o meio político e social. Desse modo, a *Oeste* se constituía como instrumento de dominação. Os atores sociais acabam produzindo representações que cumprem a função política de legitimar o poder das classes dominantes. O diagnóstico realizado pela autora tem como princípio e critério de análise os artigos de teor político. (SCHWAB, 2010, p. 43). A atenção ao conteúdo da revista, que é analisada pela SCHWAB, é especificamente voltada aos artigos que tratam da figura de Pedro Ludovico e a figura política

de Getúlio Vargas em Goiânia que servia ao periódico como produto de consolidação do poder centralizador e autoritário do Estado Novo, como a representação de um resultado concreto da propaganda de modernização e integração da região centro oeste ao restante do país.

São poucos os trabalhos relativos ao tema desta pesquisa, destaco entre esses, o trabalho de uma autora que nos permite uma visão não só dos conteúdos ideológicos da revista. Maria de Araújo Nepomuceno realizou uma análise rigorosa da *Oeste* em que apresenta justificativas importantes que nos fazem refletir sobre a importância de usar periódicos como fonte de pesquisa na intenção de tentar compreender a realidade, a formação e organização, tanto política quanto cultural e econômica, de uma determinada sociedade - *A Revista "Oeste": Seus Intelectuais e a Organização da Cultura e Modernidade em Goiás (1942- 1944) (2000)* - nos possibilita compreender a importância da *Oeste* nos estudos que buscam entender a formação social e política de Goiás no Estado Novo quando a autora procura apresentar, nesse estudo, como é possível notar o processo de produção da revista de acordo com os sujeitos sociais que se apresentam naquele espaço em sua relevância no que concerne em participação e produção de conteúdo da revista. Nepomuceno assim se justifica:

Uma possível resposta a essa questão básica da pesquisa em curso repousa no pressuposto de que a "Oeste" tenha pretendido ser um instrumento político-educativo que visou contribuir para consolidar a inserção de Goiás no projeto econômico, político, social e cultural do País, fazendo de Goiânia um ponto privilegiado de articulação de Goiás com as demais regiões do Brasil. Logo, o que este trabalho expõe se refere mais a uma reflexão que permitiu indagar sobre a importância da revista "Oeste" para o seu tempo e para história cultural de Goiás do que propriamente respostas às questões que conseguiu colocar (NEPONUCENO, 2000, p. 06).

Nepomuceno apresenta uma tabela que possibilita notar quem são os intelectuais que tiveram um número significativo de artigos publicados. Além disso, a autora expõe os métodos investigativos de análise para periódicos e revistas, tentando auxiliar o leitor, a como pensar uma metodologia quando se trata de utilizar os jornais e revistas como fonte principal de pesquisa. Nepomuceno entende a análise dessas fontes da seguinte maneira:

Contudo, dizer tudo isso ou reconhecer a importância de escrever a história de um outro modo, e para isso recorrer a uma diversidade de fontes que registram a experiência concreta dos homens (incluindo, necessariamente, as fontes tradicionalmente privilegiadas pelos historiadores das mais distintas vertentes) não é tudo. Faz-se necessário ir mais longe, não só criticando com acuidade as fontes utilizadas, mas operando também um outro modo de leitura dessas fontes. (NEPONUCENO, 2000, p.08)

A pesquisa que este trabalho pretende realizar é uma análise da *Oeste* realizando, como mencionado por Neponuceno, uma outra análise partindo do pressuposto de estudar não só artigos, mas de fazer um estudo conjunto detalhado da revista e de seus respectivos aspectos. Sendo assim, foi realizada uma coleta de informações que permitiu enxergar a relevância de uma análise iconográfica em conjunto com as produções literárias (contos e poesias).

A importância de expor uma análise das imagens se deu em razão do conjunto da obra que torna indispensável essa abordagem das representações visuais sobre a realidade social para buscar obter uma dimensão mais ampla dos discursos, adentrando de forma mais específica ao aparato simbólico propagandístico utilizado pelos idealizadores da revista.

Paulo Figueiredo, publicista e principal idealizador da Revista *Oeste*, concedeu à criação da revista todos os aspectos simbólicos exigidos pelo regime de Vargas, era como se estivesse seguindo uma cartilha bem específica dos ideais do regime. Segundo Capelato o regime estadonovista alternava formas de flertar com um público específico, porém o recurso da fotografia caracterizou a propaganda varguista.

O uso privilegiado das imagens fotográficas no Brasil revela uma preferência pela representação mais objetiva da realidade, que talvez possa ser explicada como traço da cultura política brasileira, fortemente marcada pelo positivismo. Cabe lembrar a presença desse ideário na formação do Gaúcho Getúlio Vargas. Mas outra explicação também pode ser buscada na ênfase que o Estado Novo atribuiu às realizações materiais, meta primeira do governo para concretização do progresso. (CAPELATO, 2008, p. 55)

O que não difere do objetivo da *Oeste* e seus articulistas, que sempre buscavam nos discursos enaltecer os feitos públicos de caráter político, voltando-se para o principal objetivo que era representar a capital como símbolo de progresso e modernização da região centro-oeste do Brasil. Alinhando esse símbolo à imagem política de Vargas e seus apoiadores principais como, por exemplo, Pedro Ludovico.

Dar-se-á também a importância a intelectuais que como colunistas e articulistas, tiveram uma participação mais efetiva e fiel em todos os anos da revista (não só quantitativo, mas de conteúdo, de tema, além de uma análise comparativa com seus pares), sendo fixos em suas colunas específicas de publicações constantes, que serão especificadas no decorrer da pesquisa.

A *Oeste* vai seguir o caminho de valorização da imagem mítica de Vargas e passará a ser a linguagem característica do social em Goiás voltada às aspirações estadistas do Estado Novo e seus dirigentes, sendo alimentadas por um autoritarismo cordial, isso significa que apesar do viés ideológico do Estado Novo, aqueles agentes políticos que não compartilhavam com os mesmos ideais eram integrados ao projeto independente das bases ideológicas as quais pertenciam, tolerando algumas posições de ideias. Essa revista pode ser destacada como veículo mediador de ideias. Ela foi um importante informativo e objeto de construção da consciência nacional de 1942 a 1944 no Estado de Goiás e principalmente na nova capital: Goiânia. Sendo assim procura-se demonstrar, ao decorrer da pesquisa, como a revista pretendeu criar conceitos engendrados pela práxis social de um determinado grupo oligárquico ligado à política dissidente que, conseqüentemente, se tornou a responsável pelo resgate da memória das ideias políticas criadas pela intelectualidade goiana, posto que essa intelectualidade tem nos estudos atuais da história de Goiás um papel importante que nos conduz às indagações teóricas e metodológicas ao escrever e reescrever sobre a história de Goiás.

No capítulo 1 desenvolvo uma análise das trajetórias dos intelectuais formadores da *Oeste*, as suas ligações com a máquina burocrática do Estado, apresentando a formação intelectual e cultural baseada nas relações de grupos sociais, aos quais essa intelectualidade pertencia, e como o surgimento dessa classe ligada às instituições de caráter público, ampliadas e centralizadas pelo Estado nacional, se organizavam. Como suporte teórico essa pesquisa fundamenta-se no pensamento de Lucien Goldman ao pensar a imprensa como lugar de exposição da “visão de mundo” da categoria social das classes e grupos sociais numa concepção ontológica, da realidade social na produção de conhecimento e da organização dentro das sociedades burguesas.

No capítulo dois será apresentada uma análise do único livro publicado por Paulo Figueiredo em que o intelectual e publicista reúne os artigos publicados durante os anos de 1942-1944, nas revistas *Cultura Política* e *Revista Oeste*, com o título: “Aspectos ideológicos do Estado Novo”. A análise pretende apresentar como o ideólogo constrói um alinhamento de ideias pautado no projeto cultural nacionalista de Vargas. Para isso é preciso compreender como Paulo Figueiredo entendia os principais conceitos como por exemplo: liberalismo, democracia. A aposta da construção de um homem novo, de um novo trabalhador, era a sua principal pauta ideológica para com isso ajudar na formulação de instrumentos de propaganda sobre a nova política cultural proposta pelo *novo* Estado Nacional.

No capítulo três a Revista *Oeste* será apresentada como espaço de produção intelectual da classe literária de Goiânia na década de 1940, como fonte de informação acerca da atuação da propaganda estado-novista em Goiás. A partir de um mapeamento será apresentada a organização da revista, em ordem de relevância, e seus principais objetivos. Assim, pretende-se apresentar Goiânia como um ideal de progresso e símbolo da propaganda de integração nacional do centro oeste com o restante do país expondo como as instituições de censura, criadas pelo regime, influenciavam na organização dos meios de produção cultural que passaram a executar, coordenar e organizar a propaganda nacional, sendo o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), o órgão estatal criado para este fim. Não obstante seguindo o contexto de organização e controle do estado pelo DIP, nesse capítulo busca-se levar essa discussão a nível regional e apresentar também essas ações do DIP em Goiânia no período de 1942 a 1944, em que inicia-se a publicação da *Revista Oeste*, periódico este que serviu de arcabouço apologético ao *varguismo*, afim de propagandear o projeto nacionalista e elevar sua imagem e de seus colaboradores e apoiadores, a citar o Interventor Pedro Ludovico Teixeira o homem considerado pela comunidade literária de Goiânia, o idealizador da capital goiana.

CAPÍTULO I

O Estado Nacional e a sua relação com a *Intelligentsia* nacionalista.

A Era Vargas (1930-1945) constituiu um dos períodos mais importantes na história do Brasil, período este que instaurou um regime ditatorial, o qual perdurou por oito anos, conhecido como Estado Novo de 1937 a 1945, e teve como eminente figura pública o então presidente Getúlio Vargas. A Era Vargas compreende três momentos: o pós-revolução de 30 com governo provisório instaurado pelo Decreto n. 19.398 de 11 de novembro de 1930. O governo da constituição de 1934 com Vargas eleito presidente indiretamente em 17 de julho. E o Estado Novo com a outorga da Constituição de 1937 que foi elaborada por Francisco Campos conhecida como “polaca”, pelo de golpe de 10 de novembro de 1937.

Os efeitos do pós-primeira guerra abriram um campo de questionamentos que colocavam em discussão debates políticos cristalizados pela grave situação econômica em que se encontrava o Brasil e que abria um leque de críticas às relações capitalistas da Primeira república. Houve uma ampliação de debates sobre o que de fato seria um Estado democrático, e sobre até que ponto a liberdade poderia ser autorizada e cerceada pelo Estado, e o que era o liberalismo de fato em uma sociedade que se intitulava democrática, em que acuada pelo discurso anticomunista que transformava o comunismo na imagem catalisadora do mal, alargou ainda mais a possibilidade de uma revolução.

O Estado Novo ocorreu durante o período em que o cenário político mundial estava desacreditado na democracia liberal e era alimentado pelo medo de um regime comunista. O Brasil passava por uma crise econômica, devido a grande depressão internacional dos meados de 1930. Como consequência dessa tensão, na ordem política e econômica e a nível doutrinário, o governo de Vargas que flertava com movimentos políticos fascistas, repudiava o regime liberal- democrático, era anticomunista, nacionalista e autoritário, e deste modo se identificava com os regimes totalitários que estavam em ascensão em alguns países europeus como o salazarismo em Portugal e o fascismo na Itália desde a década de 1920. “O projeto de *Estado Novo* não escondia certas filiações com o regime de mesmo nome instalado anos antes em Portugal por Salazar. Considerando-se um projeto cultural, teve a intenção de construir o sentido de nacionalidade e de forjar a unidade nacional.” (ROLLAND, 2003).

A crítica ao projeto liberal republicano fazia junção ao modelo de Estado que faliu no contexto do pós-guerra, esse modelo falido segundo Gomes exercia uma enorme influência para o discurso autoritário, tendo esse modelo como um projeto das políticas liberais.

Afirmando-se como novo e mais moderno, o Estado nacional varguista construía uma das bases de sua legitimidade no confronto com o passado recente do país, já que era contra ele e a despeito dele que a adoção do regime autoritário se justificava e até mesmo se impunha (GOMES, 2019, p. 26)

Assim, o flerte das instituições políticas e seus agentes políticos com os regimes totalitaristas na Europa serviu de aparelhamento para o estado no que concerne ao uso de boa parte do arsenal da cartilha das ditaduras, para perseguir opositores, efetuar prisões, censurar e doutrinar.

A censura sempre foi instrumento de supressão de diversos segmentos da sociedade por parte das classes dominantes. A Primeira república (1889-1930), antes mesmo de Vargas, já havia editado um decreto que regulamentava a perseguição aos órgãos informativos da imprensa. De acordo com Sérgio Mattos (2005, p.103), em 1923 foi editado o Decreto 4.723 que regulamenta os abusos da imprensa e que no governo republicano os delitos da imprensa eram disciplinados desde 11 de outubro de 1890, a partir de 1923 sucederam várias medidas coercitivas, cujo objetivo era controlar os excessos cometidos contra a moral e os bons costumes, tudo aquilo que não fosse indicado para uma leitura “familiar”. O Estado Novo fará uso massivo da censura para assegurar a disseminação do seu ideal cultural e político. As massas assim, como no Fascismo, foram um de seus alvos principais.

Diante disso houve a partir de 1934 uma sucessão de decretos e leis a fim de assegurar “a paz, a ordem e a segurança”.

Antes da promulgação o presidente Getúlio Vargas baixou o decreto 24.776, instituindo a Nova Lei da Imprensa, pela qual (artigo 6º, parágrafo 6º) a polícia poderia apreender veículos de comunicação independentemente de mandado judicial. Em 4 de abril de 1935 foi promulgada a lei 38, que regulamenta os dispositivos constitucionais sobre propaganda de guerra. No dia 11 de setembro de 1936, por meio da Lei 244, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional. (MATTOS, 2005, p. 205)

O Departamento Oficial de Propaganda (DOP), criado após a revolução de 30, se mostrou pouco eficiente, sendo a censura o instrumento determinante de controle para o Estado Novo. Vargas redirecionou os comandos do departamento propagandístico a Lourival

Fontes, que passou a chefiar em 1938 o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), e que em 1939 passa a se chamar Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Determinado por decreto, a constituição de uma instituição de caráter público, o Departamento de Imprensa e de Propaganda (DIP), torna-se então instrumento importante na elaboração racionalizada da unidade nacional e imagem mistificada de Vargas. O diretor responsável pelo departamento era Lourival Fontes (1899-1967), figura relevante em tal empreitada política. O DIP era não só responsável pela censura do teatro, música, literatura e meio jornalístico, mas também era meio propagandístico de promoção e coerção do Estado, patrocinava as informações e as atividades do governo e as organiza. A Constituição brasileira de 1937 legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. A imprensa, por meio de legislação especial, foi investida da função de caráter público, tornando-se instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia estadonovista. O DIP foi regulamentado pelo Decreto 1949, de 30 de dezembro de 1939. O artigo 1.222 exterminava a liberdade de imprensa e admitia a censura a todos os veículos de comunicação. “Seguindo o exemplo nazista, essa repartição preparava e encaminhava listas de assuntos proibidos para os jornais e para as emissoras de rádio” (MATTOS, 2005, p. 105).

Com sede no Rio de Janeiro a Revista *Cultura Política*, era um periódico ligado diretamente ao DIP, elaborado sistematicamente por intelectuais de diversas tendências ideológicas que se viam na missão de uma reforma moral e de uma organização social e cultural, assumindo a função de educadores da nação. O autoritarismo institucionalizado proeminente de uma nova ordem política partia de organizações representadas por homens, que em sua maioria, estavam “aptos” para participar do governo com o propósito de realizar uma nova configuração autoritária de poder. Um exemplo dado por Lúcia Lippi de Oliveira (2019, p. 12) mostra que esses representantes das instituições responsáveis pela nova roupagem cultural e educacional do estado esmeram um perfil especial, pois conseguiram compatibilizar modernidade e tradição, entre passado e futuro, entre política e história, o que justifica o Estado Novo como restaurador das tradições políticas brasileiras.

Helena Bomeny chama-os de “Intelectuais Ministeriáveis”, visto que estes homens estavam à frente dos principais órgãos responsáveis pelas políticas do estado, incumbidos da educação e da cultura, isto é, eram órgãos voltados ao projeto “pedagógico” de socialização da cultura, em que elementos como subordinação moral, civismo, cooperação, hierarquia e disciplina era os constitutivos principais do Estado Nacional varguista.

Os postos públicos integraram entre 1930 a 1945 um *modus operandi* de organização burocrática chancelada pelo processo de centralização autoritária, que se expandiu, permitindo que o Estado tutelasse frações de perfis da elite intelectual e os introduzisse em atividades em detrimento de demandas a âmbito cultural. Desta forma, estas colaborações se convertiam em referências do pensamento político no contexto do Estado Novo. Ademais, o regime ao interagir de maneira direta com a elite intelectual garantia, por vias institucionais, afirmar a construção da imagem positiva do regime. Como ponto estratégico principal, a propaganda governamental contou com o aparelhamento midiático de significativo alcance. A revista *Cultura Política* foi o principal órgão propagandístico de toda a estrutura, moldada pelo projeto cultural do regime. A partir daí torna-se possível perceber o alcance desse projeto que serviu de modelo para outros periódicos, que eram criados para seguir a mesma linha ideológica publicitária.

O caráter ideológico autoritário e centralizador do regime demandava a presença de importantes intelectuais a exemplo de Graciliano Ramos, como também buscava ideólogos do Estado Novo, que produzissem um discurso meramente político construtivista, e que não se convergissem com outras bases políticas. Deste modo o Estado produziu uma relação de produção de uma cultura nacional, em que o intelectual atuou no papel de mediador do povo com Estado, censurando possibilidades de expressões idealistas que não fossem as do regime.

Gustavo Capanema (1900- 1985), que como indica Bomeny (2019, p. 272), teve sua trajetória política a nível nacional inserido pela indicação de Francisco Fontes ao cargo de ministro da educação no governo Vargas de 1934 a 1945. Capanema formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1923, era simpatizante e partidário decidido do movimento revolucionário, que depôs o presidente Washington Luís e conduziu Vargas ao poder. Como ministro da educação, buscou estabelecer uma relação de proximidade entre os intelectuais e o estado, sendo auxiliado por Carlos Drummond de Andrade, que na época era o seu chefe de gabinete. O Ministério Capanema foi um órgão que externou sua capacidade de ligação da classe intelectual e os órgãos públicos do Estado Nacional, que ficaram responsáveis pela educação cívica moral e cultural das massas. Francisco Campos (1891- 1968) se torna inevitável quando o assunto é a organização do Estado Nacional, pois como jurista brasileiro erudito, intelectual autor do clássico livro *Em Defesa do Estado Nacional* e redator da carta constituinte de 1937. Pressupostos políticos em que baseava seus projetos eram, segundo Bomeny (2019), semelhantes aos projetos assinados por Capanema, tanto que

umdos projetos de impacto do ministério Capanema tinha assinatura de Francisco Campos: O movimento de organização da juventude em moldes autoritários.

Lourival Fontes (1899-1967), como ministro da propaganda de Vargas, completa esse repertório de ações com políticas de âmbito propagandístico. Sendo assim, ele pode ser considerado personagem chave do Estado Novo. Apesar de Jornalista e político, ficou mais conhecido pela sua atuação no DIP durante o governo Vargas, que comandou o ministério até 1942. Era grande admirador dos ideais fascistas e de Mussolini. Ele estava ligado à Vargas desde o governo provisório, era intelectual, e mesmo jovem, antes da era Vargas, já havia fundado um periódico em Salvador *A Hora Literária*, e em 1931 escreve *Política e Hierarquia (1931-1932)*. A ligação de Fontes com regimes autoritários era expressiva, haja vista que ele tinha uma ligação muito próxima com António Ferro (1885-1956), Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) do regime de Salazar em Portugal. Ferro era personagem importante do governo de Salazar, e teve parceria com Lourival Fontes na criação da revista *Atlântico*. O vínculo ideológico do regime de Vargas e Salazar, de acordo com Bomeny (2019), objetivava a criação de afinidades com o povo português como uma forma de demonstrar respeito com os iguais, essa interação de governos era a constituição de um programa cultural, o qual poderia configurar a unidade entre os dois países.

Os homens letrados, das elites intelectuais, marcaram presença no cenário político, como condutores do processo de modernização e na criação de uma nova ordem social. A remodelagem do estado depois da crise nos meados de 30 produzia nessa intelectualidade a ideia de que um pensamento deles era o coeficiente de racionalidade mais capaz, e a melhor alternativa de modernização brasileira.

Os discursos de Vargas, proferidos em inaugurações, comemorações e visitas, assim como o de seus ministros e assessores, forneciam o conteúdo básico da propaganda. Havia controle direto sobre os veículos de comunicação: jornais, rádios, cinema. A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP. Os que insistiram em manter sua independência ou se atreveram a fazer críticas ao governo tiveram sua licença cassada. As “publicações inconvenientes” foram suprimidas. Com esse esquema, a propaganda oficial não só alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país, como também passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem. (CAPELATO 1999, p. 173)

No Estado Novo um grupo significativo de intelectuais é chamado a participar da construção da cultura nacional

Em 1943, durante seu discurso de admissão na academia brasileira de letras, Vargas justifica sua entrada no seio da eminente instituição insistindo sobre o caráter indissociável do intelectual e do político. “Também disserta sobre a simbiose entre os homens da ideia e os homens da ação”. (CAPELATO, 1999, p. 345).

Dessa forma, houve um acolhimento e uma abertura favorável na aceitação dos intelectuais como porta vozes do Estado. É pertinente levar em consideração, quanto a este acolhimento, com o objetivo de dominar as massas e das elites pelo campo das ideias, pois o reconhecimento de um país diversificado fez o Estado se atentar à necessidade de não excluir os opositores de seus ideais, mas acolhê-los. Sendo este um objetivo político de dominação das diferentes classes e pessoas na construção de uma ideologia, conceito que, segundo Williams (1979, p. 112), “vai além da busca de uma hegemonia, pois o que é decisivo não é apenas um sistema consciente de ideias e crenças, mas todo processo social vivido, organizado praticamente por significados e valores especificamente dominantes”. Ele apoia essa ideia afirmando o reconhecimento de que a hegemonia é um termo que, quando se discute relações de dominação, essas são colocadas como forças político-socioculturais. A ideologia, no entanto, é explicada como um sistema de ideias que se organiza a partir da “perspectiva de classe”, as características representativas de uma crença ou sociedade ou também por ideólogos específicos a fim de obter um controle sistematizado da consciência.

O campo ideológico das classes dirigentes, dos burocratas e ideólogos do Estado Novo, quando ao atuarem como produtores de ideias era este espaço, a imprensa, que de modo ainda mais sistematizado se tornou o aparelho ideológico disciplinador da formação cultural, além de organizadora de valores. Visto que a função do intelectual nessa máquina idealista era de estruturar a ideologia do Estado a fim de obter uma hegemonia perante a sociedade, mesmo tempo em que exerciam funções na administração dos ministérios e instituições de caráter governamental. Estes estavam nos campos de produção e controle da nova política cultural nacionalista, haja vista, o papel desempenhado pelos “Intelectuais Ministeriáveis” assim chamados por Bomeny.

1.1 Paulo de Figueiredo e os colaboradores da Revista Oeste.

Dentro de uma proposta nacionalista que voltava os olhos para a construção de uma arte e cultura pátria nacional, o movimento modernista, no começo do século 20 inaugura com a semana de arte moderna, realizada em São Paulo em 1922, o marco de aproximação de intelectuais e artistas. Esse movimento buscava construir uma identidade própria, que rompia com o a estética estrangeira, e que agregava o tradicional com o moderno, criando o que eles

diziam ser original, um ideal que valorava as manifestações e o imaginário popular, na intenção de elaborar uma identidade nacional. De acordo com Oliveira (2019, p. 14-15) na configuração do campo intelectual o movimento modernista conseguiu um enorme espaço de participação dos intelectuais na construção de políticas de modernização do Estado. O Ministério da Educação chefiado por Gustavo Capanema posicionou uma fração desse movimento com ideias salvacionistas da nação, garantindo apoio institucional, a exemplo o concurso promovido para escolher arquitetos para desenhar a planta do novo prédio do Ministério da Educação e Saúde.

Miceli (2001, p. 16) coloca que essa tradição estética da vanguarda modernista vai compor-se de um conjunto de intelectuais e letrados, considerados a primeira geração de modernistas como Ronald de Carvalho, Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Ribeiro Couto, Oswald de Andrade etc. Esses intelectuais produziram conteúdos que devido as condições sociopolíticas causadas pela crise de 30 que “converteram a trajetória intelectual” na direção do modernismo e na profissionalização intelectual. Isso se dava devido à constituição de um ideal de redenção que propunha um conteúdo ideológico que sincronizava com a política conservadora e autoritária do regime Vargas.

O regime conseguiu se aproximar deste modo de intelectuais de diversas tendências ideológicas, não só modernistas, mas também conservadores e católicos, visto que, a estética do movimento buscava um consenso entre o tradicional e o original, criando o “mito da originalidade” que compreendia o enaltecimento de um produto cultural genuinamente brasileiro. Um exemplo dessa estética foi a política pública de preservação do patrimônio realizada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) fundado em 1937 sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

“Os modernos tinham assim preocupações preservacionistas, desejavam cuidar de parte do passado brasileiro representando pela arquitetura colonial barroca das cidades mineiras. Essa junção aparentemente esdrúxula se mostra comum na América Latina. Aqui, os intelectuais e artistas vanguardistas se mostram capazes de representar o passado e “vão encontrar no Estado um aliado fundamental para construir uma cultura, uma sociedade e uma economia nacionais” (OLIVEIRA, 2019, p. 15)

A *Intelligentzia* tornou-se o arauto responsável por disciplinar e construir o homem novo brasileiro, conduzido por um compromisso moral que buscava alternativas para a solução dos problemas da nação Brasileira. Em um país de significativo contingente de

analfabetos, eles introjetavam para si a obrigação de serem os interlocutores dos sem voz.

Velloso esclarece que:

“E a partir de 30 que eles passam sistematicamente a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da ideia de nação. Percebendo a sociedade civil como um corpo conflituoso, indefeso e fragmentado, os intelectuais corporificam no Estado a ideia de ordem, organização, unidade. Assim, ele é o “cérebro” capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social. Apesar das diferentes propostas de organização apresentadas pelos intelectuais ao longo das décadas de 20 e 30 – jurídica (Francisco Campos), econômica (Azevedo Amaral), espiritual (Jackson Figueiredo) -, todas convergem para um ponto: a solução autoritária e a desmobilização social)” (VELLOSO, 1987, p. 03).

A elite intelectual que compôs a classe “salvadora”, não chegava ali por vias de merecimento, uma parcela substancial alcançava os organismos públicos por meio de relações de compadrio, herança social ou capital.

A *Intelligentzia* arremetida pelo autoritarismo centralizador que compuseram a elite burocrática estatal de Estado Novo era advinda das famílias oligárquicas ou com relações sociais próximas a elas. Jovens intelectuais que buscavam uma carreira e escalada no campo político, quando não eram herdeiros das classes dominantes e não podiam se garantir pelo capital familiar, buscavam uma oportunidade através do capital social que lhes restava. A crise hegemônica que esse grupo social sofreu com a revolução de 30 operou um novo cenário que permitiu dar lugar aos que buscavam uma carreira nas instituições políticas devido a criação de mais postos administrativos de médio e alto escalão, como ministros, diretores, secretários, ou ocupar cadeiras em instituições acadêmicas por indicações e reconhecimento. Miceli esclarece que:

“Embora a modalidade inicial de inserção nos quadros dirigentes seja a atividade jornalística e/ou um cargo público, a carreira dominante, para a qual convergem as esperanças dos escritores, continua sendo o ingresso nos quadros políticos que assumem a representação da oligarquia na Câmara e no Senado ou então, raras vezes, um mandato de ministro. Tal fato não impede, todavia, que inúmeros escritores, sobretudo aqueles que não dispõem dos trunfos sociais e políticos exigidos para a carreira política, mostrem certa inclinação para transmutar o fracasso político em vocação irresistível para ser letrado, professor ou jornalista” (Miceli, 2001, p. 51)

A grande imprensa antes mesmo de 1930 já dominava de maneira significativa a vida intelectual. A imprensa responsável pela produção de bens culturais e políticos, também era

responsável pela influência nas atividades intelectuais, destarte, o progresso dessa nova classe intelectual legitimou-se na relação de aproximação da imprensa transformada em instituição de caráter público com as instituições políticas. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) realizava essa empreitada.

A imprensa da década de 40 esteve sob a influência autoritária do regime. A presença do Estado era explícita e o que marca esses periódicos é a relação dos intelectuais que atuavam nesses veículos culturais e informativos, com a máquina burocrática e suas instituições, ou seja, eram intelectuais que configuraram o teor conteudista das revistas e jornais com os interesses públicos do regime e que hoje permite interpretações da realidade nacional no contexto do Estado Novo.

“Não se pode subestimar a presença de um Estado que se relacionava intensamente com as elites letradas e interferiria de forma incisiva nos campos da cultura e da educação, ampliava muito a máquina burocrática e absorvia contingentes crescentes de servidores públicos qualificados em diversos escalões”. (DE LUCA, 2011, pg. 117).

O perfil dos responsáveis pela produção da Revista *Oeste* é caracterizado por essa geração da máquina burocrática e de letrados que precederam as transformações sociais e políticas das décadas de 30 e 40. Uma dessas mudanças, por exemplo, é o aumento do letramento devido reformas no ensino secundário e a criação e ampliação de cursos superiores. A maioria dos intelectuais foram produtos de uma demanda política, operada pelas elites burocráticas, uma fração das classes dirigentes que contestavam as oligarquias dominantes da primeira república.

Havia um empenho dessas classes dirigentes de preservar sua presença nas instituições políticas, visto que muitos perderam seus cabides eleitoreiros com a revolução de 30. A produção cultural tornou-se esse cabide e a cooptação dos intelectuais pelas organizações políticas e instituições culturais (Jornais, revistas e editoras), era o efeito das relações de classe que surgiram durante a crise do início da década de 30.

Os setores das classes dirigentes podem ser caracterizados por dois grupos ou categorias presentes dentro da elite do período apontados por MICELI como: “Parentes pobres” e herdeiros dos dirigentes da elite burocrática, termo usado para diferenciar os primeiros, que eram os intelectuais que “barganhavam seus trunfos” em troca de garantias profissionais, já os herdeiros dessa fracção intelectual buscavam manter ou estagnar o declínio

de suas famílias, ocupando cargos mais rentáveis devido as relações baseadas no *status quo*. As carreiras iam de encontro com as posições sociais ocupadas pelas famílias (MICELI, 2001, p. 77-82).

A intelectualidade, que se formou nas décadas de 1930 e 1940, fez parte da máquina burocrática do Estado Novo, mesmo aqueles que não concordavam com regime viam nas instituições públicas a oportunidade de reconhecimento de fazer parte da nova ordem social vigente, visto que, muitos acabavam simpatizando com as políticas centralizadoras e autoritárias do regime. Há de se considerar o empenho do governo em controlar e centralizar as instituições ampliando este controle aos veículos de produção cultural de informação como a imprensa, rádio e os jornais. Essa intelectualidade se sentirá na obrigação de colaborar com o projeto restaurador da nação, criando um modelo de nação pautado numa nova configuração cultural, que criou, segundo Miceli, uma nova categoria social.

A expansão colossal da máquina burocrática ocorreu tanto no âmbito da administração direta como na esfera estratégica de espaços emergentes de negociação entre o estado maior executivo e os diversos setores econômicos- institutos do café, do açúcar e do álcool, do mate do pinho e do sal, conselho de planejamento econômico etc., entre os governos central e outros tipos de interesse. Tais espaços dispunham via de regra, de atribuições predominantemente consultivas e operam como frentes de legitimação para a crescente ingerência do Estado em domínios de realidades até então sob a tutela de outras frações da classe dominante. O circuito de aparelhos sobre que se alicerçou tal processo veio propiciar as condições necessárias a cristalização de uma nova categoria social, o pessoal burocrático civil e militar.” (MICELI, 2001, p.199)

Contudo é necessário ressaltar que as classes dominantes sempre e principalmente em momentos de crise, quando estão perdendo suas hegemonias, procurarão arregimentar projetos que visam a dominação constante e contínua de realinhamento de pensamento daqueles que eles consideram não ter voz.

Esse conjunto de fatores mostra outra linhagem proporcionada pelas novas condições sócias históricas que institucionalizaram o trabalho intelectual durante a organização das relações de trabalho nos postos públicos durante o regime varguista. Miceli enfatiza a importância de apreender as práticas intelectuais, que possibilitam compreender “as formas mais complexas e dissimuladas num campo intelectual dotado de maior autonomia relativa” (2001, p.17).

É nesse desenrolar de relações que a tese de Lucien Goldmann nos permitir identificar as estruturas mentais dessa classe burocrática civil e militar, a fim de compreender as formas de dominação responsáveis pela “visão de mundo” desses sujeitos. Na concepção goldmanianna não existe o indivíduo, mas a *transindividualidade do sujeito* que é determinada pela classe social a qual pertence. O conhecimento construído pela classe intelectual pode ser pensado a partir das práticas institucionais nas quais estão inseridos, e que revelam no seu letramento as influências geradas pelas características ideológicas dos grupos sociais a que pertencem que transcende a auto capacidade da autonomia intelectual.

O grupo o qual este estudo se dedica oferece a possibilidade, de acordo com a concepção goldmanianna, de analisar quem é a voz dessa classe social de intelectuais e de letrados, ao estudar as estruturas internas cognitivas e formativas desses grupos. Para melhor compreender essas estruturas, buscamos estudar os intelectuais de relevância no que tange a formação do corpo editorial da Revista *Oeste*. Sendo este corpo formado por um conjunto de intelectuais e escritores, homens das letras, responsáveis pela estrutura, organização e conteúdos ideológicos publicados nas revistas de 1942 a 1944. Considerados a geração literária de Goiânia no campo cultural e político do período, tentaremos ao máximo expor como foram inseridas nesse campo de atuação que é a revista, expondo suas trajetórias institucionais e intelectuais.

1.2 A vida pública dos intelectuais da *Oeste*

A Geração literária dos anos 40 era, em sua maioria, herdeiros das elites e das classes médias urbanas, ou seja, alguns estavam no grupo dos herdeiros e outros eram os “primos pobres”, alguns com pouco rendimento que tinham mandavam seus filhos para estudar nas grandes capitais. Depois de terminar o secundário nos Liceus ou Colégios católicos, procuravam realizar a formação acadêmica em Direito, Medicina ou Engenharia. Miceli explica a funcionalidade da formação superior no Direito para as classes dirigentes:

A faculdade de Direito era a instância suprema em termos de produção ideológica, concentrando inúmeras funções políticas e culturais. No interior do sistema de ensino destinado à reprodução da classe dominante, ocupava posição hegemônica por força de sua contribuição à integração intelectual, política e moral dos herdeiros de uma classe dispersa de proprietários rurais aos quais conferia uma legitimidade escolar. A Faculdade de Direito atuava ainda como intermediária na importância e difusão da produção intelectual europeia, centralizando o movimento editorial de revistas e jornais literários; fazia as vezes de celeiro que supria a demanda por

indivíduos treinados e aptos a assumir os postos parlamentares e os cargos de cúpula dos órgãos administrativos ... (MICELI, 2011, p.115)

Paulo de Figueiredo considerado principal ideólogo e responsável pela Revista *Oeste* era diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, e pertenceu a essa geração de escritores, articulistas e publicistas, seu destaque se deu devido a responsabilidade que lhe foi dada em organizar, idealizar e estar na direção da revista. Considerada pelos intelectuais e literatos goianos do período, como marco na cultura do Estado. Uma vez que a revista consegue representar de modo substancial o nível de produção e colaboração da elite intelectual durante o Estado Novo na nova capital. Sendo o propósito inicial da revista, servir de espaço a intelectualidade jovem de Goiânia. É, portanto, inegável que ela tenha ficado de fora do projeto cultural do Estado Nacional, uma vez que a revista era um produto do Estado, por conseguinte, figurando como veículo legítimo do Estado Novo, comandada por um homem a serviço do regime.

Como ideólogo e publicista de notória importância quanto a Revista *Oeste*, era influente, reconhecido e respeitado por tê-la idealizado e organizado sua formação durante o Estado Novo implementando as ideias do Estado Nacional em Goiás. Era considerado figura notável no meio político e social, um influenciador e articulador de ideias. Responsável por parte substancial de artigos que discursavam sobre quais eram os aspectos ideológicos do Estado Novo, sobre uma política nacionalista do regime ditatorial varguista instaurado em 1937, podendo aqui ser considerado um intelectual que não está dentre os mais citados em estudos sobre a atuação dos homens que contribuíram com a era Vargas, mas que teve papel preponderante na implementação dos ideais estado-novistas em Goiás.

Natural do Rio de Janeiro, Paulo Figueiredo nasceu em 1913, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (1936), retornou ao Rio de Janeiro em 1937 e trabalhou no Jornal *A Nação* que pertencia a Flores da Cunha e que tinha como diretor Pedro Vergara, então Secretário da Presidência da República. O jornal fazia campanha para Armando Sales que, se vencesse as eleições, contemplaria Paulo Figueiredo como advogado da Caixa Econômica Federal, o que não foi possível devido ao golpe de 37 e a instauração do Estado Novo. Então, Figueiredo partiu para Uberaba onde fez amizade com Quintiliano Jardim, proprietário do Jornal *Lavoura e Comércio*, que na época era o periódico de maior circulação em Minas Gerais e bastante lido no Planalto e em Goiás. Ali colaborou ao publicar diversos artigos, todos versando temas políticos e sociais sempre com vistas aos novos modelos para a sociedade brasileira. *Lavoura e Comércio* servia

também como um jornal quase oficial do Estado de Goiás, pois publicava matérias oficiais financiadas pelo governo. Paulo Figueiredo chega à nova capital Goiânia em 1938, por indicação e influência de Quintiliano Ramos.

Segundo Figueiredo, Quintiliano durante um diálogo lhe fez as seguintes orientações:

“– Olhe o seu caminho não é franca, é Goiânia. Franca tem uma sociedade tradicional, já consolidada, toda estruturada no sistema capitalista. Você novo, inexperiente, sem maiores recursos financeiros, não terá condições de competir com os advogados locais, todos filhos de famílias abastadas, de fazendeiros, donos de fabricas de calçado e de frigoríficos. Com as ideias que você tem exposto em seus artigos no “Lavoura” você tem que ir é pra Goiânia. Você vai se dar bem lá. Vou lhe dar uma carta de apresentação ao interventor Pedro Ludovico.” (FIGUEIREDO ,1986, p.151) .

Figueiredo era filho do médico pernambucano Mario Augusto de Figueiredo e sua mãe professora de escola pública era natural Rio de Janeiro Dona Zulmira Nunes de Figueiredo. O intelectual pertencia a uma família que estava inserida nos padrões das classes medias da década de 40. E que por vias clientelistas conseguiu após ser diplomando em direito, adentrar em cargos importantes no Jornalismo e na vida pública.

Segundo entrevista concedida ao professor Jose Mendonça Telles¹ , após finalizar o curso de direito, ele então retorna ao Rio de Janeiro e como ainda não tinha experiência em advogar, exerce profissão de repórter, redator e colaborador do Jornal “A Nação”. Seu cunhado que era médico de Pedro Vergara foi quem o indicou a vaga de redator do jornal. Após o golpe de 1937 não havendo mais motivações e condições para permanecer no Rio de Janeiro, já que Figueiredo era um jovem recém-formado e que sobrevivia de pequenas mesadas enviadas pelo pai, resolveu ir para o interior do país devido as oportunidades que lograria com maiores possibilidades em sua carreira como advogado. Como, já mencionado o intelectual chegou a Goiânia por intermédio de Quintiliano Ramos que por sua vez mantinha certa aproximação política com Pedro Ludovico. Essas barganhas sociais a fim de arregimentar cargos mais rentáveis tanto na imprensa quanto em órgãos de caráter público e centralizador em face do poder estatal vinculava como afirma Miceli às profissões intelectuais.

¹ Entrevista presente na obra Memórias Goianienses 1, publicado pela UCG em 1986.

“Em outras palavras, as profissões intelectuais constituem um terreno de refúgio reservado aos herdeiros das famílias pertencentes á fração intelectual e, em particular, aos filhos das famílias em declínio. Esses Últimos tendo podido se livrar das ameaças de rebaixamento social...tiveram a oportunidade de objetivar com seus escritos essa experiência peculiar de distanciamento em relação a sua classe. Em suma, não se podem dissociar as disposições favoráveis ao trabalho intelectual das experiências sociais que moldaram tais disposições.” (MICELI, 2001, p. 82)

Ao chegar a Goiânia Figueiredo estabeleceu relações com figuras importantes da literatura goiana como Hélio de Araújo Lobo, com quem teve amizade e que a época era funcionário de IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), além de uma figura importante no cenário social e político de Goiânia. Logo no primeiro momento depois de ser apresentando ao interventor por Hélio Lobo, sem mesmo ler a carta de recomendação de Quintiliano Ramos, logo se tornou conhecido e de confiança de Pedro Ludovico, este lhe entregando no primeiro momento uma cadeira na Faculdade de Direito. E iniciou carreira pública em 1940, como promotor público de Bonfim, foi também Presidente do conselho Administrativo e Procurador Geral do Estado de Goiás durante o Estado Novo, além de atuar como consultor Jurídico do Senado Federal e Vice-diretor Legislativo do Senado Federal. Faleceu em 26 de dezembro de 1985. (TELLES, 1986, p. 150)

Em Goiânia, Figueiredo via conveniências políticas e idealizadoras que corroboravam com o momento da atual política estabelecida per Getúlio Vargas, já que era simpatizante do regime. Havia todo um aparato simbólico por traz da ideia de Goiânia, isto é, era uma nova capital que não era mais um curral político da primeira república, era uma obra que fazia parte da política de integralização do Centro Oeste, e que foi idealizada como um marco na história do Estado de Goiás. Para Figueiredo:

“A construção da nova capital foi uma tarefa verdadeiramente Heroica. Goiânia vale como uma epopeia. Ela foi como que a pedra fundamental do Brasil novo, esse Brasil que, desde o advento de Vargas ao poder, com a vitória da revolução de 30 e a implantação do Estado Novo vem procurando conquistar-se a si próprio firmando-se e afirmando-se como estado soberano. Goiânia foi a retomada do movimento bandeirante. Mostrou os caminhos da integração nacional, simbolizada na Marcha para o Oeste”. (FIGUEIREDO, p, 153. 1986)

Para ele Goiânia representava a epopeia, a “pedra fundamental do Estado Novo que demonstrou que a mudança da capital não era uma utopia. Pedro Ludovico ao erguer Goiânia

no Planalto realizou uma das obras públicas políticas mais importantes da história” (FIGUEIREDO, 1986, p. 153).

Paulo Figueiredo manteve durante os anos do Governo de Ludovico e Vargas o devido reconhecimento no meio social de Goiânia, pois era considerado o incentivador da cultura no Estado. Em 1943 foi escolhido pelo Grêmio Literário Cora Coralina, como patrono durante a inauguração do Ginásio Auxilium na cidade de Anápolis. A justificativa na escolha do Intelectual estava ligada ao florescimento cultural de Goiânia e o seu papel preponderante na *Revista Oeste*. No mesmo ano é publicado na revista um texto breve sobre a atitude do professor paulista Alfredo Gomes em escolher um texto de Paulo Figueiredo, “O Estado Brasileiro e o Sentido do Nacionalismo”, que havia sido publicado na revista *Cultura Política* para fazer parte dos conteúdos do livro didático por ele organizando e escrito sobre História do Brasil. O texto esclarecia que a atitude do professor era honrosa, pois FIGUEIREDO completava uma obra onde estavam presentes outras de escritores de grande prestígio como, Euclides da Cunha, Ronald de Carvalho, Varnhagen e Júlio Maria Belo. (Editorial Oeste, 1943, ed. n° 05, p. 26/204- 33/211)

Chaul (1988) apresenta Figueiredo como um dos intelectuais mais fascinados pelo Estado Novo, afirmando que seu projeto nacionalista entendia Goiânia como uma fonte de nascimento de um nacionalismo mais puro e heterogêneo, já que Goiânia estava recém surgindo. Entretanto, aponta Chaul que como, nova capital, Goiânia surgia como um curral político das oligarquias dissidentes sendo um símbolo de recrudescimento de um projeto que se dizia novo, mas, ainda era moldado pelas antigas raízes do paternalismo e favoritismo:

Paulo Figueiredo redator da *Oeste* reafirmava “O estado nacional é, dessa maneira, o resultado lógico, a consequência necessária da revolução que já o continha em embrião e daí o ter dito D. Aquino Correia ser Goiânia a flor miraculosa do Estado novo, que nela tem hoje, de um sonho de visionários. Por outro lado, Goiânia é, no momento, um dos argumentos mais sérios que o estado nacional tem para opor aos legueiros em férias” (CHAUL, 1988, p. 158).

O intelectual e publicista via em Goiânia o projeto concreto de efetivação do Estado Nacional, ou seja, Goiânia foi para o Estado Novo a representação realizadora da política centralizada e voltada a novos valores, inserido no interior do Brasil no projeto político, que diferente da primeira república, ele acreditava que a nova capital era o modelo concretizado e legítimo. Uma nova capital no interior do Brasil era o que faltava para tornar inválidos os

discursos dos grupos oligárquicos que, deixados de fora do projeto de Vargas, atacavam insatisfeitos a transferência da Capital.

Para Bastos (2006, p.121), Figueiredo merece destaque porque entre os autores do período de 1930 e 1940, apesar do pouco destaque como autor, suas críticas ao liberalismo podem ser notadas em discursos de chefes de governo e ministros. Foi um dos vários intelectuais do período Vargas que se via imbuído da missão de regeneração da sociedade, construindo novos valores políticos e culturais. Seus temas mais frequentes eram sobre o Estado Nacional, política internacional, crítica ao modelo de liberalismo da velha república e conceito de democracia.

O intelectual também contribuía nas publicações da revista, publicando no veículo informativo oficial do regime, a *Cultura Política*, e eram compartilhadas com a *Revista Oeste* a partir de 1942 quando começam as primeiras publicações do editorial da revista no mesmo período em que ele entrou para o corpo de editores e do qual fez parte até o último ano de circulação da *Oeste*. A sua participação na *Cultura Política* se deu por um convite feito por Almir de Andrade que na época como responsável pelo DIP alinhava os homens das letras ao projeto político do regime.

Os artigos publicados nas revistas foram reunidos em uma única obra em 1983, o livro publicado pela editora do Senado Federal era uma homenagem ao centenário de nascimento do Presidente Getúlio Vargas. “Aspectos Ideológicos do Estado Novo”, uma coletânea de artigos que dissertam sobre diretrizes ideológicas buscadas e firmadas pelos governantes do período Vargas. No prefácio do livro ele declara: “Fui um colaborador do Estado Novo, e disso não me arrependo, antes me orgulho” (FIGUEIREDO, 1983. p, 11), e não deixa dúvidas de sua eminente colaboração na *Revista Oeste* como fundador e articulador no papel de disseminador de uma doutrina política. Estado nacional, valorização do homem brasileiro, democracia e liberalismo são as pautas principais que compõem o conteúdo integral de “Aspectos Ideológicos do Estado Novo” (1983).

Essa coletânea de artigos reunida em uma só obra, nos dá a possibilidade de compreender como Figueiredo organizava sua linha de ideias, e quais eram as referências utilizadas na produção do conteúdo exposto nas revistas *Oeste* e *Cultura Política*. Estando ele dentro do contexto político e social, e declaradamente um idealizador da nova política nacional, e bajulador de Ludovico e Vargas. Ele tinha em sua linha de produção intelectual

um viés publicista que alimentava a imagem dos líderes políticos, e levava com ele a simpatia do grupo de jovens escritores, contistas e literatos que o acompanhavam na produção da Revista *Oeste*. O interventor era apresentado por Figueiredo como o homem que possibilitou a produção de uma revista literária, e assim se colocava como o protetor das letras da classe intelectual.

Um grupo da intelectualidade moça de Goiânia dos quais tiveram participação nas 23 edições da Revista *Oeste*², dos 110 colaboradores que produziram conteúdos para a revista e que nos permite compreender como essa classe de escritores, a partir da análise dos caminhos acadêmicos, políticos e sociais que estes homens letrados percorreram determinaram a importância da produção e participação na revista. Os quais estando presentes nos anos recorrentes de existência da revista, nos permite traçar um paralelo trazendo os lugares de práticas políticas, de formação acadêmica e de atuação como escritores e intelectuais do projeto publicista do regime coordenado por Figueiredo. No que concerne as práticas de profissionalização do trabalho intelectual. Esses intelectuais e literatos que configuraram o cenário político-Cultural de Goiânia de 1942 a 1944, integravam suas funções na máquina pública com a formação acadêmica e o papel que tinham no meio cultural.

Como já fora mencionado a estética da vanguarda modernista teve como, objetivo valorizar o imaginário popular agregando o tradicional ao moderno. Uma fração desse movimento modernista tinha suas aspirações voltadas aos ideais do Estado Nacional. Por consequência produziam uma nova leitura, ou seja, um produto cultural de origem nacional, valorizando as tradições e costumes brasileiros, ideias que iam para além dos grandes centros urbanos do país alcançando grupos intelectuais no interior do Brasil. Em Goiânia havia representantes dessa vanguarda modernista³. Para Telles

Só depois que rebentou a segunda grande guerra mundial e os poetas se viram constrangidos a contemplar um mundo angustiado, na expectativa da liberdade e, ainda, só depois de Goiânia, já consolidada, começava a fornecer condições para o desenvolvimento da literatura, foi que o modernismo goiano lançou claramente o seu manifesto através de poemas publicados na Revista *Oeste*, defendido por um pequeno grupo de intelectuais, que veio afinal impor suas ideias. (TELLES, 2019, p, 165)

² Um estudo mais detalhado da participação, nomes, números de vezes em que houve colaboração desses jovens escritores na revista, estará expresso no segundo capítulo.

³ O movimento modernista em Goiás teve início na cidade de Pires do Rio em 5 de maio de 1922, e a partir de 1942 um pequeno coletivo contemplou a estética modernista nos contos, versos e poemas nas edições da Revista *Oeste*. (Telles, p, 178-179. 2019)

O movimento modernista foi tão significativo na formação da revista que uma parte importante de articulistas de destaque eram pertencentes a esse movimento e colaboraram ativamente nas edições da revista sob a organização e direção indireta de Figueiredo. Podemos destacar Bernardo Élis, José Décio Filho, Gerson de Castro Costa, José Lopes Rodrigues e no grupo de mulheres Nelly Alves de Almeida e Marilda Palínia. Modernistas, simpatizantes do regime, críticos literários, compunham o corpo editorial da revista.

Os literatos citados são um exemplo de como a nova maneira de produção intelectual e literária estava voltava em estilo e forma ao discurso pátrio, centralizador e de caráter nacionalista. Figueiredo fez da revista um espaço de bajulação da nova ordem de pensamento estruturada de maneira sistemática pelas instituições construídas pelo estado afim de controlar os meios responsáveis por informar, e apresentar ao público uma visão romântica do regime e da imagem mítica de Vargas, o herói que veio salvar a nação brasileira das mãos dos estrangeirismos, unindo uma nação que estava dividida e ameaçada pelo fantasma do comunismo. Esses eram os temas fundamentais tratados de modo sistemático nas colunas mensais da revista.

Figueiredo conseguiu reunir nesse projeto cultural um grupo que contemplava o papel de representação do Estado Nacional em conteúdo, como a literatura regionalista que valorava os costumes com versos mais livres e com influências de linguagem de Mário de Andrade presentes nos temas regionais dos contos de Bernardo Élis. A poesia com humor e sordidez de José Décio Filho com a estética modernista de Carlos Drummond de Andrade. Os poemas com temas regionais de Nelly Alvez de Almeida. E Gerson de Castro Costa com tendências modernistas em seus sonetos, e ligadas de modo constante a artigos de teor político, esboçam o caráter da nova fase política, e quais grupos sociais estavam presentes nos periódicos controlados pelo Estado.⁴ Ademais, a revista contava com outras figuras notáveis e presentes na historiografia goiana que para além da literatura produziam colunas com artigos voltados a política e economia, como acontecia com Hélio de Araújo Lobo e Zoroastro Artiaga.

Como veremos a seguir, por não ocuparem cargos de alto escalão muitos desses membros da elite intelectual eram ligados a grupos oligárquicos que por definição os colocam na categoria de “Primos pobres”. De modo que essa categoria compartilha de características

⁴ Telles, Gilberto Mendonça. A poesia em Goiás: estudo, antologia. 3º ed. Goiânia: Editora UFG, 2019. Cap. V-VI.

sociais singulares, primeiro por estarem ligados direta ou indiretamente ao grupo oligárquico dissidente de Pedro Ludovico, por ocuparem postos públicos de confiança, por escolha e indicação do próprio interventor, essa categoria pertencia a famílias que se encontravam proporcionalmente afastadas tanto social geograficamente distantes de uma parte das classes dirigentes de maior prestígio e influência e só se deslocavam do interior para os grandes centros urbanos e capitais quando terminavam o ginásio. Ainda que apontadas essas características, Miceli afirma

Entretanto, a única maneira de diferenciar os membros os membros dessa elite intelectual e burocrática é privilegiando o perfil de seus investimentos na atividade intelectual em detrimento do conteúdo de suas obras, tal como aparece reificado na história das ideias. Enquanto alguns deles sujeitaram seus escritos às exigências postas pelos encargos da convocação política que os trouxe ao convívio com os núcleos executivos, outros procuraram resguardar uma parte da sua produção intelectual das injunções partidárias e das demandas que lhes faziam certas facções com que colaboravam. Todos eles contudo, acabaram se tornando modelos de excelência social da classe dirigente da época á medida que suas obras se converteram em paradigmas do pensamento político do país. (MICELI, 2001, p. 210).

Ludovico era político comprometido com Estado Nacional que, a nível regional integrou ao seu projeto de unidade nacional os intelectuais que na sua visão compartilhavam dos mesmos interesses ideológicos, ancorados na crítica ao modelo liberal de outrora. As estruturas de poder permaneceram intrínseca a nova ordem, as forças constitutivas dissidentes permaneceram nas mesmas relações de compadrio e interesses políticos. Isso significa que a classe intelectual formara sua consciência baseada nas leis da dinâmica de produção impostas a eles. O empreendimento ideológico do Estado Novo ao articular política e cultura, legitimou uma nova classe, *a intelligentzia* composta pela elite burocrática.

As múltiplas atribuições relegavam ao intelectual a responsabilidade pela construção de uma cultura alçada pelas demandas impostas pelo poder autoritário. Construir um novo homem que auxilie como operário na modernização e no desenvolvimento da nação, a valorização das culturas regionais reinterpretadas de modo que, construa nos demais um sentimento de pertencimento, educando as massas e sendo o intermediador delas com o Estado. Assim sendo, o tópico a seguir tem o propósito de apresentar a trajetória dessa classe de intelectuais que caminhou junto com Paulo Figueiredo na propaganda do regime Vargas principalmente a partir de 1942, ano da primeira edição da Revista que ocorreu durante o Batismo Cultural de Goiânia. Os intelectuais apresentados a seguir foram aqueles que mais se

comprometerem com o projeto cultural do Estado Novo na nova capital produzindo seus escritos em acordo com as doutrinas estado-novistas. Porquanto, refletindo na aproximação que tinham com Figueiredo compondo assim a mesmo grupo social atuante tanto no meio político quanto nos espaços de produção cultural.

1.3 A elite intelectual da Revista Oeste

No que tange as experiências individuais dessas intelectuais é necessário refletir a formação acadêmica e todas as instituições que estes participaram ou estiveram à frente, nos anos de atuação como intelectuais e colaboradores do editorial da revista. O caráter de importância das biografias desses sujeitos possibilita entender um pouco da herança social e experiências práticas. Essa práxis social permite conhecer as categorias de produtores de conhecimento os quais pertenciam, baseada nas instituições que precederam a sua formação e que foram responsáveis pela construção de “visão de mundo” desse grupo.

As trajetórias institucionais e intelectuais conferem os princípios pelos quais muitos pensadores direcionaram suas linhas de pensamento. Alguns pela religião a moral, outros porque enxergavam nas mudanças estruturais da sociedade, modos de sobrevivência alternativos, que muitas vezes diferem dos princípios pelos quais decidiram se tornar produtores ou reprodutores de saberes já constituídos. Pondera-se que em alguns casos muitos superam as questões econômicas, sociais e morais alcançando uma consciência mais individual fora da estrutura genética do grupo, classe ou categoria o qual pertencem.

É dentro da revista que se constituiu um núcleo de produção atado por relações sociais, por influências e fidelidades. Essas relações se unem por estruturas construídas pelo grupo intelectual atuante naquele espaço. Partindo desses pressupostos, a Revista *Oeste* buscou agregar no seu grupo de escritores perfis distintos, mas, que buscavam propósitos aproximados no âmbito político e intelectual. Tinham no Estado Novo expectativas apesar de opostos nas intenções e viram na nova política novas possibilidades de inserção nos espaços mais privilegiados, a fim de se legitimarem dentro dos grupos dominantes.

Gerson de Castro Costa que assumiu a direção da Revista *Oeste* no segundo ano de publicações, (Diretor da Oeste em 1943) não tinha formação acadêmica, mas sua trajetória intelectual e as suas produções literárias lhe rendiam muitos elogios e considerações, o intelectual era descrito da seguinte maneira:

Moço estudioso, inteligente e erudito, Castro Costa trabalha com igual perícia, vários gêneros literários:- o ensaio, o conto e a crônica etc., tendo publicado valiosas produções em revistas e jornais da capital federal, do triângulo mineiro e deste Estado. Já venceu concursos literários da revista *Carioca*, do rio, e da Academia Goiana de Letras. Dirigiu, com habilidade e proficiência, *Folha de Goiás*, e está atualmente, à testa de *Oeste*, revista que lidera o novo movimento culturalista. (Editorial, *Oeste*, ed. n°07, agosto de 1943, p. 22/ 282)

COSTA nasceu no município Trindade em agosto de 1917, “foi aluno pobre e estudioso”, era filho de sapateiro que apesar da precariedade de capital propiciou ao escritor poder iniciar seus estudos no Liceu de Goiás em 1932 onde concluiu o secundário. Espaço que lhe garantiu ótimas relações com pessoas da elite goiana. Em depoimento a Telles, Castro costa relatou as inúmeras dificuldades para chegar ao nível e importância que hoje lhe é conferido na história dos intelectuais e escritores goianos. Que apesar das circunstâncias, lhe foi possível se aproximar do ambiente cultural de Goiás. E afirmou a Teles (1986, p. 81) “ambiente cultural e a magia da amizade do povo da cidade de Goiás me envolveram, me inspiraram e formaram minha personalidade com vistas as atividades intelectuais do futuro. Devo muito, a respeito da minha formação ética e cultural”.

Desde os 16 anos de idade redigia artigos de sua autoria. Os cinco anos que passou estudando no Liceu o levou a se interessar por literatura, escrevia versos e prosas e enviava para serem publicados em jornais de fora. Primeiro começou a escrever no periódico do Liceu e logo depois começou a publicar em jornais de fora. “A coligação”, “Voz do Sul” de Anápolis de José Lourenço Dias e o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro.

Diante das dificuldades, Costa não realizou o intento de ir para o Rio de Janeiro e se tornar jornalista, mas encontrou em Goiânia a oportunidade de fazê-lo, chegou a capital em 19 de novembro de 1936. Ao chegar a Goiânia se juntou a Frederico Medeiros e fundou o Jornal *O Infame*, no entanto só em 1939 que realmente iniciou sua jornada no jornalismo profissional e fundou o periódico *A Folha de Goiás*, e no mesmo ano se registrou como jornalista profissional na Delegacia do Ministério do Trabalho. (TELES, 1986, p. 82-84)

Esse entusiasmo que Costa tinha pelas letras permitiu que ele ganhasse o prêmio do concurso instituído pela Academia Goiana de Letras, para premiar o escritor que criasse uma obra em homenagem à nova capital. O livro “Goiânia, a Metrópole do Oeste” de Castro Costa, foi a obra premiada. Ademais este evento tinha como protagonista da Revista *Oeste* Paulo Figueiredo, que juntamente com essa geração literária, e seu prestígio criaram a maior

revista de expressão cultural do Estado. Em 1938 também conseguiu o mérito de ser indicado por Oscar Campos Sabino ao cargo de Diretor Geral da Fazenda e nos anos do Estado Novo também fez parte da máquina pública do Estado, como funcionário do DASP (Departamento Administrativo de Serviço Público)

Destarte, em 1943 do mesmo modo do honroso conhecimento dado a Figueiredo pelo Professor Alfredo Gomes, este evidenciou na mesma carta admiração que tinha por Costa devido ao seu jornalismo e a suas produções literárias. Parabenizava-o pelo texto “O maior cumpridor de promessas do Brasil”, publicado na imprensa oficial do Estado o *Correio Oficial*.

Costa tinha Goiânia como um lugar de afloramento cultural da intelectualidade, e no cenário político do Estado Novo, assim como Figueiredo, ele via a capital como uma grandiosa obra idealizada por seu emérito criador, Pedro Ludovico. Sua aproximação com Ludovico se deu graças Oscar Campos Júnior, Diretor Geral da Fazenda, em 1938, que na época os apresentou durante uma visita ao Palácio das Esmeraldas. Causando-lhe enorme admiração, assim ele descreveu a análise que fez durante os anos do Estado Novo, servindo ao regime ao lado de Ludovico.

Não sei se meu pincel de pintor que não considera sequer sofrível vai servir para fazer o retrato psicológico da maior figura da política e da administração de Goiás até os dias presentes. Eram os tempos do Estado Novo. Seu prestígio era total e indiscutível. Sua vontade, lei. Ele comandava tudo dando ordens e pouco ouvindo opiniões dos auxiliares e dos amigos. O povo o acatava plenamente e poucos eram seus opositores- vozes isoladas () Visivelmente honesto e intransigente fiscal do erário do Estado. (COSTA, 1986, p. 89).

E reafirmava em Pedro Ludovico sentimento resguardado de agradecimento, enxergavam na figura do interventor um líder político de caráter inquestionável e impecável. Reconhecia nele toda responsabilidade da sua criação, Goiânia, dizia:

“Sua grande paixão político-administrativa foi a mudança da capital, a construção de Goiânia. Para isso, sacava dos fundos seculares do passado a chama do ideal de outros governantes e a vitalizava com o ardor de jovem enamorado, sonhando e realizando. Por essa fixação, enfrentou dissabores e atropelos, vencendo-os, e provando que somente um espírito de grande espectro telepático do futuro é capaz de grandes obras” (COSTA, 1986, p. 90)

Esse sentimento de agradecimento resguardado à figura de Ludovico era compartilhado com toda a geração literária que atuou de 1942 a 1945, e que alinhava o

sucesso do projeto modernizador do Estado a criação de um ambiente propício a atuação da produção cultural. O batismo cultural foi para esta geração um evento de considerável relevância histórica.⁵

Para Costa a inauguração “foi um uma festa estrondosa e todo Brasil quiçá todos os países estrangeiros tomaram conhecimento de que em pleno oeste brasileiro havia uma cidade moderna previamente projetada para capital do Estado (...)” (GALLI, 2007, p. 80). Esse exagerado saudosismo era característico de uma geração que se dispunha do “puxa-saquismo” para afirmar constantemente seu apoio ao governo, e barganhar cargos de confiança em postos públicos. Esse endeusamento constante praticado dentro da revista pelos intelectuais rendeu um conhecido artigo escrito pelo Jornalista Osório Borba do Diário de Notícias do Rio de Janeiro editado em 1944 com o título “A Religião Pedroludoviquiana”, de maneira que ironizava o espaço de produção da revista “afirmando que era necessário fazer-se uma antologia da Literatura do Elogio a figura de Ludovico, e dizia:

Trata-se de uma figura transcendentalíssima: não é mais apenas grande homem é algo acima do plano das coisas humanas (...) Pedro Ludovico deixa de ser chefe para se transformar como que em uma virtualidade, em um sentimento, em algo orgânico (...) Moral da Fábula ou conceito da charada: o diretor da revista é um jovem Figueiredo, que, indo daqui para Goiás, já é diretor de um Departamento de Estado. (TELES, 2019, p.210 *apud*, BORBA, 1944)

As publicações do jornalista Castro Costa na Revista *Oeste* compreendiam desde contos a temas filosóficos e discussões políticas. No primeiro ano da revista, em homenagem a Goiânia, publicou um artigo com tema “O Sentido ideológico de Goiânia” (Revista *Oeste*, julho de 1942, p. 03), na edição de nº 2 publicou o artigo “Nietzsche e o espírito germânico” (maio de 1943, p. 13), na edição de nº 4 “O Conceito de democracia do Estado Novo” (maio de 1943). Publicou ao todo sete contos, edição nº 3, “Astros, Estros e Ostras” (abril de 1943), edição nº 5 “Não, não era muito grave” (junho de 1943), edição nº 6 “O rapaz Antônio Rosa” (julho de 1943), edição nº7 “Ditadura” (agosto de 1943), edição nº 8 “Indiferença” (setembro de 1944) e edição nº 12 “Contos da gleba” (janeiro de 1844).

Outro colaborador e membro do corpo editorial da Revista *Oeste* que merece atenção, é Bernardo Élis que foi colega de estudos literários de Castro Costa no Liceu de Goiás.

⁵ De acordo com Ubirajara Galli, o mais provável é que este importante evento tenha sido organizado por Joaquim Câmara Filho que a época se ocupava do *marketing* de Goiânia. Já que Pedro Ludovico estava muito ocupado envolvido com a edificação da nova capital (2007, p.17).

Emérito escritor, publicou obras prestigiados no meio literário goiano e que completam a lista dos mais importantes escritores da história da capital.

Bernardo Élis nasceu em Corumbá de Goiás, em 1915. Era filho do poeta Érico José Curado e Marieta Fleury Curado. Suas heranças familiares não negam a sua trajetória. Sua formação cultural segundo depoimento a Telles (1986) foi por decorrência do convívio com pai que fora influenciado por pensadores de diferentes correntes de pensamento o que o levou a oscilar entre o modernismo, o movimento simbolista e ao romancismo.

Minhas poesias pretendiam ser modernistas e geralmente se colocavam no ângulo crítico ou irônico com referência á poética de Goiás do tempo e anterior. Dada uma certa tendência ainda existente para o romantismo ou para um parnasianismo muito postiço, minhas poesias abordavam temas julgados não poéticos e muitos poemas eram piadas, seguindo a moda do tempo. Era, pois, uma poesia de combate ao “status-quo”. (ÉLIS, 1986, p. 25)

Assim como Castro Costa também frequentou o Liceu de Goiás. Em 1934 ele ajudou a fundar o Grêmio Lítero-Teatral do Liceu de Goiás, além de criar o jornal estudantil “O Liceu” ambos no mesmo período. Para Bernardo Elis as atividades exercidas no jornal e no grêmio o estimularam na produção dos seus escritos, porque eram nesses espaços que desencadeavam debates e estudos sobre arte, literatura cultura e problemas de ordem social. Ele destacou a influência de professores com quem teve contato durante sua formação no Liceu. O então prefeito a época do Estado Novo Venerando de Freitas Borges foi um de seus educadores que segundo ele era muito estimado e o acompanhou na redação do Jornal do Liceu. O grupo de estudos literários com quem teve contato era formado por figuras importantes no cenário cultural de Goiânia como José Décio Filho, Goiás de Couto, Juruema de Guimarães, Oton nascimento, Gerson de Castro Costa, Jóse Lopes Rodrigues e outros. (TELES, 1986, p. 19-21)

Assim como Costa, Élis pertencia a uma classe menos privilegiada da sociedade Goianiense, com poucos recursos não sendo possível sair do Estado e continuar seus estudos como almejava segundo ele ir para São Paulo ou Rio de Janeiro, permaneceu no Estado onde construiu sua carreira como escritor e intelectual da geração literária de 45 no interior do Estado e principalmente em Goiânia.

Exerceu função de escrivão do cartório de crime por um tempo, órgão então criado por Pedro Ludovico em todas as comarcas de Goiás e conseguiu pela aproximação que havia cultivado com Venerando de Freitas no jornal um emprego na secretária da prefeitura de

Goiânia. Entre 1943-1944 foi chefe permanente da secção de crítica literária da *Oeste*. Apesar das funções burocráticas toda a sua formação intelectual era voltada ao exercício da literatura.

Élis foi ganhador da bolsa de Publicações *Hugo de Carvalho Ramos* com o romance “*Ermos e Gerais*” (1944). Em depoimento a Teles, o literato afirmou que bolsa só foi criada em decorrência do conhecimento que Venerando Freitas prefeito da capital teve da sua obra;

“*Ermos e Gerais* já existiam há dois anos com o nome ‘A mulher que comeu o amante’, quando o professor Venerando de Freitas, conhecendo o meu livro, queria publicá-lo. Em vez de beneficiar apenas a mim, criou-se então a bolsa que poderia beneficiar outros autores, como de fato aconteceu, fazendo dela o mais importante veículo de editoração em Goiás. Meu livro foi entregue a uma comissão formada dos srs.profs. Carlos de Faria, João Teixeira Álvares e Paulo de Figueiredo que mediante longos e bem fundamentados pareceres consideraram o livro em condições de ser publicado. Ao ser publicado recebeu unânime e caloroso elogio a crítica nacional, especialmente por seus representantes mais destacados nas pessoas de Alceu Amoroso Lima, Mário de Andrade e Monteiro Lobato” (ÉLIS, 1986, p.23-24)

Ademais dos romances premiados posteriormente Bernardo Élis também publicou as obras literárias *A terra e as carabinas* (1951), *O tronco*, romance (1956), *Caminhos e descaminhos*, contos (1965), *Veranico de janeiro* (1966), *Caminhos dos gerais* (1975), *André Louco* (1978). Sua Formação literária foi marcado por autores do movimento simbolista e clássicos portugueses como Balzac, Paul Borget, Anatole France, Flaubert, Zola, Vitor Hugo, e autores do movimento modernista como José Lins do Rego e Jorge Lima.

Mesmo tendo sido membro importante da revista, Bernardo Élis compreendia que aquele espaço de produção cultural só foi possível através de barganhas políticas. Apesar do reconhecimento e admiração que tinha pelos esforços de Figueiredo por ter idealizado a revista teceu críticas as intenções do intelectual ao fundar um órgão cultural, afirmando que seus interesses não se direcionavam a classe intelectual da revista, mas ao contrário, suas intenções eram meramente políticas. E afirmava

Mas se os políticos não entendem os escritores, Paulo Figueiredo era tão pouco escritor que entendeu suficientemente os políticos a ponto de firmar uma comandita. Aos escritores seriam dadas algumas benemerências consubstanciais na revista e sua divulgação, enquanto os políticos receberiam o apoio da intelectualidade e o trabalho

(gratuito) da propaganda. Dessa barganha surgiu a “Oeste”. (Revista Oeste, 1983, 21)⁶

Toda a responsabilidade da revista é voltada a Figueiredo, Élis reconhecia nele o poder quase semelhante ao de Ludovico. O que permitiu poderes e possibilidades para criar uma revista e atender as necessidades dos jovens intelectuais com quem tinha maior proximidade. Haja vista que apesar de mostrar o interesse em apoiar a juventude de escritores a revista era um espaço de “louvação” do Estado Novo. Segundo Élis a segunda fase da revista no retorno das publicações, tinha caráter único “configurar a ditadura fascista”. A configuração da revista como órgão propagandístico do Estado Novo provocou um certo descontentamento em alguns colaboradores da revista, gerando discursos com tons provocativos e desentendimentos entre a Figueiredo e alguns intelectuais.

Os críticos de Figueiredo o acusavam de exagerar nos saudosismos ao Estado Novo e ao Interventor, tamanho era o endeusamento que chegava a provocar desconforto, pois o modo como o discurso dentro da revista era proferido dava a entender que pretendia tomar para si certo apreço por parte dos altos governantes. Essas ações evidentemente lhe renderam mais tarde cargos de alta importância dentro da esfera pública Federal. Élis aponta que apesar das críticas direcionadas a figura do publicista no que concerne ao teor conteudista da revista muitos jovens intelectuais ainda permaneceram contribuindo com as edições da publicando seus escritos, visto que Ludovico não se curvou diante das críticas, ao seu homem de confiança, o que rendeu a Figueiredo maior status dentro da revista, resultando na criação de um corpo de censura do qual ele fazia parte. Não obstante ÉLIS deixa claro que em geral sempre foi fiel ao seu trabalho na revista e a todo momento manteve suas divergências sem exagero afim de conservar sua amizade com Figueiredo (Revista *Oeste*, 1983, p. 22- 23).

Para Telles (1986, p. 226) Bernardo Élis perpassou as instâncias idealistas e pousou no seu autêntico objetivo como escritor, pois sua arte era realista se baseava nos reflexos da realidade com o qual se deparava, e deste modo surgiam os temas dos seus contos. Era um regionalista, enxergava o povo e tecia críticas as classes mais privilegiadas e se preocupava com as classes trabalhadoras.

Em vista disso a presença desse intelectual que divergia do modo como o regime se relacionava com os meios de produção cultural comprova como o Estado reagia para não dar espaço a manifestações contrárias ao *modus operante* do Estado Nacional, era um modo

⁶ Depoimento por Bernardo Élis na edição impressa da Revista *Oeste* (1983), em homenagem ao cinquentenário da Pedra Fundamental de Goiânia.

autoritário camuflado de cordialidade e “tolerância”. De modo que ele classificou três tendências ideológicas nas três fases da revista de 1942 a 1944, a tendência “democrática-esquerdizante”, “democrático-centrista” e a “fascistizante”. Embora do segundo número ao último, a segunda tendência é quase imperceptível, pois o retorno da revista em 1943 vem justificando na estrutura política do momento deixando a entender que aquele veículo informático estava a serviço dos poderes vigentes, visto que os primeiros textos eram discursos de Vargas e Ludovico justificando o Golpe e a instauração do Estado Novo. (Revista Oeste, 1983, p. 57)

Na coluna da revista intitulada *Homens Notáveis*, era dedicada a pessoas importantes ligadas a intelectualidade de Goiânia e aos colaboradores principais da revista, e servia para descrever a biografia e a trajetória política e institucional da elite intelectual, era escrita por Vitor Coelho de Almeida (Edição de nº03 de abril de 1943, p.143). A primeira publicação dessa coluna fazia referência a pessoa de Zoroastro Artiaga que foi importante colaborador da revista, e que ficava responsável pela coluna “Economia Goiana”, era formado em Direito e ciências Jurídicas e membro do conselho de Economia e Finanças. Zoroastro Artiaga nasceu na cidade de Itaberaí em 1891, além de redator da *Oeste*, pertencia ao quadro do funcionalismo público da capital. Era membro da Academia Goiana de Letras, e Cofundador do Instituto Histórico Geográfico de Goiás (IHGG). Fundou e ficou a cargo da direção do Museu Estadual de Goiás que posteriormente através de decreto Lei nº. 5770 teve o nome alterado para Museu Prof. Zoroastro Artiaga.

Como intelectual era declaradamente um homem a serviço do Estado Novo, nos 20 artigos publicados nas edições da Revista *Oeste* Artiaga se apresentava como nitidotecnocrata que alinhava seus objetivos políticos aos do Estado Novo, via na política integralista de Vargas o momento de oportunizar o progresso econômico do Estado, buscando formas de inserir a economia do centro-oeste ao capital nacional. Demonstrava enorme admiração pelas políticas criadas pelo Estado Nacional, e elogiava com eloquência as leis criadas em prol do proletariado, afirmando que tantas conquistas não vieram por meio de lutas sacrificios, mais porque Getúlio Vargas era um “gênio realizador”, que por meio do seu patriotismo e espírito pacificador, enxergou as reais necessidades da nação, e que “com o advento do Estado Novo raiou um novo sol resplendoroso que inundou de luz as trevas do obscurantismo”. (*Oeste*, nº04, maio de 1943, p. 36).

No Artigo “Economia e não personalismo” (*Oeste*, nº8, setembro de 1943, p. 15/ 2001, p. 311) Artiaga exalta o Estado Novo argumentando que foi a partir dele, que a nação

saiu das mãos de uma administração “feudal”, cujo o único objetivo era financiar pequenos grupos políticos que monopolizavam o poder, através de fraudes eleitorais e de um modelo econômico que colocava uma maioria sobre as práticas exploratórias e abusivas de uma minoria. E reiterava que foi devido a obediência a aos valores pátrios que em 5 anos de Estado Novo, o Brasil conseguiu alcançar conquistas políticas, econômicas e culturais, que nunca havia alcançado nos anos da primeira república. Tamanho era o saudosismo de Artiaga ao Estado Novo, que ele afirmava

A mesma inteligência organizou as bases para uma nova civilização (...) dando ao individuo e á sociedade o equilíbrio preconizado pelo notável encíclica papal: a “Rerum Novarum”, que é a estrutura do Estado Nacional.(...) O Estado Novo foi a conquista gloriosa que tivemos, graças á supervisão do venerado Presidente da República , e esse regime ideal será o regime universal, será o padrão de que se utilizarão as nações unidas para darem ao mundo dias melhores , dentro de um plano cristão que a encíclica contem, um sentido mais prático de democracia social (...).(Revista *Oeste*, 08, 1943, p. 15/ 2001,p. 311)

Há aqui três perfis de intelectuais literatos que estiveram a frente das edições da revista nos três anos desde a primeiro número, que nos permitem entender como o regime agregava essas personalidades ao projeto cultural estado-novista. Castro Costa e Bernardo Elis fizeram parte do mesmo movimento modernista em Goiás, e passaram pela mesma instituição de ensino, porém constituíram ideais políticos que divergiam. Visto que Zoroastro Artiaga que não foi do movimento modernista e teve formação na área do Direito como maioria dos jovens das famílias mais privilegiadas de Goiás, teve pelo Estado novo forte admiração. É impossível nesse contexto isolar as ideias dessa *Intelligentzia* com as aspirações do Estado autoritário, principalmente quando se cria um campo de atuação, onde a fim único e produzir conteúdos que legitimem as estruturas dominantes. A *Oeste* foi organizada por meios e para fins de promover o Estado Novo e valorizar as figuras de Vargas e Ludovico.

Essas referências influenciavam os sentidos críticos provocando a valorização ou apologia exacerbada, ou seja, o intelectual ao cercear seus projetos em algo já dado e consumado sem se ater a crítica do momento em que está atuando como influenciador de ideias, consequentemente não passará de mero reprodutor de teorias das influências das doutrinas totalitaristas da Europa que tornava o papel destes intelectuais um tanto viciosas. A organização de uma sociedade que passa por um instante de crise, busca se preparar por um

processo transformador e o indivíduo se coloca nessa posição de intelectual se vê no compromisso moral de ligação direta com a política e como agente do processo que ele julga ser revolucionário. O Estado Novo buscou na crise do pós-guerra e nos conflitos pós-revolução de 30 indivíduos que tomaram para si o compromisso de mediadores e determinadores de novas práticas morais e sociais.

A apologia é sempre paralisadora a crítica; o discurso apologético na medida em que seu compromisso de fundo não é necessariamente com a verdade, tem como resultado um ocultamento da realidade. Nesse sentido não permite o cumprimento de uma das funções vitais da atividade intelectual: o desvendamento da aparência dos fenômenos. (BASTOS, 1999, p. 8).

De acordo com Bastos (2003, p. 151) ofício do intelectual requer, incessantemente, a obrigação do uso impessoal da razão nos momentos mais dramáticos de vacilações da “razão pessoal”. A crítica ao uso da razão se torna indispensável para a compreensão da dimensão da ação moral do intelectual. O campo social designa, apesar do trabalho da autoconsciência, o afloramento de uma configuração ideológica da relação dos agentes que corresponde a um estado de demanda objetiva tendo, como princípio unificador, o gerador de todas as práticas, de orientações de escolhas e vocação as práticas individuais condicionada pela herança social.

CAPÍTULO II

Paulo de Figueiredo e os “Aspectos Ideológicos” do Estado Novo

Paulo de Figueiredo reuniu em seu único livro editado em 1983 todos seus artigos políticos e filosóficos sobre suas concepções a cerca do regime Vargasista (1937-1945). De modo que no livro estão apresentados e organizados seus escritos publicados na Revista *Cultura Política e Revista Oeste*, durante os anos do regime e que expressam como ele se utilizava dos meios propagandísticos afins de construir um modo de compreensão sistemático dos valores defendidas pelo Estado Nacional. Ademais nessa organização de ideias, é possível notar uma estratégia de disseminação de valores que são mais que simples artigos em detrimento do regime varguista. Mas sim a produção de uma filosofia que ancorada nos valores simbólicos defendidos pelo regime Vargasista.

É importante assinalar que os artigos de Figueiredo constituem, nos números da revista em que aparecem, elementos centrais da discussão política, em que se debatem as questões sobre a natureza do estado nacional, sua função e seus objetivos. Isso ancorado numa exposição teórica sobre as relações Estado\sociedade. (BASTOS, 2003, p. 151).

Paulo de Figueiredo no primeiro momento tenta demonstrar a necessidade de construção de um homem novo, o qual segundo ele estava perdido entre os novas estruturas do século XX sem conseguir se alinhar com as demandas do mundo moderno. Para ele a civilização moderna transformou-se em um campo de pura manipulação do capitalismo, perdida e sem rumos. “Por causa de tudo isso, vivemos hoje num mundo caótico e sofredor. Tudo avança com a tecnologia, menos o homem.” (1983, pg,15-16). As considerações apontadas por Figueiredo tencionam construir a imagem do homem inativo, que devido a crise do pós-guerra tornou-se um ser sozinho e improdutivo socialmente. O intelectual aponta no primeiro momento do livro “*O Estado Novo e o Homem Novo*”, uma nova reestruturação das manifestações políticas que estavam aperfeiçoando os valores humanos outrora destruídos e condenados pelos partidarismos e um modelo de liberalismo que segundo Figueiredo era *caduco*. A nova obra de Getúlio era por ele contemplada como uma criação e totalmente desapegada de um mundo moderno que não colocava em voga os princípios humanísticos, e justificava

Um Estado que Fora do liberalismo caduco, visa a objetivos certos, através de métodos de governo definidos; mas que, também, longe de certos tipos de Estado modernos, não quer de modo algum a estatização do homem, a subordinação da pessoa humana a fins

meramente políticos. (...) O Estado integrou-se na vida popular, humanizou-se, fortaleceu-se no seu verdadeiro papel de organização diretora dos destinos dos povos. (FIGUEIREDO, 1983 p, 17-18)

A criação de um homem novo era ligada diretamente ao sistema econômico que devido à crise não haviam permitido que o homem passasse por seu processo de evolução já que este não era um ser coletivo, e que havia nesse caso a necessidade de tutela do Estado. O Estado seria o responsável pela construção e controle deste novo homem. De acordo com Gomes:

A missão histórica da Revolução de 1930 e do governo do pós-37 era "salvar a tempo a situação do operário", criando um direito trabalhista que o reconhecia como uma célula da vida nacional". Justamente por esta razão, não se poderia negar ao novo regime uma feição democrática. Onde está a verdadeira democracia? A esta pergunta deveria caber uma resposta simples e direta. A verdadeira democracia encontra-se no caráter realista e humano do novo Estado, que natureza e a cultura brasileiras com o esforço do trabalho, protegido e amparado pelo governo. Estabelecer um novo começo, estabelecer a democracia no Brasil é avançar em direção ao trabalhador, que materializa por suas potencialidades e necessidades a finalidade orientadora do Estado Nacional.(GOMES, 1982, p, 122)

A máquina política cultural do regime exigia que os intelectuais exercessem sobre seus leitores certo tipo de fascínio sobre a doutrina que o Estado impunha, reforçado por valores como a religião e os valores a pátria em que se formariam indivíduos a serviço exclusivo do Estado. No capítulo 4 "*Fins humanos e políticos do Estado brasileiro*", Figueiredo apresenta a importância e define o Estado como único meio possível de organizar as estruturas sociais, que segundo o intelectual é subdividida e se distingue por grupos . Portanto ele propõe uma maneira técnica de organização em que busca compreender a esta maneira as verdadeiras necessidades humanas.

O Estado ao executar essa técnica de subdivisão consegue por fim distinguir quais os elementos essenciais necessários para a restauração do povo e da nação. Pois uma nação organizada, é uma nação realizada, dinâmica e desenvolvida. (1983, p. 22-23). No entanto o intelectual aponta um adendo ainda no mesmo tópico, que para tal realização só seria possível a partir do momento em que o Brasil criasse o seu modelo de desenvolvimento, partindo do pressuposto de reconhecer sua verdadeira posição em relação ao universo, apesar de citar o universo como todo em relação ao Brasil , ele se refere as nações que parecem

segundo ele serem universais quando se pensa em soluções políticas e econômicas para resolver os problemas estruturais de uma nação em crise, ele afirmava

Vivemos, durante decênios com a cabeça na Europa e os pés no Brasil, como pitorescamente dizia Pedro da Mata Machado. Num mundo de ficções. Num Estado permanente de “dandismo” político vivendo em fórmulas, de fórmulas, pró-fórmula. ...Nada que traduzisse sangue brasileiro, rumo brasileiro. Tudo se dissolvendo um ultramarismo pedante e vazio. Daí os exotismos e a anarquia. (1983, p, 24)

Figueiredo aponta que o mal comum do “europeísmo” atingia não só o Brasil, mas alguns países da América Latina e cita como exemplo o Chile e a Argentina. Porém todas essas críticas que ele tecia buscavam compreender as consequências da política liberal da primeira república, ao anteceder a história citando a política do Brasil colônia como “algo extraordinário”. Outro ponto importante realizado pela intelectualidade do Estado Novo era a ressignificação do passado como modelo positivo apelando para analogias, assim criando a impressão de valorização de valores nacionais autênticos. Para Figueiredo

No Brasil Império conseguimos, ainda, durante longo período histórico, manter algum equilíbrio. Assim em nosso Brasil liberal, liberal e tropical usávamos *smoking* em vez de ternos de caroa. Resultado: insolação quase que coletiva. bebíamos *whisky*, ao invés de água de coco. Efeito: a embriaguez republicana (1983, p, 25-26)

No capítulo 5 “*O Estado Nacional como expressão das necessidades brasileiras*”, Figueiredo compreende que para que haja a tutela do Estado sobre o homem como bem coletivo da nação é preciso considerar etapas, primeiro compreender a própria realidade, reiterando o modelo próprio de nação e a este modo colocando o Estado Nacional de Vargas como ordem das “coisas” políticas. Que segundo ele a política compreendia a transformação cultural do indivíduo por meio da tutela total do Estado e defendia o papel primordial do chefe da nação determinando que quando o chefe de Estado não consegue esse tipo de controle o seu governo tende a perecer (1983, p, 48)

Figueiredo se coloca no papel de mediador e publicista de políticas autoritárias, tendo como função construir uma teia de estruturas que se completassem para dar uma significação as ações mais controladoras que fossem exercidas pelo Estado. A sua leitura sobre o dinamismo acerca do Estado Nacional, perpetua a ideia já dada de pensadores que compreendiam governos autoritários como único modelo de uma nação desenvolvida e livre de crises, onde o controle primeiro deveria ser exercido sobre os costumes e ideias do homem

individualizado pelo liberalismo. Essa interpretação da realidade brasileira é orientada por referências como Ortega e Gasset, Gilberto Freyre, Nicolau Berdiaff, Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Pedro Vergara e Oswald Splenger. É pertinente destacar a importância de Ortega e Gasset, sendo este um dos pensadores mais citados nos escritos de Figueiredo.

A relação Estado e sociedade, no projeto político de consolidação de um estado nacional centralizado, estão presentes por exemplo nos artigos do pensador espanhol Ortega y Gasset. Na década de 40 é pertinente destacar que Gasset era um dos pensadores mais lidos na América latina por intelectuais como Figueiredo que colaboraram com regimes autoritários e que flertavam com ideias fascistas. As críticas ao Liberalismo eram umas das pautas principais dos artigos de Figueiredo. Assim como Gasset buscava uma solução aos problemas da nação, baseado na ideia de que o responsável por buscar uma solução viável para os problemas nacionais, devido a crise do liberalismo no entre guerras. As críticas eram voltadas aos modelos estrangeiros ao qual se renderam os poderes dominantes da Primeira República.

Assim como o pensador espanhol que teorizava em seus artigos um modelo ideal para a Espanha e delimitava de maneira clara a missão política das minorias intelectuais, José Ortega y Gasset definia qual deveria ser a função da classe intelectual responsável por intermediar a comunicação do povo com Estado,

Para nós, portanto, é prioritário o fomento da organização de uma minoria encarregada da educação política das massas. Não cabe empurrar a Espanha na direção de nenhuma melhora apreciável enquanto, de um lado, o operário urbano, o lavrador no campo e a classe média nas cidades e nas capitais não apreenderem a impor a vontade áspera de seus desejos; de outro lado, a desejar um futuro claro, concreto e sério. A verdadeira educação nacional é a educação política que, simultaneamente, cultua os brios e os pensamentos. (ORTEGA e GASSET, 1999, p.57)

Os artigos publicados na *Cultura política* e na *Revista Oeste* evidenciaram elementos do intelectual espanhol, visto que Figueiredo fazia sempre questão de colocar as referências bibliográficas das leituras em que ele baseava suas teorias em relação ao Estado e Política. Os artigos escritos por ele tinham com constância presente três obras, que podemos considerar basilares na construção dos conceitos ideológicos do intelectual aqui em questão: *España invertebrada* (1921), *El tema de Nuestro tiempo* (1923) e *La rebelión de las masas* (1930)

Para Figueiredo o liberalismo foio mal maior que impediu que o indivíduo não compreendesse a essência da vida, “sem realidade humana, sem realidade nacional, o

liberalismo foi uma doutrina em contradição com a vida do indivíduo e das coletividades, e, conseqüentemente, não poderia a política liberal ser arte de governar...”(1983, pg, 147). A regeneração do Estado pelas mãos do regime colocava os intelectuais e burocratas nessa missão moralizante, na construção de novos valores. Figueiredo foi em Goiânia o publicista mais dedicado na construção desses novos valores, soube de modo sistemático organizar a *Revista Oeste*, para estes fins.

No capítulo 12 “*O Estado Nacional, Goiânia e a redivisão política do Brasil*”, o intelectual reitera que com o Estado Nacional reajustado e emancipado dos estrangeirismos, foi possível o início de integração dos territórios em que se incorporou os valores nacionais. De acordo com Figueiredo esse reajustamento só foi possível devido a incidência de uma nova “sociologia política” que criou um “Estado vivo, orgânico, teleológico, em duas palavras, Estado pedagógico”. (1983, pg. 187). Goiânia serve ao discurso publicista como símbolo dessa reintegração, e a figura do bandeirante é aqui revivida de modo simbólico expressando o ressurgimento, uma força antes suprimida por ideologias estrangeiras. Era preciso reivindicar o movimento bandeirante e afirmava

Quer dizer: precisamos reiniciar o movimento bandeirante. Mas em outro tom. Um bandeirantismo integral. Um bandeirantismo sobre bases nacionais, planejado. Um bandeirantismo estatal. O bandeirantismo cujo veículo natural seria, sem dúvida, o Brasil politicamente redividido. (1983, p. 188)

Essa redivisão era a Marcha para o Oeste e expressava a ideia de que o Estado Nacional teria a partir dessa ação um domínio total do país, promovendo o desenvolvimento econômico e o povoamento da região centro-oeste, e reitera

Nossa assertiva não é vã: firma-se na experiência da redivisão firma-se sobretudo, em Goiânia, cidade artificialmente construída e já constituindo uma lição admirável, plena de sugestões, pois que é bem, como falou seu idealizador e fundador, Pedro Ludovico, “ a chave, o começo de solução de todos os demais problemas”, não apenas de Goiás, mas de todo Brasil firma-se, por isso, como a cidade bandeirante por excelência, aquela que está traduzindo o verdadeiro sentido da nossa civilização.(1983, pg. 189)

No capítulo 13 “*O Estado Nacional e a ordem social futura*”, a democracia é colocada como uma política indiferente ao liberalismo, Figueiredo defende que não existe fins humanos nesse sistema e justifica essa afirmação a partir da afirmação do filósofo Berdiaeff

em que a democracia apesar de parecer da autonomia e soberania ao povo, ela na verdade ignora o povo, e defende que

“a democracia não é uma solução para os problemas das sociedades humanas. Friso, todavia, que não estou empregando o termo democracia como sinônimo de “liberal democracia Contudo, foi justamente porque era, em teoria democrático, e porque se mostrou incapaz, em sua demonstração prática, da democracia, que o liberalismo, fracassado, deu impressão de fracasso da democracia mesma, sendo isso a causa dos regimes totalitários, que se propõem o esmagamento da democracia, justificando-se, em sua negação democrática, nessa falência liberal”. (1983, p. 197)

Figueiredo faz uma provocação ao citar o comunismo como substituto do liberalismo citando a Revolução Russa como exemplo político fracassado de “extinção das classes pela ditadura de uma classe”, em que a humanidade era suprimida a fim de manter a supremacia de um único homem. Apesar da crítica Figueiredo publicou um artigo na *Oeste* em 1943 3ª edição. 2º ano, intitulado *Um Modelo Russo a se Imitar*, e defendia que os russos se valiam pelo seu sistema e sua filosofia, pois uma ideologia só se realiza pela política, e o que interessa é o fim supremo do Estado. Só assim se almejava uma nação feliz, apesar de não concordar com a doutrina que ele diz ser de um marxismo que coloca o fator econômico acima das relações de partido, que interfere na busca da identidade nacional, por ironia admirava alguns pontos do sistema soviético, e afirmava

É que para o russo comunista, o que vale é o seu sistema, a sua filosofia. Ora, uma ideologia só se realiza pela política, isto é, quando seus princípios cardiais informam os órgãos institucionais que regem a vida social. Pois os russos tem uma ideologia definida e são conscientes dela. Isso é incontestável, e aí está a força maior do regime soviético. A política, quer como arte de governar, é sempre, um veículo de ideias, que ela visa semear por todo território humano dos Estados. Não há política sem ideologia sendo esta a medida do seu valor. (*Oeste*, nº 3, 1943/ 1983, p. 99)

Ainda no artigo publicado na Revista *Oeste* na edição de nº 5 de 1943, “*Homem, não classe*”, Figueiredo da continuidade a conceituação do Estado como instância última na elaboração de uma nação que tutela as necessidades dos homens nos organismos sociais, em que “o Estado reflete, pois, o estado sentimental, intelectual, moral e espiritual do povo que integra donde a importância do Estado como técnica de “construção” do próprio indivíduo, através do povo” (*Oeste*, nº5, 1943, p, 185).

Portanto o intelectual aponta as estratégias do Estado Nacional de controle das classes através do discurso do homem que não tem uma classe porque este faz parte de um coletivo, pois quando o Estado se põe a serviço de classes ou grupos, ele deixa de lado alguns indivíduos. Assim o Estado nacional busca propagandear sobre a valorização do homem dando a impressão de proximidade deste com as necessidades de todos. Figueiredo coloca que quando Estado não diferencia o individuo por classes ele promove a sensação de igualdade, algo que segundo o intelectual não era possível do sistema liberal. A defesa dessas ideias é demasiada exagerada nota-se uma admiração extrema por parte de Figueiredo a essa ideia de homem novo que o Estado Novo propagandeava. E destacava

Ora, há, incontestavelmente, um grande número de espíritos de eleição que, identificamos com o Estado Nacional, esclarecem-lhe os propósitos, mostrando as suas razões históricas, a sua legitimação política. O povo, mesmo, na sua sabedoria instintiva, já percebeu que há algo novo e grandioso na obra do Presidente Vargas. É, pois, de se ter esperança no Estado Nacional. É de se crer que o povo brasileiro se torne um grande povo e que o Brasil se transforme numa grande pátria. (*Oeste*, nº5, 1943, p, 186)

As críticas eram de ordem filosófica, social, política e moral. Figueiredo buscava interpretar a crise do sistema a partir de todas as instancias possíveis. Na ordem filosófica o homem foi coagido pelo sistema liberal a ser individualista, e pensar somente no valor das coisas. A consequência dessa desagregação social impossibilitava o indivíduo de construir instituições políticas centralizadas que seriam as responsáveis pelo aperfeiçoamento do homem como ser político. Essas críticas justificavam a defesa por uma política centralizadora, visto que “a política – ciência do Estado – arte de governar, isto é, de organizar a sociedade, a vida dos homens em comum, não pode afastar-se dessas solicitações supremas do homem”. E ainda afirmava citando Splenger que a filosofia da política liberal, separava o homem cívico das instancia econômica e das relações de sociabilidade.

“Perde-se com a social-democracia, a noção de conjunto. Com ela, nota Splenger, “a nação que na sua qualidade de sociedade, era antigamente um tecido orgânico da família, ameaça, a partir da cidade, decompor-se numa quantidade de átomos particulares”. Está, pois, a liberal democracia em desacordo profundo com a natureza das coisas. E fazendo do individuo uma abstração acaba de amesquinhar a individualidade. Ora a nação é um organismo de que é *célula mater* o homem. Mal situado este, deformado assim pela política, esta não poderá cumprir o seu papel de organizadora da sociedade dos homens”. (*Oeste*, Figueiredo, ed. nº10, novembro de 1943, p. 03/371)

O primeiro artigo do intelectual publicado na Revista Oeste, *O Brasil Comeu Espinafre* (2001, p.37/1942, n°01, p. 03), apresenta no periódico uma das diversas críticas à política liberal da velha república. Ele cita o *laissez faire/laissez passer* e situa o Brasil na posição de uma marionete dos ideais políticos europeus afirmando. Ele traz o verdadeiro Brasil e sua própria forma de política nacionalista. Cita Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana e diz: “eram médicos da roça, ninguém acreditava neles.... Preferiram os nossos refinados liberais coisinhas leves, delicadas. Doutor Descartes que nos ensinou a prestidigitação de dividir coisas indivisíveis, doutor J.J Rousseau que nos mostrou o mundo da Lua” (2001, p.37/ 1942, n° 01.p. 05). Essa leitura permite compreender que a elite intelectual alimentava o sentimento de obrigação de salvadores da nação. Suas ideias eram o produto cultural responsável pela construção do sentimento de uma identidade que estava sendo construído ao longo da política varguista: o projeto cultural nacionalista.

Na edição de n°8, publicada em setembro de 1943, com o artigo intitulado “*O Estado Nacional e o mundo de amanhã*”, Figueiredo deixa claro seu descontentamento com a democracia que ele acredita ser indiferente as necessidades humanas, em que a liberal-democracia “reduziu o mundo a uma simples categoria jurídica, a um mero produto da razão, pondo a vida em função da lei”. O intelectual tende a reduzir o conceito de democracia, com uma proposta política desumanizada, indiferente a vontade do povo. Ele justifica

Sou democrata; mas, por isto mesmo, não sou liberal. A distinção se impõe, pois a confusão entre as duas coisas quase foi fatal á democracia. Não quero dizer que o liberalismo não contivesse, também, democracia. Continha, sim; mas não continha a democracia, como pretendiam os liberais. A liberal democracia era uma democracia puramente intencional. Contudo foi justamente porque era, em teoria, democrático, e porque se mostrou incapaz em sua demonstração prática da democracia que o liberalismo fracassou, e , fracassando deu a impressão de fracasso da democracia mesma. (n° 8, setembro de 1943/1983, p. 307)

Em um discurso proferido em Anápolis durante uma concentração trabalhista no dia 7 de setembro de 1943 a convite de Câmara Filho, Figueiredo discursa sobre a organização operária em que ele apresenta elementos da sua publicidade ufanista dos valores trabalhistas , pois o sistema corporativista imposto pelo regime nas relações de trabalho apesar do reconhecimento partidário , que no entanto era totalmente subordinado a máquina estatal, necessitava constantemente de um espetáculo de poder afim de legitimar a nova ordem vigente. O trabalhador de Vargas era sempre lembrado da sua obrigação para com o Estado Nacional. A fala de Figueiredo efetiva o prejuízo causado pelo ser individualizado e lembra a

importância da ação coletiva como modelo intrínseco a pátria . O publicista se dirige aos trabalhadores como seus “camaradas” e “companheiros”. E indaga os trabalhadores a pensar sobre os benefícios arregimentados pelo Estado Novo e a indiferença da Primeira República ao pensar as necessidades do operário. Ademais exalta a figura de Vargas e mantém no discurso toda responsabilidade dos valores sociais reconhecidos ao operário, devido ao golpe de 1937.

Entretanto todos sabeis, na defunta república dita liberal... também a 10 de novembro de 1937, o grande presidente Getúlio Vargas implantou no Brasil, um Estado verdadeiramente democrático, o Estado Nacional, humano e cristão. Sim, em 1937 inaugurou-se, no mundo, uma nova democracia: a democracia brasileira. Democracia de fatos, e não de palavras vazias E por ter essa compreensão cristã do trabalhador que o presidente Getúlio Vargas o conseguiu dar ao operário brasileiro uma legislação social exemplar no mundo. (nº9, 1943/ 1983, p. 335)

O Estado construía no imaginário popular uma sensação de proximidade do homem então trabalhador com a do líder, gerando um sentimento de reconhecimento que não era visto na política anterior a revolução de 30. Portanto essa sensação de proximidade tinha efeito catalizador ao colocar o operário como “soldado” a serviço da pátria. Em *A Invenção do Trabalhismo*, de acordo com Gomes o Estado integrou os trabalhadores ao jogo político, de caráter corporativista e tentou moldar uma identidade social do trabalhador, e com os sindicatos ligados diretamente ao Ministério do Trabalho, indústria e comércio, controlava a relação do operário com trabalhador. Deste modo operava-se a construção de um homem novo sobe a regime do Estado. E a autora aponta que o pacto social operado pela Estado com o trabalhador estava mais para um troca de obediência em detrimento dos benéficos oferecidos na legislação trabalhista. E apesar de frisar que é necessário relativizar essa subordinação do trabalhador com o Estado, afirma

O Trabalhador almejava esses novos direitos e por isso concordou em aderir politicamente a o regime, isto é, ao seu modelo de sindicalismo corporativista tutelado e todos seus desdobramentos. Sendo cooptada pelo Estado a classe trabalhadora perdeu sua autonomia, o que resultou numa submissão política, de ausência de impulsão própria. (GOMES, 2005, p, 179)

O Estado induzia o trabalhador a pensar sua posição como soldado, sendo sua arma a obediência patriótica. O trabalhador/ soldado dava sua benevolência ao Estado através de trocas econômicas, sendo esta uma troca simbólica presente na “ideologia do trabalhismo brasileiro”. Essa “generosidade” oferecida pelo Estado segundo Gomes é o que determina a

relação de classes no âmbito de trocas econômicas de cima para baixa, o trabalhador de Vargas estava sobre as bases “ideologia de outorga”⁷, ou seja, estavam dependentes de uma autoridade paternal. E Figueiredo ao discursar afirma essa paternidade representando o homem em grupo, desvinculando o indivíduo por si só, ele precisa estar ligado a uma organização com estruturas estatizadas.

No artigo intitulado *Sobre a Falência do Liberalismo*, nº 10 de novembro de 1943 na *Revista Oeste*, neste texto Figueiredo propõe apontar outros exemplos de falência do liberalismo além do território brasileiro, a fim de enfatizar as críticas relativas ao indivíduo autônomo preconizado pela primeira república. Ele aponta que a social-democracia fracassou em todos os aspectos “filosóficos, políticos, morais, sociais, econômicas, étnicas, culturais, geográficas ” etc. Por ordem filosófica ele entende que o fracasso desse sistema foi por consequência da falta de uma filosofia , pois não havia uma finalidade única determinada pelo Estado. Tendo em vista que o liberalismo era incapacitado de grandes realizações políticas. O intelectual afirma ter alcançada o elemento metafísico da política , “ concluindo-se, assim, que o centro da atividade da política é o homem e que todo sistema que se afastar desse centro está fadado a inevitável fracasso””(nº10, 1943/1983, pg, 371).

Por razões de ordem moral a crítica se dá pelas bases principais considerados eixos condutores da política , liberdade e autoridade , segundo Figueiredo é possível que exista uma harmonia entre os termos , que produzira um homem hierarquizado e disciplinado.

Em um Estado estruturado nessa substância humana a liberdade consistirá na garantia de condições de vida que possibilitem ao homem, como “indivíduo”, desenvolver-se plenamente, e a autoridade estará no poder organizado, capaz de regular o jogo das forças individuais. A liberdade será, desse jeito a força individual, a força de cada um, e a autoridade o sistema das forças individuais”(nº10, 1943/1983, p, 372).

⁷ A análise de Luiz Werneck Vianna sobre Liberalismo e sindicato no Brasil ajuda a compreender o posicionamento dos liberais. Segundo Werneck Vianna, em torno das leis do trabalho foram criadas duas tradições mitológicas: a primeira diz respeito ao caráter de outorga das leis sociais do Estado, que omite a dessa primeira exercida pela classe operária, e a outra, decorrente dessa primeira, concebe a revolução de 30 como um marco divisor. O estabelecimento desse marco permitiu enfatizar a ideia de que a questão social deixou de se constituir num caso de polícia quando o Estado passou a disciplinar o mercado de trabalho “em benefício dos assalariados”. Dessa interpretação resultou os estímulos a supressão das memórias das classe subalternas. Com isso subtrai-se ou pelo menos disfarça-se o caráter controlador e repressivo do comportamento operário que a legislação getuliana encerra. (Capelato, 1989, p, 96)

Figueiredo afirmava que essa política que individualizava o homem levaria o país, ao temido socialismo, e que o Estado deveria ser o responsável por todas as instâncias da necessidade do homem. O Estado era então o homem disciplinado, hierarquizado, e estruturado de acordo com os mandos e desmandos do governo, “a autoridade é a própria liberdade organizada”, a autoridade era entendida como força mobilizadora concentrada nas mãos de uma única autoridade política:

“A autoridade é, pois, a condição primeira de eficiência e de suficiência de qualquer regime político. Mas qual deve ser a natureza da autoridade? – deve sem duvida expressar-se na pessoa do chefe; - se a política é por excelência o domínio da vontade, da decisão e da responsabilidade, a primeira categoria da política, a categoria fundamental, há de ser a pessoa; a pessoa que decide o centro de vontade e de responsabilidade, o chefe, o homem q a confiança publica aceita ou designa como encarnação do Estado” (Oeste, FIGUEIREDO, n°10, novembro de 1943/ 1983, p. 04/372).

Na edição de n° 11, Figueiredo com o artigo intitulado “*Sobre a falência do Liberalismo II- Conclusão*”, finaliza essa crítica ao reiterar a defesa de um Estado autoritário como única forma viável de transformação do indivíduo em ser social, de forma que a liberal democracia não fazia justiça aos mais necessitados, e que ao separar as questões sociais da governabilidade, deixava o homem desvinculado também dos interesses econômicos. A economia não podia ser entendida como um setor independente das outras questões, ao citar Splenger ele esclarece:

“A “economia não é um reino independente”. Assinala Splenger está ligada intimamente a ‘alta política’. Entretanto no estado Liberal inorgânico e a teleológico, as coisas não são entendidas deste modo. Assim como o racionalismo cartesiano fragmentou o homem e os seres em categorias distintas e irreduzíveis. A liberal democracia, seu retrato político, divide em unidades independentes seu organismo social, esquecendo o elo profundo que aproxima todas as coisas. Isola-se, assim, a economia num mundo próprio, insubmissa aos primeiros princípios e aos fins últimos da vida, e daí abala-se toda superestrutura da vida social que nela tem suas raízes” (Oeste, FIGUEIREDO, n°11, novembro de 1943 p. 27/437).

No Artigo intitulado *Fundamentos constitucionais dos direitos do trabalhador, no Brasil e na URSS*, mais uma vez Figueiredo segue a cartilha propagandística do regime ao fazer analogias da situação do trabalhador russo com a do trabalhador brasileiro. “A Rússia esta em posição de relevo , atinente a questão social ha que notar que sob o ponto de vista

do verdadeiro humanismo, existem, na organização social soviética graves inconvenientes”.(n° 15 abril de 1944,/ 1983, pg, 573). De acordo Figueiredo esse quando só não era tão adequado devido a influência marxista expressada pelo direito social soviético como uma filosofia totalmente materialista. Destarte, a condição do trabalhador brasileiro ancorada pelos princípios constituições eram sólidos e expressavam caráter humanista.

No artigo de n° 16 em homenagem ao 1° de maio, Dia do Trabalhador, Figueiredo remete este dia a criação dos valores, das coisas, do essencial que de acordo com ele são todos produzidos pelo trabalhador. Esse dia exigia do Estado Novo dada a importância do caráter simbólico da representação da pessoa do trabalhador, uma espécie de contemplação. O dia do trabalho fazia parte do calendário de comemorações cívicas do regime. No discurso do intelectual o Brasil deveria servir de exemplo a outras nações, “fossem aplicados, aos trabalhadores de todo mundo, o nosso código de trabalho, o 1° de maio seria, de fato o dia da Confraternização Universal” (n° 16, 1 de maio de 1944/1983, p. 599).

Cabe ressaltar que as festividades realizadas pelo regime eram atreladas a outras datas, o 1° de maio era próximo ao aniversário de Vargas, daí a necessidade de festividades de grande porte onde se podiam um publico significado para ouvir os discursos de agradecimento e gratidão proferidos por Getúlio Vargas. Gomes aponta que

O Dia do Trabalho passou a assumir certos contornos rituais. Era sempre uma comemoração de massas, na qual o presidente em pessoa se encontrava e falava com os trabalhadores. Mais do que isso, era uma data que passou a ser aguardada pelos trabalhadores, já que era a ocasião em que se anunciava mais uma iniciativa governamental de peso no campo do direito social: o presente da festa. (GOMES, 2005, p. 217)

Para Bastos, Figueiredo compôs a máquina burocrática do Estado Novo, contribuindo na construção da cultural do Estado Nacional, e que compreendeu seu papel de regenerador da sociedade assim como a classe intelectual cooptada pelo regime, porém não tem o reconhecimento que lhe é merecido. Leitor das obras Gassetianas, ele acreditava que poderiam ser incorporados na política cultural do Estado as teorias do Espanhol. É certo que como publicista do regime estado-novista, priorizou e se dedicou nos anos do Estado Novo as figuras de Vargas e Ludovico. Com o apoio do Interventor Ludovico a medida que os órgãos e controle midiático e propagandístico iam centralizando os meios de comunicação, este viu na nova capital o lugar de construção de um espaço que ele pudesse organizar suas teorias e

críticas as políticas da Primeira República, de modo a alimentar as estruturas autoritárias e dominantes do Estado Novo.

A manutenção do poder para Figueiredo tendia sempre para as críticas ao liberalismo, de maneira que sempre aponta os erros cometidos pela primeira república. A valorização do homem era de modo forçoso a valorização da pátria. Esse era a função do Publicista, demasiado reconhecer ser um produtor de ideias, que ele conceitua como uma filosofia, e que a partir dela foi possível a modernização do país. Portanto ele defendia as ações coercitivas do regime, e as interferências do Estado em todas as instâncias. Seu trabalho durante os dois anos que publicou na *Revista Oeste e Cultura Política*, organizado em duas fases.

A primeira parte da sua produção tinha como objetivo principal a construção do carácter humanístico do novo homem, este deveria ser entendido como ser obrigado a ter suas necessidades compreendidas como a de todos. O individuo, não pode ser mais indivisível, sua existência deve ser toda regida pelas leis do Estado. Este homem que outrora segundo o intelectual tinha direito, porém, não era humanizado e nem ouvido, com o Estado Nacional sua única obrigação seria obedecer a pátria, já que esta sabia reconhecer todas as necessidades do seu povo. A partir daí o individuo se torna parte de um conjunto a serviço do Estado e da Figura eminente do líder. Passa a ter uma outra noção de sua posição como operário e trabalhador, ao realizar a troca da benevolência do Estado pela sua força de trabalho.

Na segunda parte Figueiredo reforça a crítica principal do Estado Nacional, aos valores sociais e económicos liberais da primeira república. O Liberalismo assim como o comunismo são em regra geral os catalisadores do mal maior. A palavra liberalismo no mesmo contexto de democracia é por ele interpretado como dicotômica, que quando colocados como eixos comuns em um sistema político, a única consequência é o fracasso da pátria. O Intelectual acreditava no fim do capitalismo, pois nele não existia pátria já que esta era a lógica principal do ideal humano. Homem, pátria e obediência. Figueiredo assinalou que

A legislação social do presidente Vargas é uma revolução branca que garantira ao proletariado brasileiro, no futuro uma situação privilegiada porque se lhe dará todo aparato material e intelectual, defendendo-o da ganância impiedosa dos exploradores do Trabalho alheio O Presidente Vargas saberá levar o Brasil a cumprir o seu grande destino, dando mais brilho e fulgor as máximas aspirações humanas...(nº 14, março de 1944/1983 p. 544)

No geral a imprensa getulista, tinha esse dever de exaltar a figura de Vargas, de fazer comparações do Brasil da Primeira República com o Brasil do Estado Novo e anunciar as realizações do governo no plano econômico, cultural e político. Fica evidente que o Estado Nacional tinha a classe intelectual como produtores dos bens simbólicos responsáveis por alimentar os aparelhos de coerção e de palavra de ordem do regime.

A imprensa foi para Vargas as ancoras que mantiveram as políticas do Estado Nacional. A *Revista Oeste* exerceu esse papel de ancora, assegurando o controle e a censura da classe intelectual de literatos goianos. A revista era o espaço principal de afloramento dessa classe, em que FIGUEIREDO comandar e organizar usando também esse espaço para seus próprios fins , ou seja, a prioridade sempre o Estado.

CAPÍTULO 3

A revista Oeste e seus intelectuais.

Durante a comemoração da construção da nova capital surge Revista *Oeste*, publicando sua primeira edição em 5 de julho de 1942, com o primeiro número em homenagem ao *Batismo Cultural de Goiânia* e circulou até dezembro de 1944 com total de 23 publicações, sendo estas mensais, totalizando 961 laudas. Cada publicação tinha em média de 25 á 45 páginas. Com exceção da edição de nº 18 de julho de 1944 em homenagem ao aniversário de Goiânia com 77 páginas publicadas. A revista, durante os três anos de atuação, foi formada por dois corpos editoriais compostos por jovens literatos, que eram considerados no meio social ao qual pertenciam ser a elite intelectual Goiana. Estes articulistas exerciam outros carreiros como advogados, médicos e em sua maioria funcionários públicos, ou seja, boa parte era de um contingente significativo da máquina burocrática do Estado Novo⁸.

A Revista Oeste, ao afirmar no primeiro número do ano 1 em que surgiu ser o “veículo oficial do pensamento moço em Goiás” (1942 nº 1 pág., 34), deixa especificado qual seria o perfil das publicações apresentando no discurso inicial o objetivo do periódico de destacar o retrato da vida intelectual, artística e sociocultural na nova capital. Apesar de nos anos seguintes apresentar um outro discurso pautado na intensa massificação da revista como aparelho ideológico do Estado, a Revista ainda permanece dando destaque a intensa produção cultural no que se refere a produção literária. A considerar as características da Revista, nota-se que é formada por pouca publicidade duas são destaque a primeira é sobre o fotógrafo das elites goianas e o segundo é sobre o Bônus de guerra. Entendendo que a revista se concentrava exclusivamente na produção intelectual e literária e uso de elementos simbólicos a fim de promover intensa propaganda do regime. Todas as edições têm em suas primeiras páginas de abertura uma imagem, seja ela de uma obra de arte, de uma figura pública (fotografia de um chefe de Estado) ou de um monumento histórico de Goiás.

A intelectualidade vinda da elite letrada em Goiânia e que colaborou de maneira significativa da revista integra o que pode ser designado como o grupo de pensadores, que

⁸ O *Batismo Cultural de Goiânia* foi evento voltado a inauguração oficial da nova capital de Goiás a cidade de Goiânia, com realizações de eventos culturais, inaugurações de prédios oficiais, que duraram do dia 1º ao 11º de julho de 1942. O evento foi autorizado pelo presidente Getúlio Vargas por meio do decreto de nº 4.092 de 5 de fevereiro de 1942.

fundamentaram como um todo a base de ideias que foram disseminadas pela revista nos seus três anos de duração. Dos intelectuais em termos de maior relevância tanto em artigos com conteúdos ligados às ações do regime de Vargas, de caráter econômico, político e cultural, ou seja, de maior relevância em publicações, quanto na literatura presente na revista são: Paulo Figueiredo que contribuiu ao todo com 23 artigos, Odorico Costa e Marilda Palínia 21 artigos, Zoroastro Artiaga 20 artigos, Hélio A. Lobo e Bernardo Élis 13 artigos, J.B Félix de Souza com 12 artigos, segundo levantados pela própria direção da revista, até a edição de número dezesseis 110 colaboradores já haviam escrito artigos para a revista.⁹ Da produção literária, (contos, crônicas e poesias) ao todo, colaboraram 84 escritores, entre eles estavam aqueles que pertenciam ao círculo social dos intelectuais e literatos de significativa importância, chegando a escritores amadores que tiveram a oportunidade de publicar suas produções esporadicamente. Os mais notáveis são José Décio Filho (12 poemas e 3 contos publicados), Bernardo Élis (10 poemas e 3 contos publicados), Marilda Palínia (5 poemas, 5 contos e 5 crônicas), José Lopes Rodrigues (6 poemas, 4 sonetos e 1 conto), J.B Félix de Sousa (5 contos e 3 crônicas) e Afonso Félix de Sousa (7 poemas e 1 conto). Porém é necessário salientar que antes da *Oeste* já existiam periódicos como “O Popular”, “Folha de Goiás” juntamente com a imprensa oficial “Diário Oficial”, que divulgavam a matéria literária produzida pela juventude goiana.

Quadro 1 – Colaboradores e contribuições literárias

Autores (Revista Oeste)	contos, ensaios, poesias e crônicas (1942 a 1944)
José Décio Filho, Marilda Palínia	15
Bernardo Élis	13
José Lopes Rodrigues	11
José Campos	09
J. B. Félix de Sousa, Afonso Félix de Sousa	08

⁹ Estes resultados sobre o número de artigos publicados pelos colaboradores da *Revista Oeste* podem ser encontrados na pesquisa de Maria Nepomuceno *A Revista “Oeste”: Seus Intelectuais e a Organização da Cultura e Modernidade em Goiás (1942-1944) ano: 2000.*

João Acioli, Domingo Félix de Souza	07
Guilherme X. de Almeida, Jurandir de Guimarães	06
Genesi de Castro e Silva	05
Rosarita Fleury, Frederico de Medeiros, J. Amaral Neddermeyer	04
Hugo de Carvalho Ramos, Félix de Bulhões, Emir Omá, Xavier Júnior, Ely Brasiliense, Jovelino Campos	03
Esmeralda Rocha, Demostines Cristiano (Ganhador do 2º Concurso de Contos do Oeste), Augusto Rios, Vitor Carvalho de Ramos, Breno Brasil Guimarães, José Godoy Garcia	02

Ricardo Paranhos, A. Bastos Morlcah, J. A. orreia, Vicente Mesquita, Raimundo Moreira Santos, Luiz Otávio, Cardoso dos Santos, vandro Ribeiro, Nildo Aparecido Filho, Jarbas Jayme, Vasco de Castro Lima, Nóbrega de Siqueira, Lucas Boquadi, Constância Gomes, e. Antônio Wasik, Omar Santos, Demostenes Cristiano, Pedro Celestino, Euclides Félix de Sousa, José Crispim Borges, Vitória Helena, Durval Pereira, Horaci Artiaga Mendes, Frauzinho Rodrigues, Marth Santos, Luiz aulistano, Olavo Bilac, José de Faria Ribeiro, José da Rua, Jurema de Rocha Lima, Rubem Braga, José Bittencourt, Carlos Faria, F. Pimenta Neto, Júlio Miranda, Eurico, Higino odrigues, Arlindo Costa, Leodegário de Jesus, Luiz de Couto, Quintiliano Jardim, Lupicínio e Araújo, Goias Couto, Durval de Castro, R. oreira, Gerson de Souza, Maria Braga Horta, Edésio Daher, Veiga Neto, Anderson Horta, Celso Hermínio, Félix Sampedo, Romulo Gonçalves, Xenofonte Filho, Autor desconhecido

01

Fonte: Revista Oeste.

As demandas políticas dos intelectuais corroboram de fato com a conjuntura política Estado novista. A imprensa adequar-se-ia como espaço fundamental de atuação intelectual desses sujeitos. A importância da Oeste era tida para figuras do cenário político como prefeito Venerando de Freitas, como um milagre, ele chamava a Oeste de “O Milagre no agreste da cultura”, o argumento era de que a *Oeste* fora um produto signo da dura conjuntura dos primórdios de Goiânia, configurada pelas bases de jovens idealistas

que acreditavam no futuro cujo arrebol despontou com a concretização dos sonhos dos precursores da ideia da mudança da capital, como fórmula capaz de arrancar Goiás do marasmo, do atraso em que vivia mergulhado. E foi após nove anos de sua fundação, exatamente no histórico dia “5 de julho de 1942”, quando Goiânia era entregue ao Brasil por seu fundador, no dia maior do seu batismo cultural, na presença das mais lídimas e expressivas figuras do mundo político-cultural do País, que circulou o primeiro número da revista “Oeste” (TELES, 1986, p. 191).

O Batismo Cultural de Goiânia foi para os entusiastas das letras um marco fundamental que reforçava a ideia de Goiânia integrada ao dinamismo cultural e político do projeto nacionalista do Estado Novo. O Surgimento da *Oeste* foi atribuído por Castro Costa o segundo diretor da *Oeste*, a Paulo de Figueiredo. Conforme Costa, a publicação da revista só foi possível em razão de um grupo de jovens dirigidos pelo intelectual Figueiredo que além de jornalista era membro do Conselho Administrativo do Estado.

Castro Costa reconhecia que a notoriedade de Paulo Figueiredo na máquina burocrática do Estado se fez meritório no que concerne à importância dada a ele por Pedro Ludovico, quando idealizou a criação de uma revista filosófica, literária e política a fim de comemorar a criação e fundação de Goiânia. O intelectual tinha grande admiração pela pessoa do Interventor, e compartilhava dos mesmos ideais políticos, isto é, apoiavam o projeto Varguista como única solução possível para o país. COSTA assim definiu as razões pelas quais a *Revista Oeste* foi possível:

Talvez sem o prestígio de Paulo Figueiredo, importante parafuso na engrenagem administrativa do Estado e useiro e vezeiro em bater palmas ao interventor, a publicação não saísse. De qualquer modo “*Oeste*” foi grande bem proporcionado à intelectualidade goiana, particularmente àquela que se chamou a geração literária de 45 no Estado (COSTA, 1986, p. 85).

Para Costa, Figueiredo era um dos mais influentes e, um dos intelectuais de maior presença junto a Pedro Ludovico. “Paulo Figueiredo, administrativamente influente, inteligente, ativo, Jornalista, cujo lábaro era de louvores ao presidente da República e ao interventor em Goiás, ao Estado Novo, enfim.” (TELES, 1986, pg. 87). Assim como Castro Costa e Paulo de Figueiredo, Bernardo Élis que também pertenceu à geração literária de 45 afirmava segundo Teles (1986) que Goiânia conseguiu na década de 40 romper com as bases do passado consolidando um ambiente cultural mais denso embora ainda um pouco estagnado e conservador mais que apresentava um panorama cultural igual ou superior a antiga capital, pois havia mais de um periódico, além dos cursos secundários que a seu mister estavam funcionando bem e contando com a Faculdade de Direito e de Farmácia e Odontologia.

No livro de Teles, “*Memórias Goianienses*” (1986) há uma consonância entre as gerações que precederam a revolução de 30 em Goiás com relação a sua formação, com exceção de Figueiredo que estudou o secundário no colégio Pedro II no Rio de Janeiro, Bernardo Élis, Gérson Castro Costa, José Décio Filho, Marilda Paulínia, Hélio A. Lobo e J.B Félix foram alunos da geração literária do Liceu, do Colégio Sant’Ana em Goiás, e ou do Liceu de Silvânia. Entre os depoimentos presentes na obra do professor e escritor José

Mendonça Telles, quando ao perguntar aqueles que ele considerava ser a epopeia da construção de Goiânia sobre o ambiente cultural de Goiás, três acontecimentos são sempre lembrados com bastante eminência: A transferência da capital, O batismo cultural de Goiânia, a criação da Revista Oeste e seus principais intelectuais. Desse modo é perceptível a importância dessa geração literária e idealista em Goiânia na década de 40 como responsáveis pela construção do cenário cultural na capital, e como fortalecedores dos laços idealistas do Estado Novo com a conjuntura social e política da jovem capital.

Devido a considerável quantidade de artigos escritos é preponderante assimilar que havia uma relevância dada a alguns escritores da revista, que permite notar seções direcionadas a assuntos específicos a cada um, apesar de outras específicas que ficavam a cargo de um colaborador ou mais de um, que eram a publicações sobre Estado Nacional e Administração Pública, Boletim do Trabalhador, A Oeste vista pelos outros e os Outros vista pela Oeste , Economia Goiana e Crítica Literária.

Paulo de Figueiredo publicava artigos mirando sempre suas críticas ao modelo liberal da Primeira República, tratava de política, sociedade e cultura. Odorico Costa ficava responsável por escrever sobre a História do Brasil, de Goiás e seus Heróis, às vezes sobre política nacional. Zoroastro Artiaga escrevia quase sempre sobre economia goiana e esporadicamente sobre política e cultura. Hélio A. Lobo discorria sobre política, cultura, escritores do passado e era responsável pela coluna “*A Oeste vista pelos Outros*” e “*Os outros vistos pela Oeste*”. José Décio Filho ficava a cargo de textos sobre literatura e críticas literárias. Marilda Palínia escrevia sobre a mulher e obras literárias.

A edição nº 1 do ano 1 foi a primeira e única de 1942, retornando no ano seguinte, com apoio e financiamento do governo Federal e do estado de Goiás. Publicou um total de 11 artigos, de intelectuais e escritores goianos que tiveram uma participação constante, e que fizeram parte do quadro efetivo de autores da revista até 1944. O intelectual e jornalista Zechi Abraão foi o primeiro diretor da Revista Oeste na primeira edição de 5 de julho de 1942, e dirigiu além da Oeste dois importantes periódicos em Goiânia a *Imprensa Oficial do Estado* e a *Folha de Goyaz*. A segunda edição foi publicada em março de 1943 sob a direção de Castro Costa intelectual e literato, que assim como Zechi Abraão compôs a direção do jornal *Folha de Goiaz*, na administração pública ocupou o cargo de diretor geral do Departamento Administrativo do Serviço Público de Goiás (DASP/GO).

A *Oeste* retornou no ano seguinte (1943) como instituição de caráter público a serviço do Estado. A criação do decreto de lei nº 7.045 de 03 de fevereiro de 1943, a *Oeste* passa a ser

de caráter oficial do Estado para fins culturais. Com esse decreto o interventor do Estado de Goiás Pedro Ludovico, autorizava que os intelectuais de Goiás exercessem as atividades de produção literária com o apoio de instituições públicas como a Instituto Geográfico Goiano, a Academia Goiana de Letras e a Biblioteca Pública do Estado.

O gesto de Pedro Ludovico, mandando publicar oficialmente, esta revista é desses que definem um estadista. Ele veio revelar que o governo goiano não se preocupa somente com os problemas econômicos, isto é, com as coisas materiais, mas também com as coisas do espírito. Ele veio dar oportunidade ao goianos de mostrar através da *Oeste*, que nosso estado não tem só fumo, cristal, babaçu, níquel, mas também... cabeças (*Oeste*, 2001. p. 87/ 1943, nº02, p. 30)

O decreto deixava claro que a *Oeste*, a partir daquele ponto, era totalmente submetida às ordens do estado, pois era integralmente mantida por ele, e a escolha do corpo editorial era possível a partir de nomeações à escolha do governo do estado.

A promulgação do decreto de lei estadual nº 7.045 de 3 de fevereiro de 1943, oficializou o registro da *Revista Oeste* no DIP (2001, p.140/ 1943, nº04 p. 06). O artigo 122 da constituição de 1937, que tratava dos direitos e garantias individuais, alterava as relações já preexistentes da grande imprensa com o Estado. Os periódicos eram tidos como órgãos de natureza pública. De acordo com De Luca (2012, p. 79) a nova ordem jurídica imposta pela ditadura varguista obrigava os periódicos a se registrar ao DIP e, segundo estimativas, cerca de 30 % dos jornais e revistas não conseguiam autorização para seguir em funcionamento. Muitos periódicos deixaram de circular. O regulamento interno da revista criado a partir do decreto nº 7.045, estabelecia as finalidades pelas quais a Revista deveria exercer como veículo informativo de caráter cultural nacionalista.

Art. 1º- A Revista “Oeste”, de acordo com o decreto-lei nº 7.045 de 3 de fevereiro de 1943 terá por finalidade: a) divulgar assuntos de cultura em geral; b) fixar de modo particular sempre que possível, as tendências literárias e sociológicas regionais; c) instituir concursos literários; d) incrementar e patrocinar publicitariamente a publicação de obras de literatura goiana; e) contribuir para a orientação do pensamento brasileiro num sentido nacionalista; f) entender-se com as associações culturais no intuito de estabelecer com elas mutua colaboração.(João Teixeira Alvares Junior , Secretário Geral do Estado. *Revista Oeste*, 1943, nº 5, edição 2001, p. 215)

A importância do DIP, no que se refere a propaganda política, aparecerá em pequenas ações que podemos tomá-las como meras atividades culturais a níveis regionais como os concursos literários e patrocínio dado pelos dirigentes locais aos escritores e literatos.

Como já fora citado, a *Oeste* foi coordenada e escrita por dois corpos editoriais, o primeiro corpo da redação da primeira e única publicação do ano de 1942, era composto por Paulo Figueiredo, Garibaldi Teixeira, Hélio A. Lobo, Bernardo Élis e José Décio Filho, sob a direção e responsabilidade de Zechi Abraão. A *Oeste* retornou em 1943 com a permanência do mesmo corpo de redação exceto Garibaldi Teixeira que foi substituído por Frederico Medeiros. Zechi Abraão retorna a revista compondo o corpo da redação, a direção fica a cargo de Castro Costa.

No terceiro ano a *Oeste* passa novamente por adaptações no conjunto e organização do corpo de editores e na direção da revista. A justificativa, segundo Pedro Ludovico, se dava para atender melhor as verdadeiras finalidades modificando a estrutura legal da *Oeste* a fim de corrigir certas deficiências. A estrutura legal era formada por um conselho de censura composto por três membros e a direção. No conselho de censura estavam Antônio Jurema di Guimarães, Odorico Costa e Paulo Augusto de Figueiredo. O diretor era Vasco Reis, jornalista, orador, poeta, prosador e autor do livro “Pelo Estado Novo”. De acordo com o anúncio destacado, a nova ordem organizacional partia de uma seleção rigorosa sob todos os aspectos nas colaborações publicadas. Em 1944, além do conselho de censura, foram criadas sete seções novas e permanentes: seções de “Política Internacional”, “Política Nacional”, “Política Estadual”, “Literatos Goianos do Passado”, “Cidades Goianas”, “Secção Jurídica” e “Direito do Trabalho”.

A propaganda do Estado Novo era oficialmente a pauta dos assuntos da *Oeste*, apesar do caráter literário que lhe era atribuído, pelo destaque dado às poesias, contos e artigos de literatura. De 1942 a 1944 Estado e prefeitura criaram mecanismos de aproximação da elite cultural com a revista. Esses homens letrados convidados a participar do projeto de modernização e progresso da nação viam ali uma oportunidade de reconhecimento e a certeza de ter suas obras publicadas. De acordo com Miceli essas estratégias de gerência nos meios de produção cultural, refletiam-se pelo modelo de coerção criado em 1938 pelo conselho nacional de cultura (CNC), e que era colocada em prática nos veículos de comunicação, produção artística e cultural.

Mesmo que não tenha chegado a monopolizar o controle do mercado e a contratação de serviços culturais, o poder público impôs-se não obstante como concessionário-mor dos padrões da legitimidade intelectual. As encomendas, os prêmios, as viagens de representação, as prebendas, tudo que ostentasse o timbre do oficialismo passou a constituir caução daqueles que esperavam ingressar no panteão da “cultura brasileira”. Nas palavras de

Raymundo Faoro, “o brasileiro que se distingue há de ser prestado sua colaboração no aparelhamento estatal, não na empresa particular, no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana do bom servidor, com carreira administrativa e *curriculum vitae* aprovado de cima para baixo (MICELI, 2001, p.217).

É importante destacar o primeiro ano da revista no que concerne a sua apresentação como veículo informativo do Estado sendo esse ancorado por bases ideológicas já priorizadas pelo governo de Pedro Ludovico, os quais podem considerar ser um homem de Vargas, que terá nos anos do Estado Nacional o papel de fortalecedor e aliado do projeto cultural nacionalista a nível regional. Determinando uma estratégia da aproximação da classe intelectual com estado de Goiás, segundo os mandos e desmandos do interventor Pedro Ludovico.

O meio utilizado pela revista para aproximar os homens letrados e criar uma relação de responsabilidade dessa classe com a revista era incentivando a produção literária. Como já mencionado, Estado e Prefeitura foram agentes ativos nesses incentivos juntamente com a revista que ao publicar os contos, versos e poemas, trazia elementos simbólicos que resgatam a cultura do cerrado, a história das bandeiras e os costumes locais. A primeira iniciativa, a criação de uma bolsa nomeada “Bolsa de incentivo às Letras Hugo de Carvalho Ramos”, veio do então prefeito de Goiânia Venerando de Freitas e que, até hoje, permanece como importante incentivador para estudantes e escritores locais.

O prefeito Venerando de Freitas instituiu um sistema de proteção às letras por meio de uma bolsa anual para publicar obras de autores regionais. Era um tipo de amparo econômico à classe intelectual. Essa foi uma das primeiras medidas tomadas pelos chefes locais a fim de controlar e censurar o conteúdo dos escritores. Para conseguir ter um livro publicado era preciso passar por etapas de aprovação. Uma comissão de intelectuais julgava se convinha ou não publicar os livros.

O interventor Pedro Ludovico num gesto que corrobora o que estamos dizendo, possibilita a uma plêiade de idealistas a publicação desta revista, a qual, já em seu segundo número, pode veicular uma auspiciosíssima nova- a de que o Prefeito Venerando de Freitas irá instituir uma bolsa anual de Cr\$ 10 000,00 para proteção as letras goianas.... moço como nos outros, e a quem Goiânia tanto deve, moço capaz de compreender as insuficiências de ordem econômica e de ordem técnica com que lutam os valores provincianos, muitas vezes açaimados ainda medalhões monopolizadores.... entende de levar assistência aqueles que autores de livros inéditos, queiram publicar suas obras e expô-las nos mercados livreiros do país (Editorial Revista *Oeste* 2001, p. 62/ 1943, n°2, p, 05).

A bolsa de publicações, “*Bolsa de publicações Hugo de Carvalho Ramos*”, foi firmada com caráter permanente por meio do decreto-lei nº 475 de 25 de março de 1943. A primeira obra, publicada com patrocínio publicitário da Revista Oeste e financiamento do Estado, “Goiás, Usos, Costumes e riquezas naturais”, era de autoria do Doutor Victor Coelho de Almeida que era membro da Academia Goiana de Letras. A Oeste, ao publicar a “boa atitude e apoio” de Ludovico a fim de divulgar a obra, expunha o caráter discursivo e o motivo pelos quais o livro teria sido aprovado pela comissão.

Como dissemos linhas acima, “Goiás, Usos, Costumes e Riquezas Naturais”, é um volume que encerra matéria variada. Fixa sectores económicos e morais, num tom eminentemente construtivo.... Com a publicação deste livro, o interventor Pedro Ludovico está prestando um inestimável serviço à causa da cultura indígena, que tanto tem recebido de sua excelência desde a sua assunção do Governo de Goiás (Revista *Oeste* 2001, p. 98/ 1943, nº. p, 04).

O teor propagandístico, desse tipo de publicação, vinha com a intenção de somente promover a imagem da governança de Ludovico, pois o texto remete à obra publicada como se fosse de inteira responsabilidade do Interventor apesar de não ser ele o autor do Livro.

Determinações da máquina burocrática como as citadas acima demonstram o caráter autoritário do regime sobre todo e qualquer tipo de manifestação intelectual, a grande imprensa teve nos anos do Estado Novo que se remodelar ou não sobreviveria. A imprensa Brasileira esteve sempre condicionada às transformações políticas e econômicas do país. Em 1940 a chamada grande imprensa iniciada, a partir do século XX, teve que se submeter ao novo regime e aqueles que ousavam se opor acabavam enfrentando dificuldades para adquirir materiais necessários para a impressão, além de acusações fraudulentas. Segundo Sodré (1999. p, 382) logo após o golpe de 1937 os jornais passaram, a gosto e contragosto, a servir a ditadura. Eram diversas as coerções agressivas do Estado como, por exemplo, a invasão e ocupação militar em março de 1940 sofrida pela redação do *Estado de São Paulo*, a acusação era de que havia armamento escondido no prédio da redação. De Luca (2012. p, 80) aponta também outras ações além da repressão direta a fim de censurar os editoriais que não simpatizavam com Vargas. Alguns se submetiam ao suborno já outros acabavam fechando pela dificuldade de adquirir materiais, uma vez que era o governo o responsável pela distribuição do material principal e que, não bastasse, ainda aumentava o valor alfandegário do papel linha d'água.

Os exemplos de censura, aqui citados, repercutiam desde as grandes capitais até as regiões mais distantes que, como Goiânia, estavam iniciando seu processo de urbanização mais tardio.

A defesa da centralização e intervenção da governança varguista corroborou na atuação informativa da revista e teve papel fundamental na defesa do Estado Novo, em Goiás a *Revista Oeste* cumpriu essa missão. É necessário aqui deixar claro que esse importante e ativa participação da *Oeste* só foi possível devido ao apoio do interventor de Goiânia, principal responsável pelo projeto de transferência da capital. Nasr Fayad Chaul estudioso dos processos que culminaram a construção de Goiânia, afirmava:

Pelo exposto, fica claro que Pedro Ludovico e o Estado Novo tinham forte ponto de convergência: Goiânia. Pelo lado de Pedro Ludovico, o regime servia como suporte de sua mais alta realização política – sua e dos grupos oligárquicos do Sul e Sudoeste, pelo lado do Estado Novo, Goiânia servia como concretização dos ideais do momento, como símbolo que encarnava, na prática, o nacionalismo apregoado pelo regime. Eles Pedro Ludovico e o Estado Novo se serviam, se complementam. (CHAUL, 1988, p. 158)

Goiânia era a representação do novo, do moderno. Era o desenvolvimento e o afloramento da cultura pelos jovens literatos e escritores que, em parte, vinham de famílias tradicionais e das oligarquias dissidentes, cujo principal objetivo era romper com a política dos caiados. Oligarquias essas que tinham no projeto centralizador como ideal trocar de mãos o controle político de Goiás e, nesse ensejo, compactuam com a política nacionalista de Vargas. Goiânia era a propaganda perfeita aos olhos daqueles que enxergavam o Brasil como o país do futuro. Era o projeto concreto da integração política territorial do estado nacional, e fazia parte de algo que já havia sido proposto anos antes, mas que se efetivou em partes depois da década de 40. Era a Marcha Para o Oeste.

Bernardo Élis, compartilhava do mesmo entusiasmo ao relacionar a transferência da capital ao que ele diz ter provocado uma ruptura na marcha cultural de Goiânia;

Inegavelmente, Goiás apresentava um acervo ou ambiente cultural mais denso e mais consolidado, embora também mais conservador e estagnado. Goiânia, com seu dinamismo, atraía a maior parte da intelectualidade que aqui não tinha ambiente muito propício ao seu mister, dedicando-se mais a vida prática (TELES, 1986, p. 22).

O desejo do compromisso com a construção de um novo cenário cultural, com a consolidação do Estado Novo, se faz perceptível na juventude intelectual da década de 1940. Há uma necessidade de se fazer mudança. Surge um sentimento de pertencimento de uma

nova ordem política onde alguns serão responsáveis por outros. O meio social caracterizado pelas crises socioeconômicas fez brotar na mente dos jovens literatos o compromisso de fazer acontecer o que eles acreditavam ser algo de revolucionário.

Vargas lançou a diretriz de integração nacional no mesmo período do Batismo Cultural de Goiânia. É preciso ressaltar esse projeto porque a *Oeste* se servirá da institucionalização das práticas políticas varguistas para usá-las como ponto de articulação e argumento que colocava o Estado Novo como uma política de inovação e progresso e Vargas como figura heroica. Todos esses projetos foram basilares na produção de ideias dos homens letrados que ficaram responsáveis por construir uma identidade nacional nos espaços de produção de conhecimento e interação indireta com as massas.¹⁰

Há na *Oeste* uma proximidade de produção alinhada com algumas estratégias propagandística de regime fascista no que se refere a organização na disseminação de informações e ideias, quanto ao uso de fotografias e imagens no decorrer de todas as edições, sendo a finalidade a de obter apoio e legitimidade, valendo-se do uso de símbolos e imagens, para criar um elo entre o discurso ideológico e a cultura do país. A propaganda varguista, segundo Capelato (2009), valia-se do uso de símbolos e imagens que compunham o ideário da cultura popular brasileira e eram reproduzidos e reinterpretados em jornais, revistas, cartazes e fotos. O uso dos signos servia à propaganda do regime como forjadores de uma consciência coletiva pautada na imagem positiva da figura de Vargas e na imagem negativa dos seus “inimigos”.

O signo fascina os olhares mobiliza as energias, compensa as frustrações e infla as vaidades. Por um jogo de identificações, ele encadeia a sorte dos amigos do líder e, ao mesmo tempo, catalisa a violência permitindo descarregá-la sobre os inimigos, “bodes expiatórios” do momento (2009, p. 56).

¹⁰ O projeto de geopolítica destinado a preencher os vazios territoriais visava interação urbana do país a fim de postergar o crescimento de grupos com intenções separatistas e obter uma integração nacional, para isso foram criados três conselhos, o Geografia, Cartografia e Estatística além do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A noção de “vazio” territorial apontado por Lúcia Lippi Oliveira na obra aponta a ideia de sertão que o Estado Novo pretendeu construir a partir de Euclides da Cunha o lugar de abandono, viabilizando uma política anunciada como “Marcha Para o Oeste”. Essa política serviu como símbolo de afirmação de poder de Pedro Ludovico (OLIVEIRA, Lippi. 2019, p. 16)

A *Marcha para o Oeste*, Goiânia, o conceito de liberdade e democracia, a imagem de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico, os aspectos culturais da cultura goiana e o resgate da memória histórica do Estado de Goiás representavam os signos e símbolos e compunham os assuntos principais da Revista *Oeste* que eram o arcabouço que assegurava as bases discursivas da revista de diferentes maneiras. Estavam presentes nos concursos literários, na iconografia, nos artigos que dividiam os temas entre a descrição da comemoração de uma data histórica ou a rememoração de um fato histórico. Há um artigo da revista *Cultura Política* publicado na Revista *Oeste* (2001, p. 63, 1943, nº 02, p. 06), acompanhado de uma abertura totalmente apologética, em que nele o discurso é distinto, apresenta de forma pontual os símbolos do regime como portadores de uma política nacional voltada aos interesses únicos do povo brasileiro. O Estado Nacional é posto como a verdadeira revolução da cultura e as instituições públicas federais são exaltadas como fortes intensificadores de uma expressão da realidade nacional, colocando em voga o Ministério da Educação como fortalecedor da cultura literária e da música brasileira, juntamente com o Instituto Nacional do Livro, destacando o DIP, como responsável por edificar a obra do estado nacional, criador da chamada “A Nova Política do Brasil” a “sementeira de altas ideias”, que tem como destaque o intelectual Almir de Andrade, principal responsável pelo DIP,

Neste conjunto, de articulações, a revista, como agente social ativo, torna-se espaço de abordagens de atualização de memórias de agentes políticos apresentando colunas pontuais tematizadas e localizadas, hierarquizando temas e privilegiando as vozes de autoridade, possibilitando a compreensão do projeto editorial do periódico com composições políticas explícitas que permitem entender a perspectiva histórica na qual a imprensa foi projetada como expressão de uma realidade.

3.1 O simbolismo de Goiânia na ruptura com o passado

A transferência da capital e a construção de Goiânia eram um dos constituintes que reforçaram a política de progresso e modernização presente na propaganda do Estado Novo, era um projeto fundamentado por Pedro Ludovico um político, intelectual e médico, cujo a vontade da nova capital era aportado pelo apoio de Vargas. O interventor era um admirador do presidente e apoiava o regime. A nova capital significava a antítese de um modelo político antiquado. Conforme Chaul “políticos e intelectuais, ao longo dos anos 30, vão procurar construir a representação da modernidade em contraposição às ideias de decadência e atraso, envolvidos que estão no pleno desenvolvimento e progresso do Estado” (2001, p.159).

Políticos e ideólogos que faziam parte ou contribuíram com a política mudancista das oligarquias dissidentes, ajudaram a inserir a jovem Capital no projeto nacionalista.

As forças políticas regionais que ficaram a frente do poder depois da revolução de 30 viram na imprensa um veículo de fortalecimento cujo o objetivo era legitimar o projeto desenvolvimentista e mudancista contra os ataques da oposição. Ideólogos, literatos e intelectuais viviam à margem do governo intervencionista, as quais trataram de representar Goiânia dentro de gêneros discursivos ideológicos e literários. A comemoração do batismo cultural de Goiânia fida *in locus* a transferência da capital.

A *Revista Oeste* pode ser considerada o aparelho ideológico e espaço de reminiscência, com finalidade pragmática, pois afirmava em seus editoriais, continuamente o que significava Goiânia. Vinculavam-se esses significados a imagem de Pedro Ludovico e a Marcha para o Oeste. Ao decretar o Estado Novo a postura dos intelectuais era de provocar o alinhamento da imagem de Vargas a imagem de Pedro Ludovico, pois seus interesses deveriam transparecer os interesses do governo da Nação. Sobre isso afirma Chaul:

A Política estadonovista, por intermédio do discurso dos seus intelectuais goianos, procurava inserir Pedro Ludovico Teixeira no ideal do homem cordial, justificando seu caráter ordeiro e o ganho que a sociedade teria com seu governo. Desta forma, a Marcha para o Oeste constituiria o fruto momentâneo de uma prática sem precedentes no Brasil, ou seja, a da interiorização do país, ou em outras palavras, a da construção da “modernidade da selva”. Essas imagens justificavam plenamente Goiânia como capital do sertão (CHAUL, 2001, p.228).

O primeiro artigo do editorial de 1942 (ed. n.º01, p.03/35) tinha seguinte título “O Sentido Ideológico de Goiânia” de autoria de Castro Costa. O texto justifica a criação e construção da nova capital como maior acontecimento do país, enfatizando a importância que foi a edificação de Goiânia. Costa volta às raízes das bandeiras ao heroizar os colonizadores do sertão goiano citando Bartolomeu Bueno da Silva e Antônio Raposo Tavares. Ele descreve um pequeno trajeto do desenvolvimento de Goiás desde o período aurífero até a transferência da capital, neste artigo ele cita Couto Magalhães o qual afirma ter apontado possibilidades no século XIX de uma marcha para o oeste por vias fluviais, e General Rondon. Goiânia estava sendo justificada como um produto nacional, já que Ludovico ainda enfrentava ataques políticos de outros grupos oligárquicos ligados ao *caiadismo*. Vargas é citado para afirmar que a marcha para o oeste é sua grandiosa obra ideológica e Goiânia está bem no meio.

O editorial de nº06 de 1943 foi dedicado ao aniversário do Batismo cultural de Goiânia. A primeira página é uma ilustração de Getúlio Vargas ao lado de Pedro Ludovico, em que o interventor segura a bandeira do Brasil, fazendo um gesto em que simula finca-la no território onde foi construída Goiânia. A ilustração era acompanhada dos seguintes dizeres “Goiânia assinala o profundo realismo da marcha para o Oeste”. Dois textos perfazem o sentido da imagem, de um lado uma mensagem de Getúlio Vargas e do outro, uma mensagem de Pedro Ludovico. Getúlio conferia todo seu apoio ao interventor garantindo-lhe amplo auxílio do Governo Nacional

(...) no que se refere ao desenvolvimento das comunicações e dos transportes ferroviários, fluviais e aéreos. Os benefícios resultantes dessa transformação em vossa existência econômica e política são evidentes e não constituem, por certo, obra do acaso ou efeito de circunstância fortuitas.... Foi necessário colocar a frente do governo um homem de inteligência realizadora do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, devotado desde 1930, a bem público e ao serviço do seu povo. GETÚLIO VARGAS (Revista *Oeste*, nº06. 1943, p. 216).

Visto que a mensagem de Ludovico exaltava a sua obra Modernizadora:

Goiânia apareceu com o objetivo de oxigenamento e progresso para Goiaz. Surgiu como um farol para iluminar o Estado. A velha terra de anhanguera precisava de ser abalada por qualquer acontecimento que a fizesse lembrada e que a fizesse vibrar. Vivia sobe tal mordomia sobe tal apatia, que dava a impressão de que vivia de cócoras “tudo pequeno, vazio, rotina, burocracia”, como dizia Benedito Silva. Goiânia foi o estímulo, o excitante, o choque que obrigou nababesco paquiderme a levantar-se. PEDRO LUDOVICO. (Ludovico, Revista *Oeste*, nº06. 1943, p. 216)

Nesta mesma edição de homenagem a Capital, o discurso apologético tem a única intenção de promover a imagem do interventor, produzindo uma simbiose de Goiânia e Ludovico como se fosse um só. O texto “O homem e uma obra” (editorial *Oeste*. nº6,1943, p.219) Ludovico é comparado com o Pedro o Grande da Rússia, de maneira muito saudosista assim afirmava:

Goiânia é, pois, como que um sopro que veio do alto para movimentar as coisas nacionais no sentido das alturas. Pedro Ludovico ao criá-la, constitui-se numa réplica brasileira de Pedro o Grande da Rússia por isso que revelou a Pátria uma mensagem profética, anunciadora de grandes destinos. Por isso o dia 5 de julho ficará, na vida brasileira, como uma radiosa madrugada. Salve, pois, a cidade caçula! Salve o terceiro anhanguera! (Editorial *Oeste*, nº6, 1943, p. 02)

A produção simbólica fabrica uma falsa consciência ancorada nas relações de poder e hierarquia, desta forma, o sentido dado a um símbolo se torna desmedida no instante em que essa representação é imposta somente para promover um indivíduo. De acordo com Chartier

(2002, p. 22) essas representações deturpam a realidade e transformam os signos visíveis em um constrangimento interiorizado de respeito e de submissão. Desse modo a figura de Ludovico e a sua obra, é introjetada no imaginário político controlando os conflitos de interesse e mascarando as debilidades que surgiam.

Paulo de Figueiredo apresenta uma definição mais centrada, cientificista e acadêmica da representação de Goiânia apesar do teor apologético. Busca compreender o caráter constitutivo e a sua funcionalidade, destacando os elementos fundamentais de origem, de formação política e valores culturais. Entende a cidade como importante economicamente para o panorama nacional ancorado pela política de integração e de unificação política e aponta três funções da cidade, função social, econômica e étnico-genética (miscigenadora e criadora de tipos). Explica o seu significado cultural, que segundo Figueiredo é totalmente nacionalista:

Com um conteúdo tão complexo e tão rico, e com capacidade para exercer funções tão sérias e decisivas, Goiânia se nos apresenta com um sentido verdadeiramente cultural, pois que a sua tarefa será a de integração, fortalecimento e superiorização de nossos valores vitais e o seu encaminhamento no sentido da *organização* e da *realização* nacional. E isso é missão da cultura, tomada a palavra como sinônimo de *civilização* (FIGUEIREDO, Oeste, nº06, p.03/221)

E reitera essa significação cultural que configurou a capital, apontando os aspectos do sentido nacionalista de Goiânia:

Getúlio Vargas e Pedro Ludovico se ligam por liames históricos profundos, por misteriosas relações de destino. Porque Getúlio Vargas, realizando a revolução favoreceu o advento de Pedro Ludovico. E este criando Goiânia plantou um dos marcos mais sólidos da nova política nacional, efetivando a marcha para o oeste, que Sílvio Romero já considerava como o sentido por excelência da civilização brasileira, e que Getúlio Vargas colocou como norte da sua conduta política (FIGUEIREDO, Oeste, nº06 1943, p.03/221).

No tópico seguinte intitulado “Goiânia na Opinião Nacional”, escrevam breves trechos, vários intelectuais e figuras políticas como: Dom Aquino Corrêa; Paulo Augusto de Figueiredo; Oswaldo Aranha; Sousa Doca; Brito Boca; Venerando de Freitas Borges; Gerson de Castro Costa; Afrânio de Carvalho; João Acioli; Benedito Silva e Vasco dos Reis que compartilharam a sua concepção e apreciação sobre Goiânia.

Marilda Palínia com Gênero de discurso literário, colabora nessa edição com um artigo que exalta de forma poética seu sentimento por Goiânia, delineando um comparativo entre Goiânia e Goiás, fugindo ao saudosismo. O artigo intitulado “Duas Cidades” , representa a

antiga Vila Boa como símbolo do passado de arte e beleza e a jovem capital como a esperança de um futuro para as novas gerações. Dizia em alguns trechos;

“GOIAZ e GOIÂNIA”. Duas cidades irmãs. Uma já velha e outra começando a crescer, menina ainda. Tão diferentes ambas e ambas tão sedutoras na sua beleza diferente!...Goiáz poética e romanesca.... É a cidade das tradições, dos que sabem sentir a alma do passado.... Goiânia trêfega e buliçosa.... É a cidade dos nossos filhos, a cidade dos largos horizontes e das largas possibilidades.... É a cidade do amanhã (PALÍNIA, *Oeste*, nº06, 1943, p.19/236).

O escritor e poeta José Lopes Rodrigues colaborador da *Oeste*, seguindo a linha do discurso poético, também teceu elogios a Jovem capital. Declarava que

Liberta de um passado centenário,
tu surgiste, Goiânia peregrina,
Das pegadas impressas na campina
Por novo bandeirante temerário
(RODRIGUES, *Oeste*, ed nº06, 1943, p.20/238)

O bandeirantismo é um conceito muito presente nas leituras da Revista, por significar um descobridor que fez surgir Goiás, o desbravador das riquezas, esse termo é sempre direcionado a figura do Interventor, “O bandeirante temerário” ou o “Terceiro anhanguera” assim chamado por Figueiredo, remetem ao continuador de uma grandiosa obra. A lírica poética é enriquecida por esses termos simbólicos, cuja intenção é uma forma de registrar e rememorar o passado no presente. Esta edição de nº6 termina com uma página dedicada aos poemas de Xavier Junior, “Goiânia”, “Anhanguera” e “Jaó”, e na última página o número se encerra com a imagem do monumento ao Bandeirante, com os seguintes dizeres: “Oferta da mocidade estudiosa de São Paulo, símbolo de uma grande epopeia e expressão de fé nos destinos da nacionalidade”(Oeste, nº06, 1943, p.39/257).

A edição de número 18 em homenagem ao aniversário de Goiânia publicada em julho de 1944, apresenta outras análises que ajudam a compreender e apreender outros significados e a noção das interpretações referentes a Goiânia, que refletem, o uso propagandístico da capital pelos grupos hegemônicos que dominavam o cenário cultural naquele contexto. Esta edição foi a maior dos 3 anos da revista, com 77 páginas e 45 artigos além dos escritos literários.

A edição abre com a imagem de uma fotografia de Pedro Ludovico. A descrição da imagem é, “Pedro Ludovico Teixeira- idealizador e realizador de Goiânia”. Concernente a imagem, o texto em seguida “O Dia de Goiânia”, é uma crítica, aos costumes, ao modelo econômico e político adotado na primeira república. Existia um esforço nas expressões textuais de construir uma consciência nacional unificada, baseada na diversidade étnica e

cultural do país, indo contra os estrangeirismos, não admitindo nada que fosse diferente dos valores da pátria. Nota-se também no discurso o esforço para desmobilizar antigas oligarquias, que viram no projeto mudancista o enfraquecimento da sua hegemonia. Assim fortalecendo todo o discurso idealista voltado para construção da identidade nacional. O liberalismo da primeira república era criticado por dois sinônimos:

“Liberalismo sinônimo de “litoranismo”. Ou melhor; “Imitacionismo” integral, que nos deu o sufrágio universal e nos obrigou a uso do “smolking” e casacas nas festas de 40° de um fim de ano. Um regime estranho por completo a nossa inteligência e a nossa sensibilidade e que, pelo espaço de quase meio século, fez-nos viver ridiculamente, ancorados nas praias, costas viradas ao Brasil brasileira em olhos voltados em êxtase, para tudo o que era “made in Europa” e “made in united states”. (Editorial *Oeste*, n°18, 1944, p.01/676)

O Então Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Diretor do Departamento de Estatística do Ministério da Educação de Goiás, Mário Augusto Teixeira de Freitas em tom saudosista ao se referir ao criador e sua obra, afirma que Goiânia era uma “lição de fé”, pois dava condições uma evolução política, e em tom patriótico agradecia a Oeste por poder realizar tamanha homenagem;

Agradeço, pois, a nova oportunidade que me dá a revista OESTE para exaltar o papel histórico de Goiânia e fazer justiça ao patriotismo e descortino do interventor Pedro Ludovico Teixeira, ante ao testemunho que nos oferecem - criatura e criador - da capacidade realizadora do homem brasileiro e da continuidade de uma predestinação para as empresas grandiosas que levarão o Brasil à plenitude de seus magníficos destinos (FREITAS, *Oeste*, n°18, 1943, p.02/677)

Na secção “Política Nacional”, Vasco dos Reis nomeado diretor da Oeste em 1944, publica o artigo “Goiânia e o Estado Nacional”, o artigo é acompanhado de uma imagem fotográfica de Getúlio Vargas com a seguinte descrição, “Presidente Getúlio Vargas que iniciou de um modo sistematizado, a marcha para o oeste”. Reis tecia críticas a organização política e social das velhas oligarquias de Goiás, que amparadas por um liberalismo individual e que não comungava das aspirações necessárias ao desenvolvimento de uma pátria feliz, autêntica, desenvolvida e centralizada. Colocava o Estado em posição de estagnação. A liberal democracia de outrora era tida pelos intelectuais simpatizantes do regime, como um mal que assombra as possibilidades de desenvolvimento econômico. A solução defendida era criar mecanismos estatais autoritários e centralizadores, que interviessem de maneira ostensiva nas velhas práticas capitalistas da primeira república. Esses grupos políticos praticavam a política dos coronéis, caracterizado pelas condições de isolamento geográfico, político econômico e social.

O liberalismo em Goiás era visto dessa forma por Reis:

Favorecida pelo Liberalismo de então, que afrouxava cada vez mais os laços de coesão nacional e detentora dos privilégios, do capital constituía-se em uma nova organização social e política.

A direção política do Estado concentrava-se em mãos de uma casta, em sua grande maioria domiciliada na capital e interessada em manter um afastamento prudente e o alheamento às correntes progressistas, nocivas a seu habitat. Fora daí, as ligações da capital com as demais cidades e regiões goianas eram precárias e nulas. Eleitoralmente dóceis e tributariamente pontuais, eram elas quase inteiramente deixadas a seu próprio destino. Era o círculo vicioso, estabelecendo-se pela capacidade evolucionar. Era a inércia. “A uniformidade automática.” (REIS, *Oeste*, nº18, p.5-6/680-681)

As aspirações políticas de Ludovico, de acordo com o exposto por Reis, conseguiram se sobrepuser ao âmago dos poderes constitutivos locais de antes 30, modificando as estruturas políticas. O Estado Nacional com seus “princípios revolucionários” delineou o ideal revolucionário, Goiânia “a jovem cidade vinha desse ideal. Por isso o Estado nacional e Goiânia tão bem se entrelaçam nesse culto cívico” (REIS, *Oeste*, nº18, p.06/681)

No artigo seguinte, “*Goiânia, um desmentido aos marxistas e aos nazistas*” escrito por Paulo Figueiredo, coloca Goiânia na nova ordem social da política nacional, criticando o “demoliberalismo” como assim o chamou, justificando que por consequência do golpe de 1937 o Brasil pôde se livrar das mãos dos estrangeirismos constituindo uma identidade legítima. Para Figueiredo era assim que o Estado Nacional servia a nação:

O Estado Nacional- e porque a nação só como Estado se realiza politicamente, pois só através dela satisfaz as suas necessidades- é a própria nação brasileira nação em uma forma de existência típica portanto: o meio pelo qual vai o Brasil alcançando os seus objetivos essenciais. O Estado Nacional é desse modo a *maneira nacional*, de ser do Brasil. Logo é uma filosofia, é uma sociologia, é uma metodologia. Estado integral, é razão, é sentimento é técnica. Uma ordem enfim. *A Ordem Nacional Brasileira*. (FIGUEIREDO, *Oeste*, nº18, p.10/686)

Continua fazendo uma relação da construção de Goiânia na política moderna do Estado Nacional, perfazendo o discurso sobre a importância da marcha para o oeste, interpretando-a não só como uma marcha de integração territorial, mas também cultural. No tópico do artigo com o título “*Desmedido ao Marxismo*”, a teoria de Marx é debatida a partir das críticas do filósofo russo Berdiaeff (Nicolas Berdiaev), Figueiredo entende que independente de forças econômicas que habitam as relações de poder, a matéria independe da razão pois ela é vontade e sentimento:

Assinalemos a passagem: se as ideologias marxistas, como pretendiam os marxistas, fosse um mero resultado do jogo das forças de produção, Goiânia - que é, sobretudo ideia - seria um fenômeno que não teria acontecido, em Goiás, na época atual, e isto porque a situação econômica do Estado, ao se criar a nova capital, era rudimentaríssima, e só poderia refletir-se logicamente em criações vulgares (FIGUEIREDO, *Oeste*, nº18, p.11/686)

Ainda sobre a reflexão do Intelectual, ele coloca que Goiânia como ideia, oferece outro tipo de verdade, que não é reconhecida pelos “fatalistas”. Apesar do respeito mantida a teoria marxista, ele explica que Goiânia não poderia ser justificada pela sua economia, porque apesar da concentração de riqueza que as elites rurais tinham, Goiás ainda permanecia na decadência e no atraso. Apesar destes apontamentos, a criação de Goiânia era justamente justificada por sua economia ou a falta de um sistema econômico e que segundo a nova ordem política, isso se dava pelo isolamento geográfico e a falta de interesse dos grupos dominantes de abrir mão do marasmo e ter um pensamento mais progressista. Assim sendo Figueiredo admite que:

“Todavia, é indiscutível que a economia está intimamente ligada a qualquer construção política ou social, visto que, embora não fato único nem principal - como os alicerces de uma casa não são as suas peças únicas e nem as principais - é, contudo, um fator importante e básico na evolução de qualquer sociedade humana e da sua digamos - resistência... (FIGUEIREDO, *Oeste*, nº18, p. 11/687)

Ainda no mesmo artigo, o passadismo conservador que sempre imperou na primeira república permanência. O saudosismo de Figueiredo ao interventor era descomedido, e do mesmo feitio dos demais escritores que escreveram sobre Ludovico e sua obra, ele afirma:

Goiânia se afirma soberanamente, como um lance épico, como uma epopeia extraordinária situando-se o seu fundador como um homem excepcional e exponencial.... Goiânia é inegavelmente uma das mais sérias objeções e pretensões arianistas de superioridade. Uma resposta máscula, verdadeiramente espartana, do “homo brasiliense”, as profecias dos Buckle. Goiânia desmoralizou todos os Lapouge e Gobineau. (FIGUEIREDO, *Oeste*, nº18, p. 12/688)

Os elogios são continuados pela poesia de Maria Paula de Fleury Godoi, pseudônimo Marilda Palínia, novamente apresenta o gênero literário para expressar o valor simbólico de Goiânia:

“A cidade moderna
Levantada em pleno sertão
Surgindo miraculosamente
na moldura crespa da mata

Comseu palácio das esmeraldas
e sua verde guarda de buritis
murmurejastes...
(PALÍNIA, *Oeste*, nº18, p.14/690)

Ademais colabora com artigos em homenagem a Goiânia, o membro do gabinete do ministro da guerra o Coronel Lima Figueiredo com o artigo “*Goiânia: Uma passada do progresso*” (p.22/699), Coronel Lísias Rodrigues autor do livro “*Aspectos da riquezas goianas: roteiro do Tocantins*” com o artigo “*Goiânia: empreitada de Titãs*”(p.30/708) e Brito Broca com artigo “*Visão de Goiânia*”(p.32/710).

A edição de número 18 finaliza com as transcrições dos festejos comemorativos do segundo aniversário do Batismo Cultural de Goiânia. O evento foi organizado pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Foram realizados missa campal, sessão cívica, eventos esportivos e finalizada com o discurso do Interventor Pedro Ludovico Teixeira. Esses eventos fazem parte das formas básicas de conduta cívicas produzidas pelo Estado Novo. De acordo com Maurício Parada,

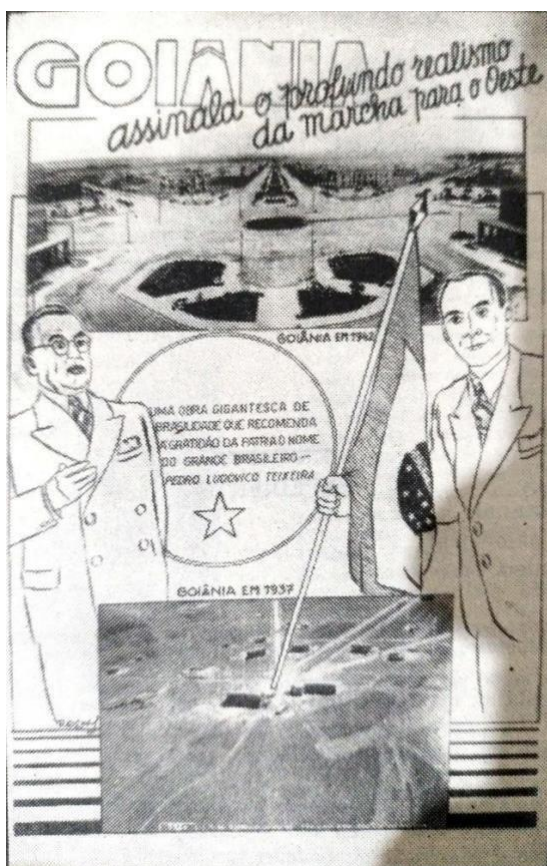
A produção simbólica do Estado autoritário procurou atingir diferentes lugares e temporalidades, entrou capilarmente no cotidiano, bem como construiu momentos monumentais de alta densidade dramática. A estreita rede simbólica lançada sobre a sociedade brasileira procurou evitar a dispersão e a diluição das identidades culturais, atrelando-as à sua trama de significações (PARADA, 2009, p.92).

Essa rede de significados atrelada às práticas pedagógicas de naturalização as censuras do Estado, segundo Parada, invadiram o cotidiano “construindo um tempo cívico denso”, estatizando o domínio público através de cerimônias, desfiles e reuniões informais. Uma série de datas comemorativas foi ampliada e o número de comemorações cresceu de maneira significativa. Os temas focam na independência nacional, soberania e unidade. (PARADA, 2001,p.69-80).

3.2 As edições comemorativas e a Iconografia da Revista Oeste

As cerimônias cívicas estavam atreladas a memória histórica, o Estado buscava atribuir novos significados a datas históricas consideradas importantes no calendário cívico, para mais que isso, essas cerimônias e comemorações também constituíam um sentimento coletivo onde a vontade de um grupo era sobreposta a aos sentidos individuais, ou seja, a

construção de uma memória social e coletiva criando a sensação de pertencimento de uma nova ordem restauradores de valores morais e de civilidade.



Cartaz da propaganda de construção e transferência da Capital Goiânia. Fonte: Revista *Oeste* (2001, p. 355/1943, n°9, p. 23)

Em 1938 o Estado passa a organizar e controlar o calendário cívico e as comemorações oficiais, em 1939 o calendário se intensifica com o cinquentenário da República. A importância dessa data deu-se pela aproximação do 10 de novembro com o 15 de novembro em que se comemora a Proclamação da República, o Estado Novo utilizou dessa ocasião para difundir uma história republicana. “Quer dizer, tratava-se de comemorar o cinquentenário para demonstrar como o novo regime republicano em 10 de novembro de 1937 (e nem tanto em 15 de novembro de 1889), havia colaborado para a ordem e o progresso no Brasil”. (GOMES, 2019, p. 29). Essa legitimação do Estado Novo pelo calendário festivo, não se restringia às passeatas e aglutinações, eventos de rua etc. Na imprensa os usos e desusos

dessas datas também eram utilizados na intenção de construir memórias históricas que aproximasse as pessoas de uma narrativa histórica mais homogênea adequando a nação a nova República.

As iconografias representadas na *Oeste* não somente expunham as benfeitorias realizadas pelo governo nos espaços públicos, mas também apresentavam elementos que além de rememorar o passado recente do Brasil, realizavam uma reinterpretação desse passado. Gomes (2019, p. 26) ao afirmar que o Estado Nacional varguista construía umas das bases de sua legitimidade no confronto com o passado recente do país, já que era contra ele que a adoção do regime autoritário se justificava, o qual nos permite refletir essa legitimidade construída não só nas palavras organizadas e impressas no jornal, mas também provoca a necessidade de voltar os olhos para outros tipos de análises. As fotografias, os retratos, que apareciam entre meio aos artigos, contos e discursos políticos que completavam o conjunto da obra propagandística.

A *oeste* publicou 23 edições de 1942 a 1944, dentre esses números 10 são edições que foram dedicadas a datas comemorativas relevantes às calendário cívico local e nacional.

Tabela 2 – Publicações das edições comemorativas.

Edição comemorativa	Número da edição	Data da edição
Dia do Trabalhador	Nº 4	Maio de 1943
Aniversário e Batismo Cultural de Goiânia	Nº 6	Julho de 1943
Aniversário e criação de Goiânia	Nº 9	Outubro de 1943
Proclamação da República	Nº 10	Novembro de 1943
Aniversário de Getúlio Vargas	Nº 15	Abril de 1944

Homenagem ao Brasil Colônia	Nº 16	Maio de 1944
Aniversário de Goiânia	Nº 18	Julho de 1944
Homenagem a Independência do Brasil	Nº 20	Setembro de 1944
Descobrimto da América	Nº 21	Outubro de 1944
Proclamação da República	Nº 22	Novembro de 1944

Fonte: Revista Oeste.

Um exemplo de reinterpretação do passado exposto pela revista, e que também trabalha o conceito de liberdade, está expresso na edição nº4 de 1943. A edição nº4 é formada por um enredo que fez uso da perspectiva histórica brasileira atrelando-a a reinterpretação das marcas deixadas pelas heranças culturais que eram responsáveis por dar forma às estruturas sociais do período.

Logo na primeira página tem um retrato de um casal de escravos acompanhado de um breve trecho: “A abolição da escravatura não foi exclusivamente as consagração dos princípios morais e cristãos do nosso povo, mas foi também a admirável do sentimento mais arraigado em sua alma, o amor à liberdade” (2001,p. 133/ 1943, nº4, p. 01).

Imagem 1:



Fonte: Revista *Oeste*, (2001, p. 133/1943, n°4, p. 01)

Essa publicação não veio desacompanhada, pois na quinta página da mesma edição Odorico Costa publica um artigo “homenageando” a luta de Zumbi dos Palmares. Enaltecendo a figura de Zumbi, e ao descrevê-lo como herói do seu povo sofrido, o escritor descreve o quilombo reinterpretando-o como uma república bem organizada, ou seja, o quilombo não era mais o refúgio daqueles que buscavam a liberdade e sobrevivência, mas sim uma instituição de características de poder semelhantes à sociedade branca escravocrata em que a liberdade deveria ser conquistada, não dada.

Todos os negros fugitivos que conquistavam a sua liberdade a conservavam entre os habitantes de palmares. Todos os que se arrancavam das fazendas, ali ficavam como escravos. Ali eram punidos de morte e homicídio o adultério e o roubo, de morte se puniam ainda aqueles que, já sendo livres em palmares, voluntariamente regressavam ao cativeiro. A suprema lei da manutenção de Palmares, era a capacidade de liberdade adquirida... (Oeste, 2001, p. 144/1943, n°4, p. 10)

A literatura era forte aliada dessas perspectivas históricas alimentadas e interpretadas de acordo com anseios idealistas do regime. O conto do literato J.B.Félix “As Saudades da Preta Joana” enfatizava a ideia de liberdade atribuída ao sentimento de abandono que o negro liberto sofria. Apesar de reconhecer o sofrimento do negro liberto e deixado à própria sorte, o artigo “*A escravidão não foi o brasileiro que instituiu*” (2001, p. 151, 152/ 1943, n°4, p. 17, 18) do intelectual Paulo Figueiredo, via a escravidão como um processo, um aparelho social que, apesar de odioso, era universal e necessário. A escravidão era assim definida pelo Intelectual:

A escravidão seria a sanção política e legal de uma realidade objetiva, puramente biológica. Donde se vê engenheiros- defensor dos ideais igualitários, inimigos dos despotismos - ao defrontar-se com os espetáculos de negros sórdidos, recuou em seu lirismo ideológico, penetrando melhor a realidade das coisas humanas e chegando a aconselhar para eles, os benefícios da escravidão (FIGUEIREDO, 2001, p. 151/ 1943, n°4, p. 17).

Ao finalizar o artigo declara que o negro mais lucrou com a escravidão do que perdeu, pois teve o branco como seu tutor responsável por civilizá-lo e introjetá-lo no meio social e cultural. Ao fazer isso Figueiredo ignorava toda herança cultural das populações africanas trazidas para o Brasil e atribui ao português todas as virtudes que o povo afrodescendente havia adquirido. Assim seu discurso atribui ao povo a sensibilidade de sentir a necessidade de um sujeito líder que sempre falará pelos pobres e excluídos. E termina o artigo enfatizando os “benefícios” e “lucros” da escravidão:

Por tudo isso e por muito mais, cremos que a escravidão, no Brasil, foi necessária ao tempo em que existiu; que o Brasil não teria sem ela, seguido o ritmo econômico, social e político que seguiu; que o negro fora dela, não teria atuado tão extensa e intensamente em nossa formação; que o escravo preto, mau grado os castigos, o sofrimento e a opressão, lucrou, culturalmente falando, com o regime - enfim estamos em que a escravidão, “como função protetora e como organização de trabalho”, foi de mérito indiscutível, entre nós, porquanto representou, nada mais nada menos, na era colonial e durante o império, “a sanção política e legal de uma realidade alternativa (2001, p. 152/ 1943, n°4, p.18).

De modo que outrora a liberdade deveria ser uma conquista e não um direito, segundo o pensamento exposto no texto anterior, Figueiredo deixa evidente que agora essa tão sonhada liberdade foi tomada pelo liberalismo da velha república e agora o homem, o trabalhador deveria colaborar com o Estado, haja vista que somente assim teria sua real liberdade. A edição de n° 4 da *Oeste* no mês de maio, ademais, ao expor suas perspectivas sobre o processo

histórico brasileiro, aproveita para comemorar o mês do trabalhador e homenagear os dois modelos de trabalhador que a revista fez questão de exaltar: Getúlio Vargas e Pedro Ludovico.

O artigo intitulado “1º de Maio de ontem e hoje” estava contemplado por duas iconografias distintas com uma imagem que ocupa quase toda a página emblemando uma foto de Vargas e outra de Ludovico com os títulos: *O operário número 1 do Brasil* e *O operário número 1 de Goiás*.

Imagem 2:



Fonte: Revista Oeste (2001, p. 136-137 / 1943, nº4, p. 02-03)

A ideia expressa no artigo voltava-se para o dia do trabalhador que era comemorado por meio de festas e homenagens, conforme ideias já colocadas sobre passado, aquele da velha república, que não via o operário e o trabalhador, com os mesmos olhares que o Estado Novo via. Agora o Dia do Trabalho era rememorado e valorizado. Segundo a Oeste era assim que o trabalhador era visto pelo Presidente Vargas:

O presidente Vargas, porém, não vê classes: vê homens. O seu conceito de trabalhador é elevado, é amplo, contém todos os que produzem, em qualquer sector, todos os que de algum modo, contribuem para o engrandecimento da nação. O trabalhador para ele é um valor humano respeitável. Por isso, o que em outras plagas custou ao trabalhador lutas, viuvez e orfandade, conseguiram-se, ele, aqui espontaneamente das mãos compreensivas do governo: salário mínimo, lei das oito horas, férias, lei dos dois terços, pensões, seguro contra acidentes, justiça especial, casa própria, refeitório

coletivo, biblioteca, escola para seus filhos, maternidade para suas esposas, órgãos de classe, assistência médica etc. (2001, p.135/ 1943, n°4 p. 03).

Capelato (2019) ressalta que em países da América Latina, como o Brasil e a Argentina, fizeram uso propagandístico do universo simbólico cultural de seus países para conquistar o apoio da sociedade, já que a propaganda estado novista se valeu de recursos mais variados como uso privilegiado, por exemplo, das fotografias. Mas esse universo simbólico expresso pelos dois regimes levava em conta as suas heranças culturais quando faziam referência às suas perspectivas históricas. Os usos do passado pelos regimes integravam-se em algum lugar no presente e as suas especificidades históricas ajudam a explicar a maneira pela qual os brasileiros e os argentinos viveram subjetivamente os acontecimentos e os choques contemporâneos.

Relembrar um Brasil, que há poucas décadas havia abolido a escravidão e reinterpretar os heróis do povo negro, enfatizando um discurso com uma nova roupagem, era um dos diversos meios que o regime tinha para integrar as massas, principalmente quando essas lembranças estavam atreladas ao homem no sentido de retratá-lo como trabalhador, visto que “no Brasil havia uma imensa massa de excluídos em relação ao mercado de trabalho que era definida como “os pobres”. Cabia ao “Pai”, chefe da nação, a obra de transformá-los em trabalhadores organizados e produtivos” (CAPELATO, 2009, p.63). O homem novo, que o Estado visava produzir, deveria voltar seu olhar ao modelo de líder que Vargas projetava aos meios de comunicação. Essa construção do líder, que se vestia como pai de todos, não passava despercebida em nenhum momento em que a imagem de Vargas era exposta.

A linguagem da revista é respaldada pelo simbolismo da política nacional caracterizado pelo autoritarismo cordial, mas que permite empiricamente afirmar o caráter apologético da política centralizadora e autoritária presente naquele momento. O Golpe de 1937 que instaurou o Estado Novo, com frequência era afirmado e justificado em um número expressivo de edições.

O texto de abertura do segundo ano de circulação da Oeste, (2001. p 57/1943, n°02, pág. 01), é destacado com um discurso que Vargas proferiu para justificar o golpe e que vem reforçado pelo discurso, também publicado, do Interventor do Estado Pedro Ludovico. Uma ideia completa a outra. Vargas defende o Estado Novo como a nova ordem democrática centralizadora que molda uma nova realidade e Pedro Ludovico admite o Golpe, de 10 de

novembro, argumentando que era a única maneira de seguir com reformas sem a necessidade de lutas armadas e pensando que só assim o país entraria nos eixos.

A defesa do golpe estava sempre acompanhada como a única estratégia possível de construir uma nação autêntica sem influências estrangeiras e era sempre reforçada em oportunidades de exposição das figuras públicas como homenagens e festividades.

No artigo seguinte intitulado “Foi preciso um golpe de 10 de novembro”, a publicação evidência sua abertura com a imagem de Pedro Ludovico para divulgar o discurso feito pelo interventor em um banquete na cidade de Anápolis em 8 de janeiro de 1943 no qual o mesmo estava sendo homenageado.

Na peça oratória que abaixo vamos transcrever, o interventor Pedro Ludovico interpretando o célebre conceito de bolívar- de que há maior soma de democracia onde há maior soma de felicidade social- dá mostras da perfeita visão que tem das realidades nacionais, confessando mesmo “que foi preciso que o chefe da nação desse o golpe de 10 de novembro de 1937”, a fim de que o país não retornasse a orgia liberal da qual a revolução de 30 o tirará (Editorial Revista Oeste, 2001 p. 60 / 1943, nº02. p, 01).

O discurso não só enaltece a figura de Ludovico, o homem de Vargas, a fim de promover e reafirmar a centralidade do poder do Estado novo, mas a peça oratória apresenta elogios admiráveis ao crescimento e desenvolvimento econômico do município e deixa claro que o progresso só foi possível devido às reformas promovidas pelo governo Vargas e assim justificou o Golpe de 10 de novembro como uma ação mais que necessária. Mais uma vez ele se vê na necessidade de reafirmar as posições e ações políticas varguistas. No mesmo discurso afirma o que, segundo ele, seria a virtude inicial de uma democracia citando Montesquieu que afirmava que o princípio da democracia estava na virtude e que essa não era encontrada na liberal-democracia de outrora, alegando que uma excessiva liberdade democrática abria espaço para abusos de poder dentro das esferas públicas. Não obstante essa democracia deveria ser orientada para novos rumos, obedecendo às exigências do momento, ressaltando sempre os valores morais.

A edição de nº06, 09 e 18, é dedicada ao projeto mudancista de transferência da capital, Batismo Cultural de Goiânia e a efetivação do projeto de transferência. Essas datas afirmam institucionalização das políticas do Estado nacional e efetivação do projeto integração territorial e efetivação da Capital como símbolo de progresso.

A edição nº10 de novembro de 1943 dedicada a Proclamação da República, abre a edição com a tela de Henrique Bernadelli “A Proclamação da República por Deodoro da Fonseca” de 1890.

Imagem 3:



Fonte: Revista Oeste (2001, p. 367 / 1943, nº10, p. 01)

Na completude do repertorio patriótico, o editorial publica a Oração da Bandeira, texto elaborado por Francisco Campos tirado do livro do Estado Nacional. O discurso faz menção a importância da valorização do passado como meio de experiência, de amor a pátria, uma vez que valorizando a história do país seria possível dar continuidade a construção da pátria. Conforme campos:

A pátria não é, porém, apenas uma dádiva do céu. Os homens constroem a sua pátria como os pássaros a seu ninho, as térmitas as suas cidades de mistérios e de silêncios.... Cada uma dessas construções representa , esforço, trabalho, sacrifício, tenacidade e luta, obstinação na vontade e luta continuidade da ação....porque a construção da pátria pelos homens é uma construção no tempo pela eternidade (CAMPOS, Oeste, nº10, 1943, p.19/367)

A Proclamação da República de fato era compatibilizada e entendida como o acontecimento do 10 de novembro de 1937. De acordo com Gomes (2019, p.30) a primeira comemoração organizada pelo Estado Novo deu início a esse ciclo de interpretações provocado por uma demanda social “por uma boa e séria história da República” a imprensa foi responsável pela elaboração em grande parte de uma “literatura memorialista ou extremamente facciosa”.

As comemorações dos 50 anos da república, durante o Estado Novo, são uma espécie de caso exemplar de produção de espetáculos cheios de simbologia e de apelos à emotividade, que nos dão especial acesso à produção da memória histórica nacional: a construção de narrativas históricas que, ultrapassando dissonâncias - perceptíveis para muitos dos contemporâneos -, produzem efeitos integradores e duradouros (GOMES, 2019, p.32).

No artigo “*Grandeza do nosso Brasil exemplo da nossa América*” (1943, 10, p. 30/398) de José Bittencourt, de acordo com a reinterpretação do Estado, ele reafirma que o 10 de novembro foi o momento de restauração, dando fim ao separatismo dos grupos políticos que eram emergidos por um “liberalismo balofo” impregnado de estrangeirismos que desvirtuaram as tradições históricas. As edições estão abarrotadas de símbolos patrióticos que denotam um nacionalismo ufanista, porquanto, o hino á Bandeira do Brasil escrito por Demóstenes Cristino, acrescentava-se também aos elementos simbólicos. Imagens, poesia, discursos líricos e “apaixonados”, era o reflexo de todo exercício de aproximação da proclamação da República e o regime Vargasista. Gomes lembra que as comemorações oficiais dos 50 anos da república, foram do dia 10 de novembro ao dia 19 de novembro, começando pelo aniversário do golpe de 10 de novembro de 1937, passando pelas comemorações do aniversário da república até chegar ao Dia da Bandeira, 19 de novembro. E no dia 15 de novembro na praça paris junto a estátua de Deodoro, Vargas fez seu discurso totalmente voltado em defesa da regeneração da nação e de uma unidade nacional. (GOMES, 2019, p. 36- 37)

A espetacularização dos signos e símbolos reafirmamos valores patrióticos e morais que constituíram o imaginário coletivo no período em questão, tentavam a todo momento fazer uma analogia entre os grandes feitos da história local e nacional com as ideologias do Estado Novo, exemplo disso é a comparação de Pedro Ludovico com a figura de anhanguera.

É fato que o Estado nacionalista de Vargas procurou agregar à sua política intervencionista as elites intelectuais a fim de consolidar o estado novo pelas ideias como forma de propaganda nos veículos de informação.

A imprensa serviu, nesse fim, como instituição propagandística das suas políticas. É afirmando esse objetivo do estado que o caracterizei como autoritário já que Vargas criou meios de comunicações que visavam somente a promoção da sua política, gerindo uma imprensa oficial e um departamento de imprensa e propaganda que servia como órgão de censura e repressão de qualquer meio de comunicação que fosse contrário à sua gestão.

Outra estratégia usada por Vargas, na promoção do seu governo ao chamar a juventude intelectual para seu projeto político, era de não deixar de fora intelectuais de outras vertentes políticas já que seu objetivo era o de ter a simpatia das massas e das elites. A revista Cultura Política dividia seu campo intelectual com várias vertentes de pensamento, assim como a Revista Oeste. Esses órgãos de comunicação serviram ao intelectual que é tema central deste estudo Paulo Figueiredo como uma conexão entre o centro do poder e Goiás. Essa conexão pode ser vista como um reflexo da relação corporativista e paternalista da política do período uma vez que era pautada na centralidade e no autoritarismo, o que fortificava o clientelismo na relação das forças políticas regionalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa Dissertação dividida em três capítulos procurei apresentar a trajetória político-intelectual e publicista de Paulo Nunes Augusto de Figueiredo e suas contribuições na construção dos aspectos ideológicos do Estado Nacional estruturado e organizado a partir do golpe de 10 de novembro instaurando o Estado Novo. Figueiredo é intelectual a frente da *Revista Oeste*, que serviu a ele como veículo de propagação da sua política publicitária a serviço de Vargas, Ludovico e do Estado Nacional.

Para tal, consideramos a análise do contexto em que foi organizado as políticas culturais do Estado Vargas a partir do golpe. No primeiro momento procurei apresentar como os ministérios e seus “intelectuais ministeriáveis”, conceito utilizado por Bomeny, a fim de caracterizar os intelectuais a frente do projeto nacionalista. Conseguiram integrar a classe intelectual dentro do pensamento autoritário do Estado Novo. Considerando deste modo importância do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na seleção e organização dos meios culturais, a fim de promover de modo centralizado, a imagem positiva do presidente e das políticas implantadas por ele.

No primeiro capítulo procurei descrever a origem da geração literária de 45 que teve papel preponderante na produção intelectual. Partindo das similaridades e diferenças tanto políticas quanto de formação acadêmica. As diferenças de classe e a definição destes, se eram filhos da Elite ou se compunham a categoria dos “primos pobres”, conceito utilizado por Miceli para separá-los entre aqueles que chegavam aos cargos públicos pela herança de capital ou pela herança social. Essas categorias foram responsáveis por formar uma nova classe, a burocrático civil.

No segundo capítulo busquei demonstrar como Figueiredo, entendia e interpretava os ideais do Estado Novo, a partir de conceitos trabalhados por ele em seus artigos publicados na *Revista Cultura Política e na Revista Oeste*. Conceitos estes utilizados para tecer críticas a política da Primeira República. Essas críticas eram alimentadas pela construção do homem novo, outrora desumanizado pelo liberalismo, e que com o Estado Novo, este homem era um ser não mais indivisível. Ele era parte do povo, ou seja, ele era o Estado para o Estado, criando assim um sentimento de aproximação do proletário trabalhador com o líder de Estado. O homem novo justificado pelo trabalho e pela lei da outorga que garantia direitos assistenciais em troca da consideração e obediência do trabalhador.

No terceiro capítulo a Revista *Oeste* foi utilizada como fonte de análise de compreensão da maneira como esses ideais do Estado Novo eram disseminados dentro da Revista. Figueiredo afirmou como responsável por organizar e filtrar os conteúdos da Revista, além de publicista e ideólogo ele controlava e censurava através de um comitê de censura os conteúdos que não seguissem os temas e pautas do Estado Nacional.

Por fim considerando a atuação dos intelectuais como mediadores culturais é possível perceber como sentimentos são criados a partir de símbolos usados com a intenção de manipular as ideias e impor uma ideologia. A Revista *Oeste* em dois anos de edição de 1942- 1944, fez uso massivo desses símbolos, sendo o principal a obra: *Goiânia e seu criador e idealizador o interventor Pedro Ludovico Teixeira*.

Conclui-se que os meios de comunicação como a imprensa passaram a ser a principal estratégia de disseminação ideológica do regime por parte das burocracias estaduais, para propagandear um Brasil que segundo Vargas se tornaria moderno, reintegrado por meios autênticos sem a influência de modelos estrangeiros.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Elide Rugai *et ali*. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003

BASTOS, Elide Rugai. *Intelectuais e Política: A moralidade do compromisso*. Editora: Olho d'água.1999.

BOMENY, Helena e NAPOLITANO, Marcos. O que há de novo Sobre O Estado Novo? Autoritarismos e Democracia. Organizadores: Américo Freire, Francisco Carlos Palomanes Martinho, Marco Aurélio Vannucchi.-. Rio de Janeiro: FGV Editora .1º ed. 2019. cap.04

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Ed: Perspectiva, 2003.

CAPELATO, Maria Helena, *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ºed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: Imprensa paulista: 1920-1945*. Ed: Brasiliense, 1989

CAPELATO, Maria Helena. *REPENSANDO o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. *Historia cultural: Entre praticas e representações*. Ed: Memória e sociedade.1988

CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf UFG. 1988.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: Da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2º ed. Goiania: Ed. UFG, 2001.

DE LUCA, Tania Regina e MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*.São Paulo: ed. Contexto, 2013.

FELDMAN, Luiz. *Clássico por amadurecimento: Estudo sobre raízes do Brasil*. 1º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto. *Aspectos Ideológicos do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, 1983.

GALLI, Ubirajara. *A História do Batismo Cultural de Goiânia*. Goiânia. Ed: UCG, 2007

GOLDMAN, Lucien. *Dialética e Cultura*.2ºed. Ed: Paz e terra, 1979

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2013

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2005

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439838637_ARQUIVO_artigoanpuhnaconal.pdf

MATTOS, Sérgio. *Mídia Controlada: A História da censura no Brasil e no mundo.* São Paulo: Paulus, 2005.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001

OESTE: Revista Mensal. Goiânia: AGEPEL, 2001 (Reedição integral fac-similar virtual)

OESTE: Revista Mensal. UCG. 1983. Edição impressa.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi Oliveira e GOMES, Ângela de Castro. O que há de novo Sobre O Estado Novo? Autoritarismos e Democracia. Organizadores: Américo Freire, Francisco Carlos Palomanes Martinho, Marco Aurélio Vannucchi.-. Rio de Janeiro: FGV Editora. 1º ed. 2019. cap.01.

ORTEGA e GASSET. *Intelectuais e política: A moralidade do compromisso; Prospecto da Liga de Educación Política Española.* Ed: Olho d'água. 1999.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: Cerimônias cívicas e práticas disciplinares do Estado Novo.* Rio de Janeiro: Editora da PUC, 2009.

RÉMOND, René. *Por uma história Política.* Rio de Janeiro. Editora da FGV, 2003

RIDENTI, Marcelo, BASTOS, Elide Rugai e ROLLAND, Dennis. *Intelectuais e Estado.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ROLLAND, Dennis *et ali. Intelectuais: sociedade e política.* São Paulo: Cortez, 2003.

ROLLAND, Dennis. *Intelectuais e Modernidades.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Sites:

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil.* 4º ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TELES, José Mendonça (org). *Memórias Goianienses:* Goiânia: UCG SUDECO. 1986

TELLES. Gilberto Mendonça. *A poesia em Goiás.* 3º. Ed: UFG, 2019

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.